

ODBINV S.A.
(Em recuperação judicial)

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis individuais e
consolidadas
Em 31 de dezembro de 2020

ODBINV S.A.
(Em recuperação judicial)

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2020

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do passivo à descoberto

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Administradores e Acionistas da
ODBINV S.A. - Em recuperação judicial
Salvador - BA

Opinião com ressalvas sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da ODBINV S.A. - Em recuperação judicial ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do passivo à descoberto e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalvas", as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da ODBINV S.A. - Em recuperação judicial em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalvas sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Investigações e outros procedimentos legais conduzidos pelo Ministério Público Federal e outras autoridades públicas nacionais e internacionais

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 20 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, em 1º de dezembro de 2016, a controlada Novonor S.A. - Em Recuperação Judicial "Novonor" (anteriormente denominada Odebrecht S.A. - Em Recuperação Judicial), na qualidade de controladora das empresas pertencentes ao seu grupo econômico, firmou o Acordo de Leniência com o Ministério Público Federal (MPF), autoridades dos EUA e Suíça, responsabilizando-se por todos os atos ilícitos que integram o objeto do Acordo, praticados em benefício dessas empresas. A Companhia comprometeu-se a pagar, diretamente ou por intermédio de empresas de seu Grupo econômico, o valor global equivalente a R\$ 3.828 milhões, em 23 anos.

Em 09 de julho de 2018, a Novonor celebrou o acordo de leniência com o Ministério da Transparência /Controladoria-Geral da União (CGU) e com a Advocacia-Geral da União (AGU), mediante o qual serão extintas as ações de improbidade e os processos administrativos no âmbito do Executivo Federal brasileiro e o plenário do Tribunal de Contas da União (TCU) decidiu, de forma unânime, referendar o mesmo acordo de leniência.

Também, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 20, no cumprimento aos termos do acordo de leniência, a Novonor vem negociando a adesão de entes do Ministério Público, dos municípios e dos estados ao Acordo de Leniência com o MPF e/ou acordos de leniência individuais. Do valor total global do acordo, supramencionado, serão deduzidos os valores das indenizações aos entes lesados (estados e municípios). No entanto, é importante ressaltar que os entes possuem autonomia funcional e poderão discordar dos valores a eles atribuídos para a celebração dos acordos.

Seguem em andamento, no âmbito das operações no exterior da Novonor e suas controladas, discussões junto às autoridades locais para o fechamento de acordos de colaboração/leniência, além dos já firmados com República Dominicana, Equador, Panamá e Guatemala e Peru.

Nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Novonor e das suas controladas foram constituídas provisões para fazer frente aos acordos em andamento, cujos valores foram apurados com base na melhor estimativa da Administração e dos consultores jurídicos envolvidos. No entanto, em função das negociações e dos acordos que ainda estão em curso, mencionados nos parágrafos anteriores, não foi possível, por meio de procedimentos alternativos de auditoria, obtermos evidências apropriadas e concluirmos quanto à suficiência das provisões contabilizadas nem tampouco se seria necessária a constituição de provisões adicionais nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia findas em 31 de dezembro de 2020.

Empresas controladas em processo de recuperação judicial cujas Assembleias de Credores ainda não foram realizadas ou cujas Assembleias de Credores ainda não foram homologadas

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 01 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, durante o exercício de 2019, a Companhia, juntamente com sua controladora direta Kieppe Participações e Administração Ltda e sua controlada direta Novonor e algumas de suas controladas, ajuizaram pedidos de recuperação judicial, nos termos da Lei Brasileira de Falências (Lei nº 11.101/2005) e apresentaram seus planos de recuperação judicial, econômico-financeiro e de avaliação de bens e ativos. Contudo, os planos de recuperação judicial das controladas, diretas e indiretas, Odebrecht Participações e Engenharia S.A, Odebrecht Participações e Investimentos S.A., Enseada Industria Naval Participações S.A. e Enseada Industria Naval S.A. ainda não foram aprovados em Assembleias de Credores ou não foram homologados pelos respectivos juízes. Portanto, em função desse cenário, não foi possível concluirmos sobre a existência de efeitos sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia em 31 de dezembro de 2020.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 01 (b) e às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2020, a Companhia e suas controladas incorreram em prejuízos líquidos de R\$ 10.392.507 mil (controladora) e R\$ 14.723.683 mil (consolidado), apresentaram capital circulante líquido negativo consolidado de R\$ 22.207.986 mil e mantém passivo a descoberto de R\$ 53.893.999 mil (controladora) e R\$ 56.441.906 mil (consolidado). Essas demonstrações foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios, considerando o sucesso na implementação da estratégia de estabilização financeira e operacional, com foco na melhora de liquidez, fortalecimento da estrutura de capital, reestruturação financeira dos negócios e programa de desmobilização de ativos. Esses eventos ou condições indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.

Ênfase

Processos e investigações em contratos de concessão de controladas e coligadas

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 14(c) às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, determinadas controladas e coligadas indiretas possuem processos e investigações em andamento relacionadas aos contratos de concessão firmados com os poderes concedentes. A Administração, em conjunto com seus assessores jurídicos, entende, neste momento, que possíveis efeitos desses processos e investigações não deverão afetar de forma significativa a Companhia e suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

São Paulo, 03 de setembro de 2021.

ODBINV S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Balanço patrimonial Em milhares de reais

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019 (Reapresentado)	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019 (Reapresentado)
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	3	47	16.756.892	9.521.012
Aplicações financeiras	7			4.625.009	2.736.587
Contas a receber de clientes	8			8.006.351	7.357.597
Tributos a recuperar	9	307	479	3.487.367	2.944.155
Estoques	10			9.537.486	9.952.303
Sociedades do Grupo Novonor	11	116.355	124.000	9.917	8.073
Ativo biológico				7.188	442.548
Créditos associados ao Acordo de leniência				63.349	63.349
Depósitos compulsórios e judiciais	21			258	2.571.881
Outras contas a receber				134.881	736.927
Outros ativos				2.636.131	2.063.975
		116.665	124.526	45.264.829	38.398.807
Ativos não circulantes mantidos para venda	12			528.151	1.616.202
		116.665	124.526	45.792.980	40.015.009
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Aplicações financeiras	7			249.553	178.297
Debêntures				629.651	713.006
Contas a receber de clientes	8			2.256.861	2.576.300
Tributos a recuperar	9	6.873	6.873	1.539.974	2.894.608
Estoques	10			120.921	1.047.031
Sociedades do Grupo Novonor	11	70.111	194.381	3.831.980	579.536
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13			9.700.433	3.592.758
Depósitos compulsórios e judiciais		14.289	14.289	349.744	1.644.821
Outras contas a receber				137.314	902.410
Outros ativos		256	256	1.236.784	1.407.589
		91.529	215.799	20.053.215	15.537.156
Investimentos	14			2.718.764	3.347.867
Imobilizado	15			55.868.451	59.124.289
Intangível	16	12	12	6.121.400	8.064.471
		91.541	215.811	84.761.830	86.073.783
Total do ativo		208.206	340.337	130.554.810	126.088.792

ODBINV S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Balanço patrimonial Em milhares de reais

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019 (Reapresentado)	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019 (Reapresentado)
Passivo e Passivo a descoberto					
Circulante					
Financiamentos e arrendamentos mercantis	17			17.648.809	24.832.807
Sociedades do Grupo Novonor	11		357.169		3.367
Obrigações financeiras				959.636	911.018
Debêntures	18			18.613.186	18.396.545
Fornecedores e subempreiteiros		1.209	4.683	16.066.008	15.120.878
Impostos, taxas e contribuições	19	1.717	5.770	1.800.764	1.490.444
Obrigações sociais e trabalhistas				1.524.366	1.502.997
Adiantamentos de clientes	8			2.214.423	2.314.955
Recuperação de ações			2.693.118		2.693.118
Acordo de leniência	20			552.130	490.765
Provisões fiscais, trabalhistas, societárias e cíveis	21			5.150.452	2.016.623
Outros passivos			126.089	2.943.041	3.277.097
		2.926	3.186.829	67.472.815	73.050.614
Passivos vinculados aos ativos não circulantes mantidos para venda					
	12			48.291	45.701
		2.926	3.186.829	67.521.106	73.096.315
Não circulante					
Financiamentos e arrendamentos mercantis	17			77.811.238	60.861.426
Debêntures	18			181.679	251.377
Sociedades do Grupo Novonor	11	152.833	15.124.536	5.858.752	3.921.204
Impostos, taxas e contribuições sociais	19			647.453	235.810
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13			2.338.057	634.264
Adiantamentos de clientes	8			8.330.107	7.461.320
Provisão para perda em investimentos	14	52.886.798	20.042.905	2.022.600	219.336
Recuperação de ações		928.423	458.636	928.423	458.636
Acordo de leniência	20			4.143.661	4.485.008
Provisões fiscais, trabalhistas, societárias e cíveis	21			11.082.588	7.494.725
Provisão para garantias	22			1.012.481	
Outros passivos		131.225		5.118.571	3.026.779
		54.099.279	35.626.077	119.475.610	89.049.885
Passivo a descoberto					
Capital social	23	1.885.380	1.885.380	1.885.380	1.885.380
Ajuste de avaliação patrimonial		(7.017.379)	(1.923.851)	(7.017.379)	(1.923.851)
Ações em tesouraria		(3.690.663)	(3.690.663)	(3.690.663)	(3.690.663)
Prejuízos acumulados		(45.071.337)	(34.743.435)	(45.071.337)	(34.743.435)
		(53.893.999)	(38.472.569)	(53.893.999)	(38.472.569)
Debêntures com participação nos lucros ("DPL")					
Participação dos acionistas não controladores				223.379	271.227
				(2.771.286)	2.143.934
		(53.893.999)	(38.472.569)	(56.441.906)	(36.057.408)
Total do passivo e Passivo a descoberto					
		208.206	340.337	130.554.810	126.088.792

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

ODBINV S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Demonstração dos resultados Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2020	2019 (Reapresentado)	2020	2019 (Reapresentado)
Operações continuadas					
Receitas líquidas de serviços e produtos	24			71.642.100	67.112.049
Custos dos serviços prestados e produtos vendidos	25			(57.406.960)	(56.788.593)
Lucro bruto				14.235.140	10.323.456
Receitas (despesas) operacionais					
Com vendas	25			(3.342.516)	(2.200.353)
Gerais e administrativas	25	(5.556)	(952)	(4.908.299)	(5.495.581)
Remuneração dos administradores				(93.848)	(66.671)
Reversão de provisão para remuneração dos administradores				88.193	
Impairment de ativos	26			(504.832)	526.930
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	27		7	(7.428.071)	(4.249.880)
Resultado de participações societárias					
Resultado de equivalência patrimonial	14 (b)			(73.403)	(334.958)
Provisão para perdas em investimentos	14 (c)	(30.662.174)	(13.997.943)	899.321	(157.608)
Prejuízo operacional		(30.667.730)	(13.998.888)	(1.128.315)	(1.654.665)
Resultado financeiro, líquido	28	20.275.223	(235.228)	(11.463.219)	(12.977.941)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(10.392.507)	(14.234.116)	(12.591.534)	(14.632.606)
Imposto de renda e contribuição social correntes				(26.975)	(1.022.412)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13			2.366.087	2.408.409
Prejuízo das operações continuadas		(10.392.507)	(14.234.116)	(10.252.422)	(13.246.609)
Resultado com operações descontinuadas					
Prejuízo dos ativos não circulantes mantidos para negociação	12 (c)			(4.471.261)	(3.557.118)
Prejuízo do exercício		(10.392.507)	(14.234.116)	(14.723.683)	(16.803.727)
Atribuível aos:					
Acionistas da Companhia - operações continuadas				(5.921.246)	(10.676.998)
Acionistas da Companhia - operações descontinuadas				(4.471.261)	(3.557.118)
Participação dos acionistas não controladores - operações continuadas				(4.331.176)	(2.569.611)
		(10.392.507)	(14.234.116)	(14.723.683)	(16.803.727)
Prejuízo básico por ação atribuível aos acionistas da Companhia no final do exercício - R\$					
Operações continuadas e descontinuadas	23 (d)	(0,05)	(0,06)		

ODBINV S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2020	2019 (Reapresentado)	2020	2019 (Reapresentado)
Prejuízo líquido do exercício		(10.392.507)	(14.234.116)	(14.723.683)	(16.803.727)
Outros resultados abrangentes					
Itens a serem posteriormente reclassificados para o resultado					
Valor justo do hedge de fluxo de caixa e exportação					
Líquido de imposto de renda e contribuição social	23 (c)	(3.749.224)	(223.079)	(3.749.224)	(223.079)
Hedge de investimento líquido de controladas no exterior	23 (c)	(332.413)	(380.686)	(332.413)	(380.686)
Ajuste de conversão de moeda estrangeira	23 (c)	2.546.879	(164.320)	2.546.879	(164.320)
Efeito reflexo de correção monetária de investidas no exterior	23 (c)	(3.397.270)	(78.457)	(3.397.270)	(78.457)
Realização da indexação adicional do imobilizado em investidas	23 (c)	(62.073)	(41.101)	(62.073)	(41.101)
Outros ajustes de avaliação patrimonial	23 (c)	(99.427)	(111.525)	(99.427)	(70.424)
Total do resultado abrangente do exercício		<u>(15.486.035)</u>	<u>(15.233.284)</u>	<u>(19.817.211)</u>	<u>(17.761.794)</u>
Atribuível aos:					
Acionistas da Companhia - operações continuadas				(11.014.774)	(11.635.065)
Acionistas da Companhia - operações descontinuadas				(4.471.261)	(3.557.118)
Participação dos acionistas não controladores - operações continuadas				(4.331.176)	(2.569.611)
				<u>(19.817.211)</u>	<u>(17.761.794)</u>

ODBINV S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Demonstração das mutações do patrimônio líquido e passivo a descoberto Em milhares de reais

Notas	Atribuível aos acionistas					DPL	Participação dos não controladores	Total do Patrimônio Líquido e passivo a descoberto
	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial	Ações em tesouraria	Prejuízos acumulados	T total			
Em 31 de dezembro de 2018	1.885.380	(965.784)	(3.690.663)	(20.623.287)	(23.394.354)	369.807	4.883.696	(18.140.851)
Resultado abrangente do exercício:								
Prejuízo do exercício				(14.234.116)	(14.234.116)		(2.569.611)	(16.803.727)
Hedge de investimento líquido no exterior		(600.099)			(600.099)			(600.099)
Outros resultados abrangentes		(357.968)		113.968	(244.000)			(244.000)
Transações de capital com os sócios:								
Outras movimentações de não controladores						(98.580)	(170.151)	(170.151)
DPL								(98.580)
Em 31 de dezembro de 2019 (Reapresentado)	1.885.380	(1.923.851)	(3.690.663)	(34.743.435)	(38.472.569)	271.227	2.143.934	(36.057.408)
Resultado abrangente do exercício:								
Prejuízo do exercício				(10.392.507)	(10.392.507)		(4.331.176)	(14.723.683)
Hedge de investimento líquido no exterior	23 (c)	(332.413)			(332.413)			(332.413)
Valor justo do hedge de fluxo de caixa e exportação	23 (c)	(3.749.224)			(3.749.224)			(3.749.224)
Ajuste de avaliação patrimonial em controladas	23 (c)	(1.027.286)			(1.027.286)			(1.027.286)
		(5.108.923)		(10.392.507)	(15.501.430)		(4.331.176)	(19.832.606)
Transações de capital com os sócios:								
Outros resultados abrangentes								
Efeito reflexo de controladas Realização de indexação do ativo imobilizado e custo atribuído, líquido de impostos		15.395		(15.395)				
Outros efeitos reflexos de controladas				80.000	80.000			80.000
		15.395		64.605	80.000			80.000
Outras movimentações de não controladores						(47.848)	(584.044)	(631.892)
Em 31 de dezembro de 2020	1.885.380	(7.017.379)	(3.690.663)	(45.071.337)	(53.893.999)	223.379	(2.771.286)	(56.441.906)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

ODBINV S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

Notas	Controladora		Consolidado	
	2020	2019 (Reapresentado)	2020	2019 (Reapresentado)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(10.392.507)	(14.234.116)	(12.591.534)	(14.632.606)
Ajustes:				
Participação em sociedades controladas e coligadas				
Resultado de equivalência patrimonial			73.403	39.463
Provisão para perda em investimentos	4 (b) (I)	13.997.943	(899.321)	157.608
Outras equivalências	4 (c) (II)	18.527.408		
Operações descontinuadas			(1.820.816)	(1.714.549)
Variação nas receitas de contratos de construção			(401.683)	(1.469.196)
Depreciação e amortização	15 e 16		6.476.359	6.646.149
Resultado na alienação de investimentos/ imobilizado			361.447	2.040.164
Lucro de operações descontinuadas			261.554	1.766.559
Juros e variações monetárias e cambiais, líquidas		734.158	15.842.911	10.387.397
Ajuste a valor justo/ valor presente		(20.065.732)	(2.313.806)	1.812.575
Impairment de ativos	26		1.397.558	(731.927)
Provisão e reversão para créditos de liquidação duvidosa			2.997.260	
Acordo de leniência				409.877
Provisão para indenizações - Alagoas	2 (c) (ii)		6.901.828	3.383.067
Provisão para perdas e baixas de ativos de longa duração			75.865	1.277.406
Provisão para garantias			1.612.483	
Outros		(194)	(311.955)	(2.098.488)
	3.916.129	497.791	17.661.553	7.273.499
Variação nos ativos e passivos:				
Aplicação financeira			(1.787.619)	800.336
Contas a receber de clientes			(139.782)	2.161.403
Estoques			(17.531)	853.485
Tributos a recuperar	172	163	1.830.152	1.122.056
Despesas pagas antecipadamente			299.862	123.190
Depósitos judiciais - Alagoas			3.746.107	(3.680.460)
Outros ativos/passivos	(367.181)	(137.646)	(648.244)	70.270
Fornecedores e subempreiteiros	(3.473)	784	(2.877.037)	631.810
Adiantamentos recebidos de clientes			(966.475)	(96.230)
Impostos, taxas, salários e contribuições sociais	1.085	5.655	(139.814)	(1.448.070)
Ativos e passivos mantidos para venda				1.515.043
Acordo de leniência			(392.375)	(341.606)
Recompra de ações	(3.544.557)		(3.544.557)	
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) operações	2.175	366.747	13.024.240	8.984.726
Juros pagos - atividades operacionais			(13.665)	(85.879)
Juros pagos - financiamentos	17 (d)		(3.208.128)	(2.828.515)
Juros pagos - debêntures	18 (c)		(24.945)	(47.421)
Juros pagos - arrendamentos			(192.039)	(160.775)
Juros recebidos - atividades operacionais			7	21.794
Dividendos e JCP recebidos			209.007	133.428
Imposto de renda e contribuição social pagos			(273.668)	(426.063)
Ativos não circulantes mantidos para venda			5.468	(4.035)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	2.175	366.747	9.526.277	5.587.260
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Adições ao investimento			(58.928)	(103.114)
Redução de investimentos/ ativos mantidos para venda			28.587	1.706.192
Recursos recebidos na venda de investimentos			276	(2.626)
Recebimento pela venda de imobilizado			33.142	12.654
Adições ao imobilizado	15 e 16		(3.718.561)	(3.481.889)
Adições ao intangível	15 e 16		(178.418)	(254.567)
Efeito da descontinuação do caixa de controladas			89	
Gastos com formação de ativo biológico			(460.139)	(497.601)
Arrendamento (Aluguel)				
Amortização			8.240	
Aplicações financeiras			144.901	(81.550)
Adiantamento para futuro aumento de capital			(7.100)	(53.158)
Outros			1.342	
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos			(4.206.569)	(2.755.659)

ODBINV S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2020	2019 (Reapresentado)	2020	2019 (Reapresentado)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos					
Partes relacionadas					
Recursos recebidos de (liberados para) partes relacionadas		(2.219)	(366.703)	21.750	(1.436.573)
Divida de curto e longo prazos, líquida					
Captações	17 (d)			13.537.958	25.076.712
Pagamentos - principal	17 (d)			(11.877.725)	(24.932.223)
Dividendos pagos				(32.360)	(421.871)
Aumento de capital				474	7.380
Redução de capital					358
Debêntures					
Amortização	18 (c)			(35.461)	(118.432)
Arrendamento mercantil					
Captação				162.278	74.148
Pagamentos - principal				(741.762)	(970.359)
Ativos não circulantes mantidos para venda				545	(5.699)
Adiantamento para futuro aumento de capital				7.024	2.112
Outros				(586.276)	570.799
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamentos		(2.219)	(366.703)	456.445	(2.153.648)
Efeito de variação da taxa de câmbio no caixa e equivalentes de caixa				1.945.175	158.293
Caixa e equivalente de caixa de controladas excluídas da consolidação, líquidos				(485.448)	11
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquido		(44)	44	7.235.880	836.257
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6	47	3	9.521.012	8.684.755
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	6	3	47	16.756.892	9.521.012

ODBINV S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

(continuação)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2020	2019 (Reapresentado)	2020	2019 (Reapresentado)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos					
Partes relacionadas					
Recursos recebidos de (liberados para) partes relacionadas		(2.219)	(366.703)	21.750	(1.436.573)
Dívida de curto e longo prazos, líquida					
Captações				13.537.958	25.076.712
Pagamentos - principal	17 (d)			(11.877.725)	(24.932.223)
Dividendos pagos				(32.360)	(421.871)
Aumento de capital				474	7.380
Redução de capital					358
Debêntures					
Amortização	18 (c)			(35.461)	(118.432)
Arrendamento mercantil					
Captação				162.278	74.148
Pagamentos - principal				(741.762)	(970.359)
Ativos não circulantes mantidos para venda				545	(5.699)
Adiantamento para futuro aumento de capital				7.024	2.112
Outros				(586.276)	570.799
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamentos		(2.219)	(366.703)	456.445	(2.153.648)
Efeito de variação da taxa de câmbio no caixa e equivalentes de caixa					
Caixa e equivalente de caixa de controladas excluídas da consolidação, líquidos				1.945.175	158.293
				(485.448)	11
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquido		(44)	44	7.235.880	836.257
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6	47	3	9.521.012	8.684.755
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	6	3	47	16.756.892	9.521.012

ODBINV S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional

A ODBINV S.A. – Em Recuperação Judicial (“ODBINV” ou “Companhia”) tem como objeto social participar em outras sociedades que explorem, dentre outros, os negócios de engenharia, construção em todos os seus ramos e especialidades, desenvolvimento urbano, infraestrutura de transporte, indústria naval e participações e investimentos, empreendimentos imobiliários, exploração de substâncias minerais, serviços integrados para a indústria de óleo e gás, concessão de obras e serviços públicos, geração e comercialização de energia elétrica, montagem industrial, automação, química e petroquímica, produção industrial de açúcar e etanol, bioenergia, engenharia ambiental, administração de bens e propriedades rurais, exportação e importação de bens e serviços, além do segmento de defesa e tecnologia.

A Companhia possui sede em Salvador - Bahia e é controlada pela Kieppe Participações e Administração Ltda. – Em Recuperação Judicial. A Companhia é controladora direta da Novonor S.A. – Em Recuperação Judicial (“Novonor”) e através de suas controladas e coligadas desenvolve atividades empresariais em diversos países da América do Sul, América Central, América do Norte, África, Ásia e Europa.

A razão social de todas as controladas, coligadas e controladas em conjunto da Companhia divulgadas nesta demonstração financeira está disponível na Nota 33.

(a) Recuperação judicial

Em 17 de junho de 2019, a Companhia, juntamente com sua controladora direta Kieppe Participações e Administração Ltda – Em Recuperação Judicial (“Kieppe”), controlada direta Novonor e as controladas indiretas OSP Inv, OSP, Atvos Inv, OPISA, OPI, ODBIC, OFL, OE Inv, OE, OEPSA, OEB, OPE, EORJ, OP Inv, OPP, OP Centro, OP Gestão e Mectron, ajuizaram pedido de recuperação judicial perante a 1ª Vara de Falência e Recuperação Judicial da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, nos termos da Lei nº 11.101/05 (“RJ”).

A Companhia e as demais empresas em RJ continuaram mantendo suas atividades, com acompanhamento por um administrador judicial nomeado pelo juízo da RJ.

Em 18 de junho de 2019, foi deferido o processamento da recuperação judicial, que teve como principais efeitos a suspensão de todas as ações e execuções em face das Recuperandas e o início do prazo legal para que a empresa apresente uma proposta de plano de recuperação.

O Juízo da RJ nomeou a Alvarez & Marsal Administração Judicial Ltda., para exercer a função de administrador judicial. Nos termos da Lei nº 11.101/05, cabe ao administrador judicial, dentre outras funções, fiscalizar a regularidade do processo de RJ, informar o juízo sobre a situação da empresa e o cumprimento dos prazos, assim como fornecer relatórios mensais com o acompanhamento financeiro, enquanto perdurar a RJ. A Companhia, sua controladora e controladas apresentam mensalmente ao administrador judicial, as Demonstrações Financeiras, Posição analítica do ativo imobilizado, Acompanhamento orçamentário, Fluxo de caixa, dentre outros relatórios, com a finalidade de subsidiar a elaboração de tais relatórios de acompanhamento financeiro apresentados em Juízo pelo administrador judicial.

Em 26 de agosto de 2019, a Companhia em cumprimento ao prazo legal, juntamente com sua controladora apresentou a versão preliminar do plano de recuperação judicial, assim como do laudo econômico-financeiro e de avaliação de bens e ativos.

ODBINV S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A primeira Assembleia Geral de Credores (“AGC”) das Recuperandas foi convocada para 4 de dezembro de 2019. O quórum de instalação foi apurado de forma individual em relação a cada uma das Recuperandas, de forma que, nesta primeira convocação, não foram instaladas as AGCs de algumas Recuperandas, e as que foram acabaram por ser suspensas.

Em 10 de dezembro de 2019, houve instalação das AGCs das Recuperandas que ainda não haviam sido instaladas, e todas as AGCs foram novamente suspensas. Nesta mesma data, os credores da Atvos Inv deliberaram pela rejeição da consolidação substancial em relação a essa sociedade.

Em 12 de dezembro de 2019, os credores titulares de 100% dos créditos presentes na AGC da Atvos Inv, excluídas as abstenções, aprovaram a proposta de desistência da recuperação judicial apresentada pela Atvos Inv. Em 31 de janeiro de 2020, o juízo da recuperação judicial homologou a desistência da Atvos Inv, diante da aprovação regular pelos seus credores. Essa decisão foi objeto de recurso, que se encontra pendente de julgamento.

Houve mais algumas suspensões de AGCs para continuidade das negociações em torno dos planos de recuperação judicial.

Em 22 de abril de 2020, a AGC de todas as Recuperandas foi retomada. Para as controladas indiretas OPP, OP Centro, OFL, OPE, OPI, Mectron, OEP e OEB, deliberou-se nova suspensão. Para as demais, deliberou-se a respeito da consolidação substancial, com o resultado de que os credores da Companhia, da controladora Kieppe, controlada direta Novonor e controladas indiretas EORJ, OP Inv e OE Inv deliberaram pela consolidação substancial, e os credores das controladas indiretas OSPINV, OPISA, OP Gestão, ODBIC, OE e OSP deliberaram pela não consolidação substancial. Na sequência, o plano de recuperação judicial consolidado foi aprovado com quórum superior a 80% na Classe 3 e de 100% nas demais classes e os planos de recuperação individual de cada Recuperanda não consolidada foram aprovados por 100% dos respectivos credores presentes na AGC (Nota 31).

Em 3 de agosto de 2020, o Plano Consolidado foi homologado, com modificação de determinadas cláusulas. Os planos individuais aprovados na mesma data também foram homologados pelo juízo da recuperação judicial.

Em AGC ocorrida em 8 de setembro de 2020 foi deliberada a não consolidação e a aprovação do plano de recuperação judicial da OFL cuja homologação ocorreu em 11 de novembro de 2020.

Em AGC ocorrida em 15 de outubro de 2020 foi deliberada a não consolidação e a aprovação dos planos de recuperação judicial da OPP e OPCA. Os planos da OPCA e OPP foram homologados em 18 de dezembro de 2020 e 22 de janeiro de 2021, respectivamente.

Em 10 de dezembro de 2020, a AGC aprovou o plano individual de recuperação judicial da controlada indireta Mectron por 100% dos credores e 100% dos créditos da Classe III, a homologação do plano ocorreu em 21 de janeiro de 2021.

Em 22 de fevereiro de 2021, a AGC aprovou o plano individual de recuperação judicial da controlada indireta OEB, tendo a sua homologação ocorrido em 11 de agosto de 2021.

Em 15 de julho de 2021, a AGC aprovou o plano individual de recuperação judicial da controlada indireta OEP.

Até o momento as controladas indiretas OPE e OPI não tiveram seus planos de recuperação judicial aprovados, as mesmas permanecem buscando as devidas aprovações junto às respectivas Assembleias Gerais de Credores.

ODBINV S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O Plano Consolidado prevê as seguintes condições de reestruturação da dívida dos seus credores:

- Créditos Trabalhistas

Os Credores Trabalhistas, exceto Partes Relacionadas, terão seus Créditos reestruturados e pagos até o limite de R\$ 3 milhões, em parcela única, devida no último dia útil do 12º mês contado a partir de 16 de dezembro de 2019. Estes créditos serão corrigidos com juros e correção ao IPCA desde a data do pedido até a implementação dos pagamentos previstos.

Os Credores Trabalhistas que sejam Partes Relacionadas terão seus Créditos Trabalhistas Partes Relacionadas reestruturados e pagos até o limite de 150 salários mínimos, em parcela única, devida no último dia útil do 12º mês contado a partir de 16 de dezembro de 2019.

- Créditos com Garantia Real

Os Credores com Garantia Real terão seus Créditos com Garantia Real reestruturados e integralmente pagos por meio de Instrumentos de Pagamento, conforme oportunamente eleitos. Cada credor terá o direito de receber ou subscrever R\$ 1,00 (um real), de valor de face de Instrumentos de Pagamento para cada R\$ 1,00 (um real) em Créditos com Garantia Real. É possível a dação do bem gravado com garantia real em pagamento da dívida, desde que com a concordância do respectivo credor, sendo que eventual saldo remanescente deverá ser considerado crédito quirografário e pago por meio de Instrumento de pagamento. Explicações sobre as modalidades de Instrumentos de Pagamento estão descritas no item a seguir.

- Créditos Quirografários Financeiros

Os Credores Quirografários Financeiros poderão eleger a forma de pagamento, de acordo com uma das seguintes opções de pagamento:

Opção A - Pagamento até o limite de R\$ 150 mil, em parcela única, no último dia útil do 12º mês a partir da data de homologação judicial do plano. Caso o montante do Crédito seja superior a este valor será novado, passando a corresponder a R\$ 150 mil e incluirá juros e correção monetária incidindo sobre os créditos correspondentes à TR desde a data do pedido até a data do efetivo pagamento.

Opção B - Reestruturados e integralmente pagos por meio de Instrumentos de Pagamento, conforme oportunamente eleito. Cada Credor terá o direito de receber ou subscrever R\$ 1,00 (um real), de valor de face de Instrumentos de Pagamento para cada R\$ 1,00 (um real) em Créditos Quirografários Financeiros.

Não Financeiros

Os Credores Quirografários Não Financeiros poderão eleger a forma de pagamento de acordo com uma das Opções de Pagamento abaixo descritas:

Opção A - Pagamento até o limite de R\$ 150 mil, em parcela única, no último dia útil do 12º mês a partir da data de homologação judicial do plano. Caso o montante do Crédito seja superior a este valor será novado, passando a corresponder a R\$ 150 mil e incluirá juros e correção monetária incidindo sobre os créditos correspondentes à TR desde a data do pedido até a data do efetivo pagamento.

Opção B - Nesta opção os Credores terão seus créditos reestruturados e pagos por meio da combinação de (i) pagamento em dinheiro (sujeito a determinadas condições); e (ii) Instrumentos de Pagamento, sujeitos a determinados termos, condições e limites da seguinte forma:

ODBINV S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (i) Até R\$ 750 mil o Credor receberá o montante integral de seu Crédito por meio de Pagamento em Dinheiro;
- (ii) Superiores a R\$ 750 mil e inferiores ou iguais a R\$ 1.071 mil o Credor receberá seu Crédito por meio da combinação entre 1) Pagamento em Dinheiro, até o limite de R\$ 750 mil; e 2) para o saldo remanescente, Instrumentos de Pagamento;
- (iii) Superiores a R\$ 1.071 mil e inferiores ou iguais a R\$ 4.286 mil, o Credor receberá seu Crédito por meio da combinação entre 1) Pagamento em Dinheiro, em montante correspondente a 70% de seu Crédito; e 2) para o saldo remanescente, Instrumentos de Pagamento;
- (iv) Superiores a R\$ 4.286 mil, o Credor receberá seu Crédito por meio da combinação entre 1) Pagamento em Dinheiro, correspondente a R\$ 3.000 mil; e o saldo remanescente em Instrumentos de Pagamento (mencionado na modalidade Créditos com Garantia Real)

Sobre Créditos Quirografários Não Financeiros Opção B que fizerem jus a pagamentos em dinheiro, a serem incorporados no valor de principal devido, correspondente ao IPCA, desde a data do pedido até a implementação de todos os pagamentos previstos no Plano.

Os Pagamentos em dinheiro terão origem nas seguintes fontes:

1º Dividendos de controladas. Pagamento em recursos monetários nacionais, mediante recebimento, pelas Recuperandas, de recursos a título de Dividendos Controladas referentes aos anos fiscais de 2019, 2020 e 2021, de acordo com a Cascata de Dividendos Controladas, até o limite de R\$ 39 milhões por ano, a serem distribuídos igualmente entre os Credores Quirografários Não Financeiros Opção B, e pagos em até 60 dias corridos contados da data em que quaisquer Recuperandas efetivamente recebam Dividendos Controladas.

2º Caixa para distribuição. Eventual saldo remanescente de Créditos Quirografários Não Financeiros Opção B após pagamentos acima mencionado, será pago com recursos monetários nacionais, até o limite agregado de R\$ 150 milhões, por meio da alocação do caixa para distribuição, observada a regra de utilização do caixa para distribuição descrito no Plano de Recuperação Judicial.

De acordo com o plano o “Instrumentos de Pagamento” são os (i) Instrumentos de Pagamento – Bonds; (ii) Instrumentos de Pagamento – Debêntures Privadas; (iii) Instrumentos de Pagamento – Debêntures Públicas; e (iv) Instrumentos de Pagamento – Plano. A opção por cada modalidade depende das características dos credores, mas os direitos e prerrogativas de cada modalidade são equivalentes.

Os Instrumentos de Pagamento serão amortizados a cada data de amortização com recursos provenientes do caixa para distribuição (conforme regras do plano), de forma pro rata. O primeiro pagamento será devido na primeira data de amortização que ocorrer após 3 anos contados da data de homologação Judicial do Plano (“Prazo de Carência”), sendo que para cada R\$ 1,00 (um real) de Caixa para distribuição destinado à amortização dos Instrumentos de Pagamento, R\$ 1,00 (um real) será deduzido do valor de face e/ou do valor de principal dos respectivos Instrumentos de Pagamento, podendo as Recuperandas, a qualquer tempo, realizar amortizações antecipadas.

- Créditos Pequenas e Médias empresas (“ME/EPP”)

Os Credores ME/EPP terão seus Créditos reestruturados e integralmente pagos da seguinte forma:

ODBINV S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (i) Pagamento até o limite de R\$ 150 mil em parcela única, no último dia útil do 12º mês contado da data de homologação judicial do Plano Consolidado; e
- (ii) Eventual saldo remanescente existente será pago em Instrumentos de Pagamento, cujos termos e condições de emissão, vigência, vencimento e remuneração mencionados anteriormente. Cada Credor terá o direito de receber ou subscrever R\$ 1,00 (um real) de valor de face de Instrumentos de Pagamento para cada R\$ 1,00 (um real) em Saldo de Créditos ME/EPP.

Os créditos serão corrigidos com juros e correção monetária (i) sobre o saldo de Créditos devidos a serem incorporados no valor de principal devido correspondentes ao IPCA; e (ii) nas hipóteses Instrumento de pagamento conforme regras do Instrumento.

- **Créditos Ilíquidos**

Todos os Créditos Ilíquidos, incluindo os Créditos ainda sujeitos a Ações Judiciais e/ou Procedimentos Arbitrais estão integralmente sujeitos aos termos e condições do Plano Consolidado e aos efeitos da Recuperação Judicial.

Os Créditos Ilíquidos, uma vez materializados e reconhecidos por decisão judicial transitada em julgado e/ou arbitral final e irrecorrível, serão pagos conforme tratamento atribuídos aos Créditos Retardatários nos termos do Plano Consolidado e na classe correspondente ao Crédito Ilíquido em questão.

- **Créditos Intercompany**

O pagamento dos Créditos Intercompany será, em quaisquer hipóteses, subordinado a todos os Créditos Concursais em termos de estrutura, garantias e tempo de pagamento. Os Créditos Intercompany poderão ser convertidos em capital social ou poderão ser objeto de compensação, desde que, em qualquer das hipóteses, a conversão em capital, subordinação ou compensação (cumulativamente) não gere transferência ou impacto de caixa, não resulte na ampliação do valor da exposição de crédito, entre outros. As Recuperandas e as Requerentes poderão oportunamente convencionar formas alternativas de extinção desses Créditos Intercompany observadas as hipóteses, cumulativamente, dos itens (i) a (v) acima, os procedimentos e legislação aplicáveis e o disposto neste Plano.

- **Créditos Extraconcursais**

Os Créditos Extraconcursais não estão sujeitos e foram novados pelo Plano, sendo que sua reestruturação dependerá de negociações bilaterais com os Credores Extraconcursais. As garantias fiduciárias outorgadas por Recuperandas se manterão válidas, vigentes, exigíveis e eficazes de acordo com os seus respectivos termos e condições originalmente contratados.

Efeitos do plano aprovado

Nos termos do CPC 26 (IAS 1) a Companhia entende que a homologação do Plano é o evento que permite o registro dos efeitos da reestruturação dos seus passivos, portanto para as controladas que o Plano não foi homologado em 2020 a Companhia não reconheceu qualquer impacto nos passivos financeiros em 31 de dezembro de 2020.

Para a Companhia e aquelas controladas que tiveram seus planos homologados em 2020, os efeitos da reestruturação dos passivos foram registrados.

ODBINV S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em cumprimento ao CPC 48 “Instrumentos Financeiros”, os passivos reestruturados no âmbito do Plano, cuja, a modificação em relação aos contratos originais foi substancial, foram desreconhecidos e novos passivos foram reconhecidos ao valor justo, pela metodologia do fluxo de caixa descontado, a taxa de desconto utilizada foi de 17,8%. Os impactos estão demonstrados a seguir:

(i) Balanço patrimonial

Passivo circulante e Passivo não circulante	Controladora			Saldo em 31 de dezembro de 2020
	Saldo antes dos efeitos do PRJ	Ajuste de reestruturação da dívida (AVJ e outros)	Juros (PRJ)	
Recuperação de ações	3.151.754	(2.454.464)	231.133	928.423
Sociedades do Grupo Novonor	18.680.241	(18.527.408)		152.833
	<u>21.831.995</u>	<u>(20.981.872)</u>	<u>231.133</u>	<u>1.081.256</u>

Passivo circulante e Passivo não circulante	Consolidado			Saldo em 31 de dezembro de 2020
	Saldo antes dos efeitos do PRJ	Ajuste de reestruturação da dívida (AVJ e outros)	Juros (PRJ)	
Financiamentos e arrendamentos mercantis	95.476.700	(17.638)	985	95.460.047
Fornecedores e subempreiteiros	16.068.586	(3.848)	1.270	16.066.008
Sociedades do Grupo Novonor	7.765.839	(1.907.087)		5.858.752
Recuperação de ações	3.151.754	(2.454.464)	231.133	928.423
Obrigações sociais e trabalhistas	1.611.493	(88.193)	1.066	1.524.366
Outros passivos	8.130.644	(69.032)		8.061.612
	<u>132.205.016</u>	<u>(4.540.262)</u>	<u>234.454</u>	<u>127.899.208</u>

(ii) Demonstração do resultado

Resultado financeiro, líquido	Controladora			Saldo em 31 de dezembro de 2020
	Saldo antes dos efeitos do PRJ	Ajuste de reestruturação da dívida (AVJ e outros)	Juros (PRJ)	
Receitas financeiras	3.064	20.981.872		20.984.936
Despesas financeiras	(130.434)		(231.133)	(361.567)
	<u>(127.370)</u>	<u>20.981.872</u>	<u>(231.133)</u>	<u>20.623.369</u>

Receitas (despesas) operacionais	Consolidado			Saldo em 31 de dezembro de 2020
	Saldo antes dos efeitos do PRJ	Ajuste de reestruturação da dívida (AVJ e outros)	Juros (PRJ)	
Reversão de provisão para remuneração dos administradores		88.193		88.193
Resultado financeiro, líquido	13.761.600	4.452.069		18.213.669
Receitas financeiras	(32.052.717)		(234.454)	(32.287.171)
Despesas financeiras	(18.291.117)	4.540.262	(234.454)	(13.985.309)

ODBINV S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Performance operacional

A Companhia encerrou o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 com prejuízo de R\$ 10.392.507 (31 de dezembro de 2019 - R\$ 14.234.116) na controladora e R\$ 14.723.683 (31 de dezembro de 2019 - R\$ 16.803.727) no consolidado. O resultado do exercício reflete principalmente: (i) os efeitos decorrentes da alta do dólar; (ii) Impairment de ativos; (iii) impactos da desaceleração do setor de construção civil que atingiram as controladas indiretas OEC e OR; (iv) o efeito de provisões para indenizações de danos ambientais ocorridos nas operações de Alagoas da controlada indireta Braskem; e (v) redução da capacidade produtiva devido a COVID-19 (Nota 1 (c)).

Em de 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresentou passivo a descoberto na controladora de R\$ 53.893.999 (31 de dezembro de 2019 - R\$ 38.472.569) e R\$ 56.441.906 (31 de dezembro de 2019 - R\$ 36.057.408) no consolidado. Adicionalmente, a Companhia apresentou excesso de passivo circulante em relação ao ativo circulante no montante de R\$ 22.207.986 (31 de dezembro de 2019 - R\$ 34.651.807) no consolidado, substancialmente em virtude de:

- R\$ 2.285.615 (31 de dezembro de 2019 – R\$ 2.213.883) na controlada direta Novonor, em virtude da reclassificação para o passivo circulante dos contratos de debêntures com terceiros que previam a entrada em Recuperação Judicial, como evento de antecipação dos prazos das dívidas (covenants), em atendimento ao “CPC 26 – Apresentação das Demonstrações contábeis (Nota 18);
- R\$ 3.517.155 (31 de dezembro de 2019 – R\$ 3.587.315) na controlada indireta OEC decorrente principalmente da (i) operação descontinuada na Venezuela; e (ii) ajuste a valor presente dos créditos detidos por empresas controladas pela OEC junto à Biocom;
- R\$ 4.139.274 e R\$ 557.486 (31 de dezembro de 2019 – R\$ 3.327.670 e R\$ 521.138), das controladas indiretas OEP e OEB respectivamente, em virtude da reclassificação para o passivo circulante dos contratos de debêntures que previam a entrada em Recuperação Judicial, como evento de antecipação dos prazos das dívidas (covenants), em atendimento ao “CPC 26 – Apresentação das Demonstrações contábeis (Nota 18);
- R\$ 9.078.672 ((31 de dezembro de 2019 – R\$ 8.777.512) da controlada indireta OSP Inv, em virtude da reclassificação para o passivo circulante dos contratos de debêntures com terceiros que previam a entrada em Recuperação Judicial, como evento de antecipação dos prazos das dívidas (covenants), em atendimento ao “CPC 26 – Apresentação das Demonstrações contábeis (Nota 18);
- R\$ 1.823.386 (31 de dezembro de 2019 – R\$ 1.857.183) da controlada indireta OTP decorrente do vencimento dos empréstimos e financiamentos da controlada indireta CRO (Nota 17).

A administração da Companhia e das suas controladas vem adotando uma estratégia com foco em liquidez e na estabilização do Grupo, visando o fortalecimento da estrutura de capital do seu portfólio, buscando: (i) a reestruturação financeira de alguns negócios; (ii) desmobilização de ativos; e (iii) renegociação das dívidas mediante a aprovação e homologação dos Planos de Recuperação Judicial da Companhia e determinadas controladas (Nota 1 (a)).

(c) Principais impactos e medidas adotadas relacionadas a COVID 19

O COVID-19 (“coronavírus”) foi primeiramente reportado em Wuhan, na China continental e, posteriormente, espalhou-se por diversos países. Desde então, têm sido informados mundialmente casos de contágio e fatalidade devido ao vírus, de forma que, em 3 de março de 2020, o surto foi caracterizado como pandemia pela Organização Mundial da Saúde.

ODBINV S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A partir de março de 2020, a Companhia e suas Controladas, de forma gradual, foram liberando as áreas administrativas para trabalho na modalidade home office, como forma de prevenir o avanço do contágio. A partir do segundo semestre de 2020, a Companhia e determinadas controladas retornaram as atividades administrativas de forma presencial enquanto outras controladas permaneceram exercendo as atividades na modalidade home office ou de forma híbrida presencial/ home office.

A Companhia e suas controladas permanecem adotando medidas para garantir a segurança dos seus integrantes respeitando todas as recomendações das autoridades de saúde nacionais e internacionais.

A Companhia e suas controladas revisaram as estimativas contábeis para realização de ativos, incluindo as estimativas de perdas sobre as contas a receber de clientes, redução ao valor recuperável de estoques, imobilizado impostos diferidos ativos e demais ativos, ou relacionadas à provisão de obrigações e não foram identificados efeitos relevantes que deveriam estar refletidos nas demonstrações do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, exceto pelo reconhecimento perdas por impairment em sondas de perfuração na controlada indireta Ocyan no montante de R\$ 523.848 (Nota 15).

Abaixo relacionamos as principais ações e impactos nas controladas indiretas do Grupo Novonor:

OEC e OPI

Até 31 de dezembro de 2020, as operações da controlada indireta OEC e controlada indireta OPI, em alguns países, tiveram interrupções temporárias em projetos/obras. Até o momento, não foram identificados impactos financeiros significativos relacionados direta ou indiretamente à COVID-19.

A controlada indireta OEC e controlada indireta OPI têm feito esforços para preservar seus fluxos de caixa no curto e médio prazo, sendo as principais ações destacadas abaixo:

- Medidas trabalhistas e fiscais de acordo com as previsões legais, instituídas pelos governos de cada país em decorrência da pandemia;
- Renegociação com os principais credores, objetivando a manutenção da produção das obras em curso, sem afetar o caixa do curto prazo;
- Análise detalhada das cláusulas contratuais com clientes e fornecedores, para identificar os riscos e direitos envolvidos, diante do atual cenário; e
- Análise contratual para reequilíbrio orçamentário das obras paralisadas ou que estão em escala reduzida de produção.

Braskem

Ao longo do segundo trimestre de 2020 as taxas de utilização das plantas petroquímicas no Brasil e nos Estados Unidos foram temporariamente reduzidas em razão da menor demanda dos nossos produtos e do movimento de redução de estoques na cadeia produtiva da petroquímica e dos plásticos. As taxas de operação acompanharam a demanda de mercado e as oportunidades de exportação que surgiram em outras regiões, principalmente com o reinício de atividades na Ásia que ocorreu antes de outras regiões no mundo. No decorrer do terceiro trimestre de 2020, houve forte recuperação da demanda por resinas no Brasil e nos Estados Unidos. No quarto trimestre de 2020, a demanda por resinas permaneceu forte e as taxas de operação no Brasil e nos Estados Unidos se mantiveram em patamares similares ao trimestre anterior.

Durante 2020, a controlada indireta Braskem adotou medidas para preservação do caixa a fim de manter a sua estabilidade financeira e a resiliência dos seus negócios, dentre as quais se destacam:

- Desembolso da linha de crédito compromissada (Revolving Credit Facility) no montante de US\$ 1 bilhão em abril de 2020, com vencimento em 2023. Ao final de julho a controlada indireta Braskem realizou o pré-pagamento integral dessa linha, equivalente a R\$ 5,5 bilhões;

ODBINV S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

-
- Emissão de títulos de dívida no mercado internacional pela subsidiária indireta Braskem Holanda, em julho de 2020, no montante de US\$ 600 milhões (R\$ 3,2 bilhões);
- Redução dos custos fixos em aproximadamente 9%, quando comparado com o mesmo período de 2019;
- Redução dos investimentos previstos para 2020 de US\$ 721 milhões (R\$ 3,9 bilhões) para US\$ 555 milhões (R\$ 2,8 bilhões);
- Postergação das contribuições sociais no Brasil; e
- Otimizações do capital de giro.

OTP

Com a finalidade de manter os compromissos financeiros e manutenção dos empregos, os fluxos de caixa da controlada indireta OTP e suas controladas veem sendo reprogramados, por meio: (i) da postergação de investimentos não essenciais; (ii) da postergação do recolhimento de tributos, através da adesão à Medida Provisória 927/2020; (iii) da negociação com fornecedores para postergação de pagamentos; (iv) da negociação com Instituições Financeiras, com a finalidade de postergar os pagamentos de determinadas obrigações financeiras; (iv) de outras ações operacionais.

Observou-se uma queda em geral no volume de tráfego das rodovias em 2020 (em comparação a 2019). A CRC, por exemplo, constatou uma queda de 7,5% no volume de tráfego da rodovia em comparação a 2019, refletindo em uma redução na arrecadação. Por outro lado, a CRO não foi impactada de forma significativa, pois, apresentou um aumento no tráfego de veículos pesados (em torno de 3,5%, quando comparado a 2019), decorrente do crescimento das atividades do agronegócio.

Ocyan

No início de abril e nos meses que se seguiram, os países membros e não membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo e seus aliados (OPEP+) anunciaram acordos para a redução da produção combinada dos participantes o que fez com que o preço do petróleo Brent, apesar de ter oscilado ao longo do ano, se recuperasse no último trimestre mantendo-se no patamar de US\$ 40 a US\$ 50 por barril. Não houve até o presente momento impacto sobre as operações e a capacidade de cumprimento dos seus contratos da controlada indireta Ocyan.

(d) Autorização para emissão das Demonstrações Financeiras

A autorização para emissão dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi concedida pela Diretoria Executiva em 3 de setembro de 2021.

ODBINV S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1.1 Segmentos de atuação da Companhia

Essas informações têm por objetivo, apresentar os aspectos relacionados às operações relevantes por segmento de negócios.

Segmento	Principais empresas	Principal objeto social
Engenharia e Construção	OEC e controladas	<p>Participação em outras sociedades, o planejamento e a execução de projetos e obras de engenharia em todos os seus ramos e especialidades sob regime de empreitada, administração ou outros admitidos; instalações técnicas de engenharia civil, montagens industriais, consultoria, planejamento, assessoria e estudos técnicos, prestação de serviços administrativos ou técnicos e a prática de outras atividades econômicas conexas, inclusive as de importação e exportação, locação e compra e venda de equipamentos e transportes.</p> <p>Países de atuação: Brasil, Angola, Panamá, República Dominicana, Peru, Venezuela, Equador, Colômbia, México, Argentina, Portugal, Estados Unidos da América e Moçambique.</p>
Imobiliário	OR e controladas	<p>Realização de empreendimentos imobiliários, urbanos e rurais, incluindo a elaboração de projetos, as respectivas divulgações publicitárias, as operações de comercialização de unidades residenciais e/ou comerciais e a execução dos necessários serviços e obras de construção civil; a exploração no Brasil, direta ou indireta, de concessões de obras de serviços públicos de infraestrutura, incluindo, mas não se limitando a rodovias, pontes e outras atividades na área de infraestrutura; e a participação no capital social de outras sociedades.</p> <p>País de atuação: Brasil</p>
Petroquímico	Braskem e controladas	<p>Fabricação, comércio, importação e exportação de produtos químicos, petroquímicos, combustíveis, a produção, distribuição e comercialização de utilidades tais como, vapor, água, ar comprimido, gases industriais, assim como a prestação de serviços industriais e a produção, distribuição e comercialização de energia elétrica para seu consumo próprio e de outras empresas, além da participação em outras sociedades como sócia ou acionista.</p> <p>Países de atuação: Brasil, Estados Unidos, México e Alemanha</p>
Investimentos em infraestrutura mobilidade e óleo e gás	OPISA e controladas	<p>Exploração, no Brasil ou no exterior, direta ou indireta, dos negócios de concessões de obras e serviços públicos no âmbito das rodovias, ferrovias, portos, aeroportos, energia, saneamento básico, tratamento e abastecimento de água, esgotamento sanitário, arenas multiuso, além de outras atividades relacionadas à infraestrutura, serviços públicos, meio ambiente e entretenimento; a prestação de serviços de assessoria técnica relacionados aos negócios mencionados anteriormente; o exercício de atividades conexas ou relacionadas, direta ou indiretamente, com o objeto</p>

ODBINV S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		<p>social, inclusive importação e exportação; a participação no capital social de outras sociedades empresariais, personificadas ou não, na qualidade de sócia ou acionista e a intermediação e comercialização das propriedades de mídia desses negócios mencionados anteriormente.</p> <p>Países de atuação: Brasil, Peru, Colômbia, México, Áustria, Angola, Espanha, Luxemburgo, Venezuela, Panamá e África do Sul</p>
	Ocyan e controladas	<p>Prestação de serviços integrados para a indústria de Óleo e Gás upstream, tanto na fase de construção dos ativos e investimentos, quanto nas operações, nos segmentos de afretamento e operação de unidades de perfuração offshore, subsea, unidades flutuantes de produção, armazenamento e transferência de óleo (FPSO), além de serviços de instalação, manutenção e serviços complementares para produção de petróleo no Brasil.</p> <p>Países de atuação: Brasil, Ilhas Cayman, Holanda e Áustria</p>
	OTP e controladas	<p>Participação em consórcios ou no capital de sociedades no Brasil e exterior, que se proponham a desenvolver projetos, investir ou operar ativos, incluindo rodovias, ferrovias, hidrovias, metrô, dutos, portos, aeroportos, infraestrutura urbana, mobiliário urbano, estacionamentos de veículos, meios de pagamentos, estações aduaneiras interior, portos secos e/ou centros logísticos industriais aduaneiros; operação de quaisquer desses ativos de infraestrutura, celebrando contratos de concessão de serviços públicos, projetos de parcerias público privadas ou empreendimentos privados, atuando na cobrança dos serviços prestados, implantação, estudos ambientais ou outros, operação e manutenção do empreendimento, concessão ou parceria, podendo prestar serviços de consultoria, gestão e/ou supervisão no âmbito de tais atividades; e a participação em consórcios ou certos tipos de atividades que explorem, direta ou indiretamente, quaisquer das atividades descritas anteriormente.</p> <p>País de atuação: Brasil</p>
Outros investimentos	OPE e controladas	<p>Planejamento e a execução de projetos e obras de construção civil e engenharia, em todos os seus ramos e especialidades, sob regime de empreitada, administração ou outros admitidos; planejamento e a execução de projetos e obras no ramo da indústria naval, nas suas atividades de construção, prestação de serviços, montagem, manutenção, conversão, reparo e modernização de embarcações, plataformas, gasodutos, oleodutos, dutos submarinos e outros meios flutuantes; e participar em outras sociedades e investimentos nos seguimentos de atuação.</p> <p>País de atuação: Brasil</p>

ODBINV S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

OE Inv e controladas	Participação no capital social de outras companhias ou sociedades empresárias, personificadas ou não, na qualidade de sócia ou acionista, que explorem negócios de geração e comercialização de energia elétrica; a atuação como holding; o desenvolvimento de todas as atividades e a prestação de todos os serviços associados ou necessários à atuação no setor de energia elétrica, em todas as formas e modalidades, do Brasil e/ou de outros países; e o exercício de atividades conexas ou relacionadas, direta ou indiretamente, com o objeto social, no Brasil e em outros países. País de atuação: Brasil
OP Inv e controladas	Exploração e participação societária em negócios de concessões de obras e serviços públicos como arenas multiuso, estádios, ginásios, universidades, portos, parques olímpicos, centros administrativos, escolas, hospitais e outros, além de prestações de serviços relacionadas às atividades correlatas, e participação no capital social de outras empresas, personificadas ou não, na qualidade de sócia acionista. País de atuação: Brasil
Atvos Inv e coligadas	Participação no capital social de outras companhias ou sociedades empresárias, personificadas ou não, na qualidade de sócia ou acionista, que explorem o segmento de álcool, açúcar e amido. Atua como holding de investimentos para participação em empresas que atuam no setor sucroalcooleiro e de bioenergia, a partir da cana-de-açúcar e biomassa, respectivamente. Suas coligadas indiretas operacionais têm por objetivo o cultivo e a industrialização de cana-de-açúcar e mandioca, comercialização, importação e exportação de etanol e açúcar, além do fornecimento de biomassa para a cogeração de energia elétrica. País de atuação: Brasil

1.2 Principais movimentações societárias e assuntos relevantes em 2020
Essas informações têm por objetivo, apresentar aos usuários das demonstrações financeiras, aspectos relacionados às operações relevantes por segmento de negócios e os principais eventos societários ocorridos no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

(a) Segmento de engenharia e construção

(i) OEC

Bonds OFL

Em 15 de junho de 2020, a controlada indireta OEC lançou ao mercado o Consent Solicitation, solicitando apoio para a reestruturação dos Bonds OFL. Em 31 de julho de 2020, foi obtido apoio de credores representando mais de 73% dos credores detentores de Bonds OFL, cumprindo, assim, o requisito necessário para que as controladas OEC, a CNO e a OECI ajuizassem pedido de homologação de plano de recuperação extrajudicial ("Plano de RE") para implementação da reestruturação dos Bonds OFL ("RE da OEC"). Em 19 de agosto de 2020, as controladas OEC, a CNO e a OECI protocolaram, perante a 1ª Vara da Justiça de Falências e Recuperações Judiciais do Fórum Central Cível do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, o Plano de RE, o qual foi homologado no dia 26 de outubro de 2020.

ODBINV S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em linhas gerais, o Plano de RE e o Plano de Recuperação da OFL preveem o cancelamento das obrigações das controladas OEC, da CNO e da OECI com relação aos Bonds OFL e o pagamento dos credores detentores de Bonds OFL com o recebimento, de forma pro rata, de: (i) novas séries de notas quirografárias, em cada caso, em valor principal agregado igual a 45% da soma do principal e juros não pagos acumulados, de acordo com a série correspondente de Bonds OFL, a serem emitidas pela controlada indireta OEC Finance Limited (“Novas Notas”); e (ii) um instrumento de dívida participativa, que fará jus às futuras distribuições de resultados relacionadas à performance da controlada indireta OEC S.A., a ser emitido pela controlada indireta Odebrecht Holdco Finance Limited em valor principal agregado igual a 55% da soma do principal e juros não pagos acumulados dos Bonds OFL (“Instrumento Holdco”).

Em 8 de setembro de 2020, foi deliberada a não consolidação e a aprovação do plano de recuperação judicial da OFL cuja homologação ocorreu em 11 de novembro de 2020.

Em 24 de novembro de 2020, as controladas OFL, a OEC, a CNO e a OECI iniciaram os procedimentos de Chapter 15, Título 11, do Código de Falências dos Estados Unidos (“Chapter 15”) perante o Tribunal de Falências dos Estados Unidos para o Distrito Sul de Nova Iorque requerendo (i) o reconhecimento da RE da OEC e a RJ da Novonor, em relação à OFL, como processos principais estrangeiros, nos termos do Chapter 15; (ii) reconhecendo, fazendo cumprir e dando pleno vigor e efeito ao Plano de RE e ao Plano OFL no âmbito da jurisdição territorial dos Estados Unidos; e (iii) autorizando as partes a tomar todas as medidas necessárias para dar efeito aos termos do Plano de RE e ao Plano OFL. Em 30 de dezembro de 2020, foi proferida decisão nesses termos pelo Tribunal de Falências dos Estados Unidos para o Distrito Sul de Nova Iorque, permitindo o cancelamento dos Bonds OFL e o pagamento dos credores detentores de Bonds OFL com o recebimento de Novas Notas e do Instrumento Holdco, o que ocorreu em 20 de janeiro de 2021 (Nota 32).

Em 31 de julho de 2020, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento de capital na controlada indireta OEC S.A., mediante transferência integral das participações societárias das controladas diretas detidas pela OEC (CNO, OECI, Tenenge, OENGER, OEC Finance Limited), exceto a ODB Holdco. Nesta mesma data e após o evento anterior, foi aprovado o aumento de capital da ODB Holdco pela OEC, mediante transferência integral da participação societária da OEC S.A. detida pela OEC.

Em 20 de janeiro 2021, os credores detentores de Bonds OFL receberam, em pagamento de seus créditos, Novas Notas e unidades do Instrumento Holdco, onde 55% da dívida teve como emissor a ODB HoldCo e 45% OEC Finance (Nota 32).

(b) Segmento petroquímico

(i) Braskem

Início da produção em nova planta industrial

Em setembro de 2020, a controlada indireta Braskem iniciou a produção comercial de polipropileno (PP) de sua nova planta nos Estados Unidos. Localizada na cidade de La Porte, no estado do Texas, e com capacidade de produção de 450 mil toneladas por ano, a nova planta de PP nos Estados Unidos está em linha com a estratégia da controlada indireta Braskem de diversificação de sua matriz de matéria-prima e de expansão geográfica nas Américas, reforçando a sua posição de liderança na produção de PP na América do Norte.

ODBINV S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Operações Braskem Idesa

Conforme Fato Relevante divulgado em 2 de dezembro de 2020, a controlada indireta Braskem Idesa foi notificada pelo Centro Nacional de Control del Gas Natural ("Cenagas"), agência do governo mexicano responsável pelo sistema de dutos e transporte de gás natural na região, referente à interrupção, de forma unilateral, do serviço de transporte de gás natural, insumo energético essencial para produção de polietileno no Complexo Petroquímico do México. Com isso, e respeitando os protocolos de segurança, a Braskem Idesa interrompeu de forma imediata as atividades operacionais.

Em 7 de janeiro de 2021, a controlada indireta Braskem comunicou ao mercado a retomada parcial da produção de polietileno pela Braskem Idesa, com base em um modelo de negócio experimental, seguindo os protocolos de segurança e reduzindo o impacto no atendimento da demanda da indústria plástica mexicana. Adicionalmente, a Braskem Idesa tomou medidas legais nos termos do Contrato de Fornecimento de Etano firmado entre a Braskem Idesa e PEMEX Transformación Industrial e a PEMEX Exploración y Producción ("PEMEX").

Braskem Netherlands B.V., controladora direta da Braskem Idesa, também tomou medidas legais com base em normas internacionais aplicáveis na busca da preservação de direitos e do cumprimento de obrigações legais, e visando a proteção do seu investimento no México. Tais medidas preveem um período de remediação e negociação no qual se buscará uma solução entre as partes.

Conforme Comunicado ao Mercado em 1º de março de 2021 (Nota 32), a Braskem Idesa assinou determinados documentos para permitir a continuidade de suas operações. No momento, a controlada indireta Braskem Idesa não consegue prever o resultado de tais discussões com a PEMEX, seus acionistas e credores. A controlada indireta Braskem Idesa avaliou os pressupostos de continuidade operacional e concluiu ser capaz de realizar seus ativos e liquidar seus passivos no curso normal dos negócios.

- (c) Segmento em investimentos em infraestrutura, mobilidade e óleo e gás
- (i) OTP

Cessão contrato de concessão da controlada em conjunto Move SP

Foi concluída em 2 de outubro de 2020 a cessão do contrato de concessão da controlada em conjunto Move SP para a Acciona Construcción, S.A. ("Acciona"), que inclui a cessão definitiva do contrato de concessão da Linha 6 do Metrô de São Paulo e a transferência dos bens reversíveis da concessão.

Alienação de Rodovias

Em 7 de fevereiro de 2020, a controlada indireta ODBR firmou Contratos de Compra e Venda de Ações para a alienação de sua participação em cada uma das investidas indiretas: CBN, CRA e CRC. A conclusão desta operação ocorreu em abril de 2021 (Nota 32).

Resilição do contrato de arrendamento Agrovía do Nordeste S.A. ("Agrovía")

Em 3 de julho de 2019, foi aprovado o início do processo de resilição do contrato de arrendamento celebrado com SUAPE, sendo o pedido de rescisão amigável protocolado em 27 de agosto de 2019 na SNPTA. Tal pedido considera a indenização dos investimentos realizados na implantação do Terminal, cujos recursos farão frente aos passivos da Agrovía.

ODBINV S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 14 de agosto de 2020, foi publicada a “Medida Cautelar” administrativa para entrega da área arrendada à Autoridade Portuária da controlada indireta Agrovia. Nesse contexto, em 21 de agosto de 2020, foi formalizada a entrega da área para SUAPE, mediante a assinatura do Termo de Recebimento e de Relatório Técnico-Fotográfico, atestando a atual situação das instalações do Terminal. Com esta medida, todas as obrigações contratuais do contrato de arrendamento foram suspensas.

A resilição contratual ocorrerá após a verificação do eventual descumprimento das obrigações contratuais pela Agrovia e seus efeitos, bem como a definição de eventual montante a ser indenizado, considerando os investimentos previamente autorizados, ainda não amortizados e que estavam concluídos e operacionais na data da entrega da área consolidadas.

(ii) Ocyan

Em novembro de 2020, o contrato de afretamento e serviços da controlada indireta Ocyan FPSO CDI e a Petrobras foi cedido em sua totalidade de direitos e interesses para a Karoon Petróleo e Gás Ltda.

Em dezembro de 2020, foi assinado contrato de afretamento e serviços da Norbe VIII com a Petrobras, na qualidade de operadora e líder do Consórcio de Libra, por um prazo firme de 425 dias a partir da data de início das operações, podendo ser prorrogado pelo prazo máximo de 1.080 dias.

(d) Outros investimentos

(i) Atvos Inv, controladas e coligadas

Perda de controle ações da Atvos Agro

Em 4 de maio de 2020, a Atvos Agro e a Atvos Inv foram notificadas de que as ações representativas de 50% (cinquenta por cento) mais 1 (uma) ações do capital social da Atvos Agro teriam sido alienadas para o LSF10 Brazil U.S. Holdings (“Fundo Lone Star”) por credores titulares de garantia de alienação fiduciária incidente sobre as referidas ações.

Em 26 de novembro de 2020, o Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) concedeu pedido liminar requerido pelo Fundo Lone Star, determinando a transferência de 50% (cinquenta por cento) mais 1 (uma) ações do capital social da Atvos Agro nos livros dessa sociedade. A referida decisão judicial liminar tem caráter provisório.

Em 9 de dezembro de 2020, em atenção à decisão do TJ-SP, foi realizada a transferência de 50% (cinquenta por cento) mais 1 (uma) ações do capital social da Atvos Agro ao Fundo Lone Star. A transferência das ações representativas do controle da Atvos Agro ao Fundo Lone Star está atualmente sendo discutida em ações judiciais e em procedimento arbitral instaurado para esse fim.

A partir de 9 de dezembro de 2020 o Grupo Novonor deixou de consolidar o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado da Atvos Agro e suas controladas.

Recuperação judicial da coligada indireta Atvos Agro e suas controladas

Em 20 de maio de 2020, o Plano de Recuperação Judicial Consolidado coligada indireta Atvos Agro e suas controladas foi aprovado pelos credores em todos os cenários simulados pelo Administrador Judicial, enquanto os planos individuais de Agro Santa Luzia e Usina Conquista do Pontal foram aprovados na maioria dos cenários simulados.

Os planos de recuperação judicial aprovados em 20 de maio de 2020 foram homologados pelo Juiz em 17 de agosto de 2020.

ODBINV S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Incorporação da controlada Bahiamido

Em 31 de agosto de 2020, foi aprovada a incorporação total da controlada Bahiamido pela controlada indireta Atvos Inv. A incorporação não resultou em aumento no capital social ou emissão de novas ações, pois a incorporadora já detém 100% do Patrimônio Líquido (Passivo a descoberto) da incorporada.

(ii) OPE

A controlada indireta Enseada Participações juntamente com a controlada indireta Enseada protocolou pedido de recuperação judicial perante a Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, o juízo da RJ nomeou a Laspro Consultores Ltda para exercer a função de AJ e deferiu o pedido de recuperação judicial em 9 de outubro de 2019.

Em 16 de julho de 2020 foi convocada a primeira AGC das Recuperandas Enseada e Enseada, entretanto, em razão da ausência de quórum legal previsto no artigo 37, § 2º, da Lei nº 11.101/2005, a AGC não foi instalada em 1ª convocação. Sendo assim, a AGC reuniu-se em 2ª convocação, no dia 21 de julho de 2020, ocasião em que foi aprovada a suspensão da assembleia e remarcada por diversas vezes para data posterior, até o momento, os credores deliberaram pela suspensão dos trabalhos até o dia 14 de setembro de 2021.

Em julho de 2020, a empresa naval Petrocity Portos S.A. anunciou a intenção de contratar a controlada indireta Enseada para a construção de dois navios porta-contêineres, com financiamento aprovado pelo Fundo Nacional de Marinha Mercante. Em 26 de julho de 2020, a controlada indireta Enseada deu início às suas atividades relacionadas ao segmento logístico-portuário por meio de uma operação de exportação de minério de ferro. O uso das instalações da Enseada para este tipo de atividade faz parte do reposicionamento estratégico que está sendo implementado pela controlada indireta Enseada.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão descritas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e referendados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) mensurados ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras consolidadas requer o uso de certas estimativas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia e suas controladas no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras e consolidadas estão divulgadas na Nota 3.

ODBINV S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Demonstrações financeiras individuais

Nas demonstrações financeiras individuais as controladas e controladas em conjunto são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial, conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo CPC e referendadas pelo CFC. Os ajustes feitos nas demonstrações financeiras individuais são igualmente feitos nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuíveis aos acionistas da controladora.

(b) Mudanças em políticas contábeis significativas

As seguintes normas passaram a ser efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2020:

- Contratos Onerosos: custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37);
- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06/IFRS 16);
- Imobilizado: receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16);
- Referência à Estrutura Conceitual (alterações ao CPC 15/IFRS 3); e
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (alterações ao CPC 26/IAS 1).

A Companhia e suas controladas não tiveram impactos relevantes em relação a essas novas normas contábeis.

(c) Novas normas emitidas, mas ainda não vigentes

CPC 11 - Contratos de seguro

Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro (norma ainda não emitida pelo CPC no Brasil, mas que será codificada como CPC 50 - Contratos de Seguro e substituirá o CPC 11 - Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Assim que entrar em vigor, a IFRS 17 substituirá a IFRS 4 - Contratos de Seguro (IFRS 4) emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Aplicam-se algumas exceções de escopo. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Em contraste com os requisitos da IFRS 4, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por:

- Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável); e
- Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração.

A IFRS 17 vigora para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2021, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9 e a IFRS 15 na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS 17.

Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 (alterações ao CPC48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7, CPC 11/IFRS 4 e CPC 06/IFRS 16)

As alterações tratam de questões que podem afetar as demonstrações financeiras como resultado da reforma da taxa de juros de referência, incluindo os efeitos de mudanças nos fluxos de caixa contratuais ou relações de hedge decorrentes da substituição da taxa de juros de referência por uma taxa de referência alternativa. As alterações fornecem expediente prático para certos requisitos do CPC 48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7, CPC 11/IFRS 4 e CPC 06/IFRS 16 relacionados a:

- Mudanças na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros, passivos financeiros e passivos de arrendamento; e
- Contabilidade de hedge.

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2021.

ODBINV S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os possíveis impactos decorrentes da adoção desta norma para as demonstrações contábeis da Companhia e suas controladas estão sendo avaliados.

2.2 Consolidação

(i) Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais a Companhia detém o controle. A Companhia controla uma entidade quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre as empresas consolidadas são eliminados. Os prejuízos não realizados são eliminados, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

(ii) Transações com participações de não controladores e perda de controle em controladas

O Grupo trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos da Companhia. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido.

Quando a Companhia deixa de ter controle sobre a investida, qualquer participação retida é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado do exercício. O valor justo é o valor contábil inicial para subsequente contabilização da participação retida em uma coligada, uma joint venture ou um ativo financeiro.

Além disso, quaisquer valores previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes relativos àquela entidade são contabilizados como se a Companhia tivesse alienado diretamente os ativos ou passivos relacionados. Isso significa que os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados no resultado.

(iii) Coligadas e controladas em conjunto

Controladas em conjunto são todas as entidades sobre as quais a Companhia e suas controladas tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os investimentos em controladas em conjunto são classificados como operações em conjunto (joint operations) ou empreendimentos controlados em conjunto (joint ventures), dependendo dos direitos e das obrigações contratuais de cada investidor.

As operações em conjunto são contabilizadas nas demonstrações financeiras para representar os direitos e as obrigações contratuais da Companhia. Dessa forma, os ativos, passivos, receitas e despesas relacionados aos seus interesses em operação em conjunto são contabilizados individualmente nas demonstrações financeiras.

Coligadas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto. Os investimentos em coligadas e joint ventures são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. O investimento da Companhia em coligadas e joint ventures inclui o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por impairment acumulado.

A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de suas coligadas e joint ventures é reconhecida na demonstração do resultado e a participação nas mutações das reservas é reconhecida nas reservas da Companhia. Quando a participação da Companhia nas perdas de uma coligada ou joint venture for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Companhia não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da coligada ou controlada em conjunto.

ODBINV S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os ganhos não realizados das operações entre a Companhia e suas coligadas e joint ventures são eliminados na proporção da participação da Companhia. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido.

As políticas contábeis das coligadas são ajustadas, quando necessário, para fins de reconhecimento da equivalência patrimonial, com o objetivo de assegurar consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

(iv) Empresas consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia abrangem as informações da Companhia e de suas controladas nas quais mantém controle acionário ou controle das atividades, direta ou indiretamente, tendo as seguintes principais participações:

	País	Participação no capital social (%)	
		31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Investida direta			
Outros investimentos			
Novonor	Brasil	100,00	100,00
Investidas indiretas			
Segmento de Engenharia e Construção			
OEC	Brasil	100,00	100,00
Segmento Imobiliário			
OR	Brasil	100,00	100,00
Segmento Petroquímico			
Braskem (i)	Brasil	38,33	38,38
Segmento de Investimentos em infraestrutura, mobilidade e óleo e gás			
OPISA	Brasil	100,00	100,00
Ocyan	Brasil	100,00	100,00
OTP	Brasil	59,39	59,39
Outros investimentos			
Atvos Inv	Brasil	100,00	100,00
Horiens (ii)	Brasil	100,00	100,00
WINS	Ilhas Cayman	100,00	100,00
ODT	Brasil	100,00	100,00
OE Inv	Brasil	100,00	100,00
ODBIC	Bahamas	100,00	100,00
OP Inv	Brasil	100,00	100,00
OSP Inv	Brasil	100,00	100,00
OA Par	Brasil	70,00	70,00
OPE	Brasil	100,00	100,00
Condor	Brasil	100,00	100,00
Horiens Ltd. (ii)	Ilhas Cayman	100,00	100,00
FRVJ	Brasil	100,00	100,00
OIL	Portugal	100,00	100,00
OP Gestão	Brasil	100,00	100,00
Abiatar	Brasil	100,00	100,00
EORJ	Brasil	100,00	100,00
Mectron (iii)	Brasil	100,00	100,00

(i) A controlada indireta OSP Inv detém o controle da Braskem, possuindo 50,11% de ações do capital votante e 38,33% do capital total.

Nas demonstrações financeiras consolidadas foram eliminados os investimentos na proporção da participação da Companhia no patrimônio líquido e nos resultados da controlada, os saldos ativos, passivos, as receitas e as despesas entre as empresas.

2.3 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

ODBINV S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas em reais, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações, exceto para as controladas indiretas na Venezuela e Argentina, que opera em ambiente hiperinflacionário. Quando os ganhos são remensurados, os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do fim do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando diferidos no patrimônio como operações qualificadas de hedge de fluxo de caixa e hedge de investimento líquido.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com financiamentos e caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro, líquido" (Nota 28).

(c) Empresas da Companhia com moeda funcional diferente

Os resultados e a posição financeira de todas as empresas consolidadas da Companhia, cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação, são convertidos na moeda de apresentação, como segue:

- (i) Os ativos e passivos de cada balanço patrimonial apresentado são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço;
- (ii) O patrimônio líquido inicial de um exercício corresponde ao patrimônio líquido final do exercício anterior conforme convertido à época. As mutações do patrimônio inicial durante o exercício são convertidas pelas taxas em vigor nas respectivas datas de ocorrências;
- (iii) As receitas e despesas de cada demonstração do resultado são convertidas pelas taxas médias de câmbio dos respectivos exercícios; e
- (iv) Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial".

Quando uma operação no exterior é parcial ou totalmente alienada, as diferenças de câmbio que foram registradas no patrimônio são reconhecidas na demonstração do resultado como parte de ganho ou perda resultante da venda.

Ágio e ajustes de valor justo, decorrentes da aquisição de uma entidade no exterior, são tratados como ativos e passivos da entidade no exterior e convertidos pela taxa de fechamento.

Abaixo estão apresentados os principais países de atuação das controladas indiretas da Companhia que possuem subsidiárias e/ou sucursais com moeda funcional diferente da moeda de apresentação (Real):

Países	Controladas	Moeda funcional
Alemanha	Braskem	Euro
Angola	OEC	Dólar Norte-americano
Argentina	Braskem e OEC	Peso Argentino
Austria	Ocyan e OPI	Euro
Chile	Braskem	Peso Chileno
Colômbia	OEC	Peso Colombiano
Cuba	OEC	Peso Cubano
EUA	Braskem e OEC	Dólar Norte-americano
Holanda	Braskem e Ocyan	Euro
Ilhas Cayman	OEC e Ocyan	Dólar Norte-americano
Luxemburgo	OPI	Dólar Norte-americano
México	Braskem e OEC	Peso Mexicano
Panamá	OEC	Balboa
Peru	OEC e OPI	Novo Sol
Portugal	OEC	Euro
República Dominicana	OEC	Pesos Dominicanos
Venezuela	OEC	Bolívares Soberano

ODBINV S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Contabilidade em Economia Hiperinflacionária

As normas brasileiras de contabilidade (CPC 42/IAS 29) – “Contabilidade em Economia Hiperinflacionária”, requerem a preparação de informações financeiras atualizadas por índices de inflação em economias consideradas hiperinflacionárias, o que ocorre com os ativos, passivos, patrimônio líquido e resultado das entidades da Companhia na Venezuela e Argentina.

As informações financeiras na Venezuela foram atualizadas até 30 de junho de 2019 em conformidade com o INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), indicador oficial de atualização destas informações que foi publicado pelo Banco Central de Venezuela (“BCV”) em 28 de maio de 2019. O período relacionado aos meses de maio e junho de 2019, foram atualizados em conformidade com as diretrizes de cálculo previstos pelo BCV. A partir de 01 de julho de 2019 as informações financeiras da Venezuela não estão mais sujeitas a atualização por hiperinflação tendo em vista a descontinuidade da operação nesse país.

Na Argentina, as informações financeiras foram atualizadas em conformidade com o IPC (Índice de Preço ao Consumidor), indicador oficial de atualização destas informações que é publicado pelo Instituto Nacional de Estatística e Censos da Argentina (“INDEC”).

2.4 Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo, tendo como principais fontes de dados as bolsas de valores, bolsas de mercados futuros, divulgações do Banco Central e serviços de cotações. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de hedge. Sendo este caso, o método de natureza do item que está sendo protegido por hedge. A Companhia e suas controladas designam certos derivativos como:

- hedge do valor justo de ativos ou passivos reconhecidos ou de um compromisso firme (hedge de valor justo);
- hedge de um risco específico associado a um ativo ou passivo reconhecido ou uma operação prevista altamente provável (hedge de fluxo de caixa);
- hedge de investimento líquido em operações no exterior, considerando como instrumento de hedge os financiamentos obtidos através de Notas de Crédito à Exportação (“NCE”).

As controladas da Companhia documentam, no início da operação, a relação entre os instrumentos de hedge e os itens protegidos por hedge, assim como os objetivos da gestão de risco e a estratégia para a realização de várias operações de hedge. As controladas da Companhia também documentam sua avaliação, tanto no início do hedge como de forma contínua, de que os instrumentos usados nas operações de hedge são altamente eficazes na compensação de variações no valor justo ou nos fluxos de caixa dos itens protegidos por hedge. São realizados testes com o objetivo de comprovar a efetividade das operações de hedge no mínimo, a cada data de divulgação das investidas que detêm os referidos instrumentos.

Os valores justos dos instrumentos derivativos usados para fins de hedge estão divulgados na Nota 4.2.

Para propósito de hedge, a Companhia, sua controlada direta Novonor e suas controladas indiretas OTP, Ocyan, Braskem e Atvos Inv, amparam-se nas suas políticas de Gestão de Risco de Mercado, classificando os derivativos e passivos financeiros aplicáveis como hedge de fluxo de caixa e consideram altamente efetivos os instrumentos que se compensem. As controladas da Companhia consideram, portanto, um “hedge natural” de exposições ativas a manutenção de uma parcela significativa dos seus passivos financeiros também em dólares.

ODBINV S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Hedge de valor justo - Derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado

As variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como hedge de valor justo são registradas na demonstração do resultado, com quaisquer variações no valor justo do ativo ou passivo protegido por hedge que são atribuíveis ao risco protegido. A variação cambial, bem como o seu ajuste decorrente do reconhecimento do ganho ou perda do instrumento de hedge (derivativo embutido) é reconhecida no resultado do exercício. O ganho ou perda resultante do instrumento de hedge que é determinado como hedge eficaz, deve ser registrado como redutora da variação cambial do passivo relacionado a operação de pré-pagamento de exportação.

Caso a relação de hedge deixe de existir, a contabilização do derivativo embutido deverá continuar a ser realizada pelo seu valor justo, deixando-se de vincular este item tanto no resultado quanto no balanço com a operação do pré-pagamento de exportação.

(i) Braskem

A controlada indireta Braskem mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. Derivativos embutidos são separados de seus contratos principais e registrados separadamente caso o contrato principal não seja um ativo financeiro e certos critérios sejam atingidos. Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são normalmente registradas no resultado.

(b) Hedge de fluxo de caixa

A parcela efetiva das variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como hedge de fluxo de caixa é reconhecida no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial". O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é imediatamente reconhecido na demonstração do resultado, em "Resultado financeiro, líquido".

Os valores acumulados no patrimônio são realizados na demonstração do resultado nos períodos em que o item protegido por hedge afetar o resultado.

Quando um instrumento de hedge expire ou seja vendido, encerrado ou exercido, a contabilidade de hedge é descontinuada prospectivamente. Quando a contabilização dos hedges de fluxo de caixa for descontinuada, o valor que foi acumulado na reserva de hedge permanece no patrimônio líquido até que, para um instrumento de hedge de uma transação que resulte no reconhecimento de um item não financeiro, ele for incluído no custo do item não financeiro no momento do reconhecimento inicial ou, para outros hedges de fluxo de caixa, seja reclassificado para o resultado no mesmo período ou períodos à medida que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de hedge afetarem o resultado.

Quando não se espera mais que uma operação ocorra, o ganho ou a perda acumulada que havia sido apresentado no patrimônio é imediatamente transferido para a demonstração do resultado.

(i) Novonor

Em junho de 2014, a controlada direta Novonor designou instrumentos financeiros passivos não derivativos, denominados em dólares norte-americanos, emitidos por sua controlada indireta OFL, como instrumento de proteção de cobertura dos fluxos de exportações futuras altamente prováveis mantidos por sua controlada indireta CNO através de seu contas a receber futuro e também do backlog de contratos já assinados. Desta forma, o impacto do câmbio sobre o fluxo futuro de caixa em dólar derivado dessas exportações será compensado com a variação cambial dos passivos designados, eliminando, em parte, a volatilidade do resultado consolidado. A Novonor considerava que o fluxo coberto era altamente provável, com base em fatores como o histórico de receita da CNO, além dos contratos de construção já assinados e que possuem previsão de recebimentos futuros.

ODBINV S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em outubro de 2017, a controlada direta Novonor transferiu os passivos financeiros designados como instrumentos de hedge para a Companhia, realizando, portanto, o saldo de hedge em aberto. Esse movimento gerou um impacto negativo no resultado do ano de R\$ 1.065.600.

(ii) Braskem

A controlada indireta Braskem designou passivos financeiros não derivativos em moeda estrangeira para a proteção do fluxo de caixa futuro gerado pelas suas exportações. Esta decisão foi baseada em dois conceitos e julgamentos importantes: (i) a realização de exportações previstas em seu plano de negócios, que são inerentes ao mercado e negócio em que atua, e (ii) a capacidade da controlada indireta Braskem de refinanciar seus passivos em dólar, uma vez que faz parte do direcionamento e estratégia da controlada indireta Braskem o financiamento prioritário em dólar e está previsto na Política Financeira da Companhia a manutenção de um nível mínimo de passivos líquidos em dólares.

A controlada indireta Braskem Idesa designou a totalidade do financiamento obtido junto a instituições financeiras para a construção da sua planta industrial para a proteção de parte das vendas que serão realizadas na mesma moeda do financiamento, o dólar norte-americano. A estimativa das vendas está contemplada no projeto que foi apresentado aos bancos/financiadores que, devido à consistência das projeções, concederam à Braskem Idesa um financiamento que deverá ser pago exclusivamente com o caixa a ser gerado por essas vendas. Todas as considerações comerciais do projeto foram amparadas por estudos de mercado realizados por consultorias especializadas durante a análise da sua viabilidade, revisadas e aprovadas pela Administração.

(c) Hedge de investimento líquido no exterior

Em janeiro de 2015, a controlada direta Novonor designou passivos financeiros não derivativos, como "instrumento de hedge", relacionado a transações com as controladas indiretas OFL e OOL, denominados em dólares norte-americanos, para proteção dos riscos oriundos das flutuações cambiais. Os quais foram transferidos em outubro de 2017 para a Companhia, descontinuando, portanto, o hedge. O saldo mantido no patrimônio líquido será realizado quando houver a alienação dos investimentos que foram objeto de proteção.

Mais especificamente, o montante relacionado aos instrumentos de hedge (Notas de Crédito a Exportação – NCE), contratados em dólar norte-americano e em reais com swap para dólar norte-americano deve ser contabilizado como:

- (i) O componente separado do patrimônio líquido associado ao item coberto deve ser ajustado para o mais baixo dos seguintes (em quantias absolutas):
 - o ganho ou a perda cumulativos resultante do instrumento de hedge desde o início do hedge; e
 - a alteração cumulativa no valor justo (valor presente) dos fluxos de caixa futuros esperados do item coberto desde o início do hedge;
- (ii) qualquer ganho ou perda remanescente resultante do instrumento de hedge ou do componente designado dele (que não seja hedge eficaz) deve ser reconhecido no resultado; e
- (iii) se a estratégia documentada da gestão de risco da entidade para uma relação de hedge em particular excluir da avaliação da eficácia de hedge um componente específico do ganho ou perda ou os respectivos fluxos de caixa do instrumento de hedge, esse componente do ganho ou perda deve ser excluído.

A parte ineficaz do ganho ou perda resultante do instrumento de hedge deve ser reconhecida no resultado.

ODBINV S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) ODBINV

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia documentou relação de instrumento de hedge de investimento líquido no exterior e optou como item de objeto da proteção, os seguintes investimentos indiretos em moeda estrangeira: HG MARKET, CNO Sucursal Venezuela, CNO Angola, ODB Angola, ODB Angola Energia, OSI, ODBEP, OPIC, CNO Panamá, Vias Nuevas de Lima, OICF, OICI, OICR, Ethilene XXI, CNO Guatemala, Xalapa, cujo montante foi considerado suficiente para proteger as variações cambiais em comparação aos investimentos no exterior.

(ii) Novonor

Em novembro de 2017, a controlada direta Novonor designou passivos financeiros não derivativos, como “instrumento de hedge” no montante de USD 166.732, relacionado a transações com as controladas indiretas ODBIC e OOL, denominados em dólares norte-americanos, para proteção dos riscos oriundos das flutuações cambiais.

Em novembro de 2019, a Novonor alterou a designação de novembro de 2017 para o montante de USD 340.641, relacionados a transações com a controlada ODBIC e OOL denominadas em dólares norte-americanos, para proteção dos riscos oriundos das flutuações cambiais.

Em 31 de dezembro de 2020, a Novonor documentou esta relação de instrumento de hedge de investimento líquido no exterior e optou como item de objeto da proteção, os seguintes investimentos indiretos em moeda estrangeira OIE America, CBPO Overseas, Macol, Technik, OL E&P, OS Lux, IRSA 2, Horiens Ltd, OL e OCEI RD cujo montante foi considerado suficiente para proteger as variações cambiais em comparação aos investimentos no exterior.

(iii) Ocyan

A controlada indireta Ocyan designou como objeto de hedge seus investimentos líquidos no exterior em moeda estrangeira utilizando a modalidade de hedge de investimento líquido em operações no exterior (hedge de investimento líquido), considerando como instrumentos de hedge os financiamentos obtidos através de contratos de mútuo (Intercompany Loans).

(d) Derivativos não designados como instrumento de hedge

Os derivativos não designados como instrumentos de hedge são classificados como ativo ou passivo circulante. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado no grupo “Resultado financeiro, líquido”.

2.5 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos e com risco insignificante de mudança de valor.

2.6 Aplicações financeiras

As aplicações financeiras são registradas, inicialmente, a valor justo e, subsequentemente, pelo custo amortizado. Incluem aplicações financeiras de liquidez imediata e constituem garantias.

2.7 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber oriundos principalmente, dos serviços de Engenharia e construção, serviços de instalação, manutenção e serviços complementares para produção de óleo e gás, vendas de produtos químicos e petroquímicos, produção e venda de açúcar e álcool e unidades imobiliárias, são inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para crédito perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (impairment), quando aplicável. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para impairment, se necessária.

ODBINV S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As controladas reconhecem uma provisão para perdas de crédito esperadas, sempre que apuradas. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que as controladas esperam receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação.

A controladas estabelecem uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico.

2.8 Estoques

Os estoques de insumos, peças e materiais para aplicação na produção, prestação de serviços e vendas são demonstrados ao custo médio das compras ou de produção, inferior aos custos de reposição ou aos valores de realização.

Os imóveis negociáveis são demonstrados ao custo de aquisição, que não excede ao seu valor líquido de realização (preço de venda estimado no curso normal de negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e as despesas estimadas para efetuar a venda).

Os gastos com manutenção e depreciação de máquinas e equipamentos agrícolas e industriais, incorridos no período de entressafra, são registrados nos estoques e apropriados ao custo de produção de cada produto no decorrer da próxima safra.

2.9 Ativos e passivos não circulantes mantidos para venda

Os ativos não circulantes são classificados como ativos mantidos para venda quando (i) seu valor contábil for recuperável por meio de venda; e (ii) quando essa venda for altamente provável em até 12 meses da data da classificação. Estes ativos são avaliados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos os custos de venda.

Esses ativos são apresentados em linha específica do balanço patrimonial e da demonstração do resultado. Quando se tratar de investimentos em sociedade controlada, seus ativos e passivos, após a eliminação dos saldos mantidos entre as empresas, também são apresentados nessa mesma rubrica específica do balanço patrimonial consolidado.

O resultado destas operações, contemplando o resultado total após o imposto de renda é apresentado em montante único na demonstração de resultado, como operações descontinuadas.

2.10 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e inclui custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificáveis.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado e os reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada.

Algumas controladas da Companhia arrendam certos bens do imobilizado. Os arrendamentos do imobilizado, nos quais as controladas da Companhia detêm, substancialmente, todos os riscos e benefícios da propriedade, são classificados como arrendamentos financeiros que são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. O imobilizado adquirido por meio de arrendamentos financeiros é depreciado durante a vida útil do ativo.

ODBINV S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

2.11 Intangível

(a) Ágios sobre controladas

O ágio resulta da aquisição de coligadas e de controladas e representa o excesso da (i) contraprestação transferida; (ii) do valor da participação de não controladores na adquirida quando aplicável; e (iii) do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos. Caso o total da contraprestação transferida, a participação dos não controladores reconhecida, quando aplicável, e a participação mantida anteriormente medida pelo valor justo seja menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, no caso de uma compra vantajosa, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

O montante recuperável de um ativo é determinado pelo maior entre: (a) seu valor justo menos custos estimados de venda; e (b) seu valor em uso. O valor em uso é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados, antes dos impostos, derivados pelo contínuo uso de um ativo até o fim de sua vida útil.

Quando o valor residual de um ativo exceder seu montante recuperável, a Companhia e suas controladas reconhecem uma provisão readequando o saldo destes ativos.

Existindo ou não algum indicativo de que o valor de um ativo possa não ser recuperado, os saldos dos ágios oriundos de combinações de negócios e ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados para fins de mensuração da recuperabilidade pelo menos uma vez ao ano. Para esse teste, a Companhia e suas controladas usam práticas aceitáveis de mercado, incluindo fluxos de caixa descontados para unidades com ágio alocado e comparando o valor contábil com o valor recuperável dos ativos.

(b) Marcas e patentes

As tecnologias adquiridas de terceiros, incluindo as adquiridas em uma combinação de negócios, são registradas pelo custo de aquisição e/ou pelo valor justo e demais custos diretamente atribuíveis, menos a amortização acumulada e a provisão para perda no valor recuperável, quando aplicável. As tecnologias com vida útil definida são amortizadas pelo método linear com base no prazo do contrato de aquisição (entre 10 a 20 anos). Os gastos com pesquisa e desenvolvimento são contabilizados no resultado, quando incorridos.

(c) Intangível em andamento

Os ativos intangíveis constituídos em decorrência dos contratos de concessão são registrados em atendimento às Interpretações e à Orientação emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (ICPC 01 e OCPC 05).

O ativo intangível é mensurado pelo custo de aquisição ou formação da infraestrutura necessária para prestação dos serviços de concessão pública. Essa receita, contrapartida do ativo intangível, é estimada considerando os investimentos efetuados pelo Grupo na aquisição, melhoria e formação da infraestrutura e a respectiva margem de lucro, quando aplicável, determinada com base nos correspondentes custos de envolvimento da concessionária na formação do seu ativo intangível.

O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando estiver disponível para ser utilizado nas operações da Companhia e suas controladas e até este momento, os investimentos realizados são avaliados a custo e classificados como intangível em formação, equivalente à infraestrutura em formação de cada concessionária.

ODBINV S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pelas controladas, ou o prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro.

(d) Software, direitos de uso e outros

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os ativos e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável, no prazo de até 10 anos.

2.12 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (impairment). As revisões de impairment do ágio são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível impairment.

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Para fins desse teste, o ágio é alocado para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por impairment, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data do balanço. Impairment de ágio reconhecido no resultado do exercício não é revertido.

2.13 Financiamentos e debêntures

Os financiamentos e as debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Os custos de financiamentos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

Existem financiamentos na modalidade de Project finance que contém diversas obrigações contratuais (covenants) usuais em contratos dessa natureza.

2.14 Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis

As provisões de ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões para reestruturação compreendem multas por rescisão de contratos de aluguel e pagamentos por rescisão de vínculo empregatício. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

ODBINV S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.15 Sociedades do Grupo Novonor

Os principais saldos mantidos com as Sociedades do Grupo estão regidos por instrumentos contratuais firmados entre as empresas do Grupo. A natureza das operações é de repasses de recursos, mútuos, adiantamento para futuro aumento de capital, debêntures, cessões de créditos e assunções de obrigações.

2.16 Provisão para garantias

Uma Provisão para garantia é reconhecida quando: (a) a Companhia tem uma obrigação presente (legal) em consequência de um evento passado; (b) é provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e (c) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação. Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida.

Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como custo de financiamento. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias as quais os direitos contratuais estão expostos.

A Provisão para garantias é registrada no Passivo não circulante da Companhia em contrapartida é a Despesa financeira, na rubrica "Resultado financeiro, líquido".

2.17 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. Os tributos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente, onde tais tributos serão registrados.

O encargo de imposto de renda e contribuição social correntes é calculado com base nas leis tributárias. A administração avalia, periodicamente, as suas posições assumidas nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados usando as alíquotas de tributos vigentes na data do balanço, a serem aplicadas quando o respectivo tributo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado. São reconhecidos sobre os prejuízos fiscais, a base negativa de contribuição social e as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que o lucro tributável futuro esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

ODBINV S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.18 Benefícios a empregados

(a) Obrigações de aposentadoria

As controladas da Companhia mantêm convênio de adesão com a ODEPREV - Odebrecht Previdência ("ODEPREV") cuja denominação social foi alterada para VEXTY, entidade fechada de previdência privada.

A VEXTY proporciona aos seus participantes um plano de contribuição definida, onde é aberto um fundo individual de poupança para aposentadoria no qual são acumuladas e administradas as contribuições mensais e as esporádicas dos participantes, além das contribuições mensais e anuais das patrocinadoras. Assim que as contribuições tiverem sido feitas, as patrocinadoras não têm obrigações relativas a pagamentos adicionais.

Algumas controladas da Companhia proporcionaram plano de saúde denominado plano contributivo, onde assegura ao integrante que se aposenta ou que é desligado sem justa causa o direito de permanecer no plano com as mesmas condições de cobertura assistencial que gozava quando da vigência do contrato de trabalho, desde que assuma o pagamento integral do plano.

2.19 Receitas Líquidas de serviços e produtos

As receitas provenientes de vendas de produtos são reconhecidas quando (i) o montante das vendas puder ser mensurado de forma confiável e não mantiver controle sobre os produtos vendidos; (ii) for provável que os benefícios econômicos serão recebidos pelas controladas da Companhia; e (iii) todos os títulos legais, riscos e benefícios da propriedade dos produtos forem integralmente transferidos para o cliente.

As vendas do segmento químico e petroquímico são, em sua maioria, para clientes industriais e, em menor volume, para revendedores.

A receita de contratos de construção é reconhecida levando-se em conta o estágio de execução de cada contrato na data base das demonstrações financeiras consolidadas. O método utilizado para determinar o estágio de execução considera a proporção entre os custos incorridos com os serviços até então executados e o total dos custos orçados de cada contrato.

2.20 Cobertura de seguros

A uniformidade no tratamento de riscos do Grupo é assegurada através da sua Política de Seguros e Garantias ("Política"), que define os conceitos básicos, diretrizes gerais e competências para a contratação e administração dos mesmos e para o relacionamento com o mercado segurador.

A Política, que inclui seguros e garantias contratadas junto às seguradoras, é: (i) observada pela ODBINV e suas controladas de capital fechado; (ii) serve de orientação à elaboração da Política das empresas de capital aberto controladas pela ODBINV; e (iii) como referência para voto dos seus representantes na aprovação de políticas semelhantes nas empresas com empresariamento ou controle compartilhado.

A Horiens, controlada indireta da ODBINV, com experiência internacional e atuação global, em alinhamento com a ODBINV, é responsável pela aplicação da Política e pelo apoio ao empresariamento do risco no âmbito do Grupo, assegurando a contratação a preço certo das coberturas adequadas a cada contrato ou empreendimento do segmento de engenharia e construção.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Política foi cumprida em toda sua extensão, não havendo notícia de qualquer risco sob o amparo da Política que não tenha sido devidamente analisado e mitigado, ou de ocorrência de sinistro sem cobertura adequada.

ODBINV S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.21 Reapresentação das cifras comparativas

Em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erros, alguns ajustes e reclassificações contábeis estão sendo reconhecidos retrospectivamente e, por esta razão, as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 estão sendo reapresentadas, conforme Nota 31.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia e suas controladas fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos, estão contempladas abaixo.

(a) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação.

A Companhia e suas controladas usam seu julgamento para escolher dentre os diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

Conforme mencionado na Nota 1 (a), a Companhia e suas controladas que tiveram seus Planos de recuperação judicial aprovados e homologados no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, reconheceram os efeitos dos passivos reestruturados ao valor justo e utilizou a técnica do fluxo de caixa descontado, a taxa utilizada foi de 17,8%.

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O método do passivo, descrito no CPC 32 para contabilização do imposto de renda e contribuição social, é usado para imposto de renda e contribuição social diferidos gerados por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e seus respectivos valores fiscais. O montante do imposto de renda e contribuição social diferido ativo é revisado a cada data das demonstrações financeiras e reduzido pelo montante que não seja mais realizável através de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas.

Os créditos reconhecidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social estão suportados por projeções de resultados tributáveis, submetidos anualmente aos órgãos da Administração das controladas da Companhia. Estas projeções consideram o histórico de rentabilidade das controladas da Companhia e a perspectiva de manutenção da lucratividade, permitindo uma estimativa de recuperação dos créditos em anos futuros. Os impostos diferidos passivos da mesma entidade pagadora de impostos são levados em conta como uma fonte de recuperabilidade de ativos fiscais diferidos, com base no tempo de reversão esperada.

(c) Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis

Provisões são constituídas para todos os riscos referentes aos processos judiciais que representam perdas prováveis e que são estimáveis com segurança.

ODBINV S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

(d) Provisão para garantias

A avaliação da probabilidade da saída de recursos para liquidação da obrigação está baseada nas projeções de fluxos de caixa da Companhia e suas controladas. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa do desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do balanço de acordo com o julgamento da Administração da Companhia e de suas controladas. A provisão registrada reflete o valor presente, a taxa de desconto é de 17,8%.

(e) Teste de redução do valor recuperável de ativos de vida longa

Na data de cada demonstração financeira, a Companhia e suas controladas realizam uma análise para determinar se existem indicadores de que o montante dos ativos de vida longa não seja recuperável. Quando um indicador é identificado, o montante recuperável dos ativos é estimado pela Companhia e suas controladas.

O montante recuperável de um ativo é determinado pelo maior entre: (a) seu valor justo menos custos estimados de venda; e (b) seu valor em uso. O valor em uso é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados, antes dos impostos, derivados pelo contínuo uso de um ativo até o fim de sua vida útil.

Quando o valor residual de um ativo exceder seu montante recuperável, a Companhia e suas controladas reconhecem uma provisão readequando o saldo destes ativos.

A recuperabilidade do ágio é avaliada com base na análise e identificação de fatos e circunstâncias que podem resultar na necessidade de se antecipar o teste realizado anualmente. Se algum fato ou circunstância indicar que a recuperabilidade do ágio está afetada, então o teste é antecipado. Em dezembro de 2020 e 2019, as Controladas da Companhia realizaram testes de recuperabilidade de ágio para todas as unidades geradoras de caixa ("UGCs"), as quais representam o nível mais baixo no qual o ágio é monitorado pela administração com base em projeções de fluxo de caixas descontados que levaram em consideração as seguintes premissas: custo de capital, taxa de crescimento e ajustes usados para fins de perpetuidade do fluxo de caixa, metodologia para determinação do capital de giro, plano de investimentos e previsões econômico financeiras de longo prazo.

O processo de revisão da recuperabilidade é subjetivo e requer julgamento significativo. A avaliação das UGC's de algumas controladas da Companhia baseada em fluxos de caixa projetados pode ser negativamente impactada, principalmente se destacarmos uma eventual deterioração do mercado, queda significativa nos spreads, paralisação de atividades de plantas industriais ou mudanças relevantes na economia ou mercado financeiro que acarretem em aumento da percepção de risco ou redução da liquidez e capacidade de refinanciamento.

No exercício de 2020, foi reconhecido um impairment na controlada indireta Ocyan e uma reversão de provisão para impairment na controlada indireta Braskem, no imobilizado no montante de R\$ (523.848) e R\$ 19.016 respectivamente, e no exercício de 2019 uma reversão de provisão para impairment na Ocyan no montante de R\$ 742.721 (Nota 26).

(f) Reconhecimento de receita

Algumas controladas usam o método de porcentagem de conclusão ("POC") para contabilizar seus contratos de construção.

ODBINV S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O uso do método POC requer que as controladas da Companhia estimem o estágio de execução de cada contrato até a data base do balanço como uma proporção entre os custos incorridos com os serviços até então executados e o total dos custos orçados de cada contrato.

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

A Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de mercado decorrentes de variações de taxas de câmbio, taxas de juros, indexadores de preços, preços de commodities, risco de crédito (decorrente da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras, contas a receber e derivativos) e risco de liquidez.

A gestão de riscos segue políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. O objetivo da gestão de riscos é proteger o fluxo de caixa da Companhia e suas controladas e reduzir as ameaças ao financiamento do seu capital de giro operacional e de programas de investimento.

(a) Riscos de mercado: exposição à variação cambial

A Companhia e suas controladas atuam internacionalmente e estão sujeitas ao risco cambial decorrente de exposições a algumas moedas, especialmente com relação ao dólar norte-americano.

O risco cambial decorre de operações comerciais, ativos e passivos reconhecidos e investimentos líquidos denominados ou fortemente influenciados por moedas estrangeiras.

A Companhia, através de suas controladas, possui volume significativo de operações no exterior, sendo parte dessas operações expressa em dólares norte-americanos, com alguma exposição às moedas locais, restrita a alguns países específicos.

Adicionalmente, certos financiamentos da Companhia e suas controladas captados no exterior são denominados em moedas estrangeiras, assim como dívidas com fornecedores e outros saldos mantidos com partes relacionadas.

A Companhia e suas controladas administram sua exposição às taxas de câmbio através da composição entre fluxo de caixa em moedas estrangeiras, dívida em moedas estrangeiras, aplicações em moedas estrangeiras e derivativos. A política da Companhia e suas controladas para gestão de riscos cambiais prevê limites máximos e mínimos de cobertura que devem ser obedecidos, os quais são observados continuamente pela administração.

(b) Riscos de mercado: exposição a taxas de juros

A Companhia e suas controladas têm ativos sobre os quais incidem juros, tendo assim resultado e fluxos de caixa operacionais expostos à oscilação desta variável. Em relação às disponibilidades em moeda estrangeira, tal risco está ligado principalmente à flutuação da LIBOR. O caixa e equivalentes de caixa em moeda nacional estão sujeitos a taxas pré-fixadas em reais e à variação do CDI diário.

A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de que uma variação de taxas de juros flutuantes cause um aumento em sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros. Em relação às dívidas em moeda estrangeira tal risco está ligado principalmente à flutuação da LIBOR. A dívida em moeda nacional está sujeita, principalmente, à oscilação da TJLP, de taxas pré-fixadas em reais e à variação do CDI diário.

A Companhia e suas controladas analisam sua exposição às taxas de juros de forma dinâmica. São simulados diversos cenários, levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes, financiamento e hedges alternativos. Com base nesses cenários, a Companhia e suas controladas definem uma mudança relevante nas taxas de juros e calculam o impacto sobre os resultados. Os cenários são elaborados somente para os passivos que representam as principais posições com juros.

ODBINV S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Riscos de mercado: exposição a indexadores de preços e commodities

As controladas da Companhia estão expostas à variação de índices de preços e de preços de diversas commodities, como petróleo e petroquímicas, açúcar, etanol etc. As controladas da Companhia procuram repassar aos clientes as oscilações dos indexadores de preço e dos preços destas commodities. No entanto, parte dos contratos e das vendas nos quais a Companhia e suas controladas encontram-se engajadas podem ser realizados através de contratos de preços fixos ou com banda de flutuação máxima e/ou mínima. Tais contratos podem ser acordos comerciais ou contratos de vendas futuras.

(d) Risco de crédito

O risco de crédito decorre, principalmente, de caixa e equivalentes de caixa e instrumentos financeiros derivativos, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto e operações compromissadas.

A Companhia e suas controladas buscam manter um volume de disponibilidades suficiente para fazer frente: (i) à sua necessidade de capital de giro; (ii) aos investimentos orçados nos planos de negócios; e (iii) às condições adversas que possam demandar maiores fluxos de capital de giro. Esses recursos são alocados de forma a: (i) buscar retorno compatível com a volatilidade máxima determinada pela política de investimentos e de riscos; (ii) buscar uma alta pulverização da carteira consolidada; (iii) evitar o risco de crédito decorrente de concentração em poucos títulos; e (iv) acompanhar a variação da taxa de juros de mercado, seja no Brasil ou no exterior.

No que diz respeito às aplicações financeiras e aos demais investimentos, a Companhia e suas controladas têm como política trabalhar com instituições de primeira linha e não ter grande concentração de investimentos em um único grupo econômico, ponderando as concentrações de acordo com o rating e os preços observados diariamente no mercado de Credit Default Swaps referenciados às instituições.

As políticas de vendas das controladas da Companhia consideram o nível de risco de crédito o qual a administração de cada empresa está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios, respeitando as diretrizes gerais do Grupo Novonor.

A diversificação das carteiras de recebíveis, a seletividade dos clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência no contas a receber.

Para mitigar esse risco de inadimplência, das controladas da Companhia têm como mecanismo de proteção a prestação do serviço mediante pagamentos periódicos antecipados pelos clientes, além da análise rigorosa para a concessão do crédito e a obtenção de garantias reais e não reais quando julgadas necessárias.

(e) Risco de liquidez

É o risco da Companhia e suas controladas não disporem de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas constantemente pelas áreas de tesouraria das empresas.

ODBINV S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4.2 Instrumentos financeiros derivativos

As controladas da Companhia utilizam instrumentos financeiros derivativos com os seguintes propósitos:

(i) Hedge

A Política de Assuntos Financeiros da Companhia e suas controladas prevê monitoramento contínuo de suas operações e itens financeiros a fim de protegê-los do risco de variação cambial, via contratação de hedge. Os demais riscos de mercado (taxas de juros, preços de commodities, índices de preços etc.) são abordados na medida em que são identificados para cada operação. De um modo geral, a Companhia julga a necessidade de contratação de hedge durante a análise de operações prospectivas e procura realizá-la sob medida para as operações consideradas, além de preservá-la pelo prazo integral da operação que estiver sendo coberta.

A Companhia e suas controladas podem dar tratamento de contabilidade de hedge às operações de derivativos, conforme o CPC 03. A designação de hedge não é obrigatória. Em geral, a Companhia e suas controladas elegerão designar derivativos como hedge quando for esperado que o respectivo tratamento contábil proporcione uma melhoria relevante na demonstração do efeito compensatório dos derivativos sobre as variações dos itens objeto de hedge.

Em 31 de dezembro de 2020, as controladas da Companhia detinham contratos derivativos financeiros com valor nominal de R\$ 14.579.889 (31 de dezembro de 2019 – R\$ 11.723.507).

(ii) Modificar o retorno de outros instrumentos

A Companhia e suas controladas pode fazer uso de derivativos para modificar o retorno de aplicações ou a taxa de juros ou o índice de correção de passivos financeiros, conforme seu julgamento, sobre as condições mais adequadas à Companhia e suas controladas. Quando a Companhia e suas controladas utilizam derivativos para modificar os retornos de aplicações, ela procura igualar as obrigações que terá em virtude do derivativo aos direitos representados pelas aplicações. Quando ela utiliza derivativos para modificar a taxa de juros ou o índice de correção de passivos, ela procura igualar os direitos que terá em virtude do derivativo às obrigações representadas nos passivos.

Essas operações de modificação do retorno de aplicações ou da taxa de juros ou do índice de correção de compromissos financeiros são realizadas para um montante não superior ao da aplicação ou compromisso subjacente. A Companhia e suas controladas não efetuam posições alavancadas com derivativos. Em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, a Companhia e suas controladas não tinham operação com esse propósito.

(iii) Monetização de certos riscos

A Companhia pode utilizar derivativos para monetizar certos riscos que ela julgar aceitáveis em decorrência do seu perfil exportador. Ao monetizar um risco, a Companhia auferir uma receita financeira em troca de compensar a contraparte na ocorrência de um evento específico. Em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, a Companhia e suas controladas não tinham operação com esse propósito.

(iv) Outras informações sobre instrumentos financeiros derivativos

Todos os instrumentos financeiros derivativos em aberto entre 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019 foram celebrados em mercado de balcão, com contrapartes financeiras de grande porte, sob o abrigo de contratos globais de derivativos, no Brasil ou no exterior.

ODBINV S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os instrumentos financeiros derivativos são representados no balanço patrimonial pelo seu valor justo, em conta de ativo ou passivo. Os instrumentos financeiros derivativos são obrigatoriamente classificados como “mantidos para negociação”. As variações periódicas do valor justo dos derivativos são reconhecidas como receita ou despesa financeira no mesmo período em que ocorrem, exceto quando o derivativo for designado e qualificado para contabilidade de “hedge de fluxo de caixa” no período em questão. O valor justo dos derivativos é obtido:

- (a) de fontes públicas, quando o derivativo é negociado em bolsa;
- (b) por modelos de fluxo de caixa descontado, quando o derivativo é uma compra ou venda a termo ou contrato de swap; e
- (c) por modelos de avaliação de contratos de opções, tais como o modelo Black-Scholes, quando o derivativo possui características de opção.

As premissas de avaliação (inputs dos modelos) são obtidas de fontes que refletem os preços observáveis mais atuais de mercado, particularmente as curvas de juros e de cotações futuras de moedas divulgadas pela Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&FBOVESPA), as taxas de câmbio à vista divulgadas pelo Banco Central do Brasil e as curvas internacionais de juros divulgadas por serviços de cotações largamente conhecidos, como Bloomberg ou Reuters.

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, a Companhia e suas controladas não possuíam derivativos que necessitassem de premissas não-observáveis para o cálculo do seu valor justo.

A tabela abaixo mostra as operações com instrumentos financeiros derivativos da Companhia e suas controladas existentes em 31 de dezembro de 2020. A coluna “Variação do valor justo” mostra a variação no valor justo dos derivativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, enquanto que a coluna “Ajuste de avaliação patrimonial” mostra o valor de ajuste de avaliação patrimonial associado com as operações denominadas como “hedge de fluxo de caixa” ou “hedge de investimento no exterior”, no exercício iniciado em 1 de janeiro de 2020 e findo em 31 de dezembro de 2020. A coluna “Liquidações no exercício 2020” mostra o efeito reconhecido em receita ou despesa financeira associado às liquidações dos derivativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, e coluna “Efeito Total no Resultado” representa os efeitos da variação de valor dos derivativos (variação de valor justo e liquidações) no resultado da Companhia e suas controladas.

ODBINV S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Identificação	Moeda Valor Nominal	Valor Nominal	Último Vencimento	Valor justo em dez/19	Varição do valor justo	Ajuste de avaliação patrimonial	Valor justo em dez/20	Liquidações no exercício 2020	Efeito total no resultado	Notional (R\$)
Petroquímica										
Operações de Derivativo										
Swap USDBRL	R\$	400.000	mar-21	(25.604)	(129.297)	-	(145.144)	(9.757)	(139.054)	400.000
Swap CDI	R\$	250.000	mai-21	-	(16.259)	-	-	(16.259)	(32.517)	250.000
Swaps USDARS	US\$	1.286	jul-20	(296)	(540)	-	3	(839)	(1.379)	
Swap C3/PGP	US\$	45.506	jan-22	-	(66.223)	-	(63.901)	(2.322)	(68.545)	236.455
Swaps NAFTA	US\$	18.970	fev-22	-	(7.046)	-	(7.046)	-	(7.046)	98.568
Hedge Accounting - Hedge de Fluxo de Caixa										
Swap USDBRL	R\$	1.269.364	jan-25	(145.866)	(471.485)	(566.641)	(566.640)	(50.711)	44.445	1.269.364
Opção de Compra e Venda - USDBRL	R\$	8.882.642	dez-22	(26.707)	(162.615)	(266.889)	(155.775)	(33.547)	70.727	8.882.642
Swap LIBOR	US\$	662.535	ago-25	2.298	(594.780)	(144.801)	(144.801)	(447.681)	(897.660)	3.442.600
				(196.175)	(1.448.244)	(978.331)	(1.083.304)	(561.116)	(1.031.029)	14.579.629

Em 31 de dezembro de 2020, o valor justo dos instrumentos financeiros derivativos no montante de R\$ (1.083.304) (31 de dezembro de 2019 – R\$ (196.175)) está registrado na rubrica de “Demais contas a receber/pagar”, no ativo/passivo circulante.

ODBINV S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4.3 Análise de sensibilidade

Os instrumentos financeiros derivativos podem sofrer variações no valor justo em decorrência da flutuação de taxas de câmbio, taxas de juros, índices de preços e outras variáveis. As avaliações da sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos a essas variáveis são apresentadas abaixo:

(i) Seleção dos riscos

A administração selecionou os riscos de mercado que mais podem afetar o valor dos instrumentos financeiros derivativos detidos pela Companhia e suas controladas, são eles: (i) a taxa de câmbio dólar norte-americano/real; e (ii) a taxa de juros LIBOR.

Para efeito da análise de sensibilidade a riscos, a Companhia e suas controladas apresentam as exposições a moedas, taxas de juros e preços como se movimentassem de maneira independente, ou seja, sem considerar a interdependência entre elas. Exposições que podem ser afetadas por dois ou mais riscos de mercado, têm os impactos de cada um deles analisados separadamente.

(ii) Seleção dos cenários

Na análise de sensibilidade foram incluídos três cenários, sendo um provável e dois que possam representar efeitos adversos para a Companhia e suas controladas.

Dado que a Companhia e suas controladas administram sua exposição cambial em base líquida, efeitos adversos verificados com uma alta do dólar norte-americano contra o real podem ser compensados por efeitos opostos nos resultados operacionais da Companhia e suas controladas.

Os valores de sensibilidade nas tabelas abaixo são de variações do valor dos instrumentos financeiros derivativos sob cada cenário.

Na análise de sensibilidade, para cada variável foram estimadas as variações anualizadas correspondentes a 1 e 3 desvios-padrão das médias mensais dos últimos cinco anos, sendo equivalentes a aproximadamente 15,866% e 0,135% de probabilidade de ocorrência para os cenários razoavelmente possíveis. Tais mudanças são aplicadas sobre os níveis correntes de mercado para cada variável e são necessárias para atender à exigência de cenários de risco específicos para cada fator de risco.

Resultados					
Desvios	Probabilidade	Libor	USDBRL	DI	IPCA
1	84,1345%	39,94%	13,71%	14,85%	53,71%
3	99,8650%	119,82%	41,14%	44,56%	161,13%

(iii) Sensibilidade à taxa de câmbio dólar norte-americano/real

Para a taxa de câmbio dólar norte-americano/real foi considerada uma variação de 25% para o cenário adverso possível e 50% para o cenário extremo, da cotação da curva futura disponível na Bloomberg em 31 de dezembro de 2020.

A sensibilidade de cada instrumento financeiro derivativo à variação da taxa de câmbio dólar norte-americano/real é apresentada na tabela abaixo:

Instrumento	Provável	Adverso Possível (25%)	Adverso Extremo (50%)
Petroquímico			
Swap USDBRL	(782.731)	(787.093)	(937.765)
Opção de Compra e Venda - USDBRL	(144.801)	(145.369)	(146.918)
Total - R\$	(927.532)	(932.463)	(1.084.683)
Total - US\$ (mil)	(178.505)	(179.454)	(208.749)

ODBINV S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(v) Sensibilidade à taxa de juros LIBOR

Para a taxa de juros LIBOR foi considerada uma variação de 25% para o cenário adverso possível e 50% para o cenário extremo, da cotação da curva futura disponível na Bloomberg em 31 de dezembro de 2020.

A sensibilidade de cada instrumento financeiro derivativo à variação da taxa de juros LIBOR é apresentada na tabela abaixo:

Instrumento	Provável	Adverso Possível (25%)	Adverso Extremo (50%)
Petroquímico			
Swap LIBOR	(155.575)	(155.564)	(155.544)
Total - R\$	(155.575)	(155.564)	(155.544)
Total - US\$ (mil)	(29.941)	(29.939)	(29.935)

4.4 Instrumentos financeiros por categoria

	31 de dezembro de 2020		31 de dezembro de 2019	
	Ativos	Passivos	Ativos	Passivos
Operações de Hedge Accounting - R\$		867.216	2.298	172.572
Operações de Derivativos - R\$	3	216.091		25.900
	3	1.083.307	2.298	198.472

- (i) Os pagamentos antecipados estão excluídos do saldo de "Contas a receber de clientes e demais contas a receber", uma vez que essa análise é exigida somente para instrumentos financeiros.
- (ii) As categorias nessa divulgação são determinadas pelo CPC 48. Portanto, os arrendamentos financeiros foram apresentados conjuntamente com os financiamentos.
- (iii) As obrigações decorrentes da legislação estão excluídas do saldo de fornecedores, uma vez que essa análise é exigida somente para instrumentos financeiros.

5 Instrumentos financeiros por categoria - Consolidado

	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Total
31 de dezembro de 2020				
Ativos, conforme o balanço patrimonial				
Caixa e equivalentes de caixa	4.687.669	12.069.223		16.756.892
Aplicações financeiras	546.591	4.315.846	7.219	4.869.656
Instrumentos financeiros derivativos (Aplicações financeiras)	4.906			4.906
Debêntures	629.651			629.651
Contas a receber de clientes, depósitos judiciais e outros ativos excluindo pagamentos antecipados (i)	14.680.208		78.116	14.758.324
Sociedades do Grupo Novonor	3.841.897			3.841.897
	24.390.922	16.385.069	85.335	40.861.326
			Custo amortizado	Total
31 de dezembro de 2020				
Passivo, conforme o balanço patrimonial				
Financiamentos, arrendamentos mercantis e debêntures (ii)			114.254.912	114.254.912
Instrumentos financeiros derivativos			1.775.843	1.775.843
Fornecedores, obrigações financeiras e outros passivos			36.838.327	36.838.327
Sociedades do Grupo Novonor			5.858.752	5.858.752
			158.727.834	158.727.834

ODBINV S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Total
31 de dezembro de 2019				
Ativos, conforme o balanço patrimonial				
Caixa e equivalentes de caixa	4.892.428	4.628.584		9.521.012
Aplicações financeiras	55.177	2.517.408	8.504	2.581.089
Debêntures	713.006			713.006
Contas a receber de clientes, depósitos judiciais e outros ativos excluindo pagamentos antecipados (i)	17.856.810	1.524	60.403	17.918.737
Instrumentos financeiros derivativos	333.795			333.795
Sociedades do Grupo Novonor	588.009			588.009
	<u>24.439.225</u>	<u>7.147.516</u>	<u>68.907</u>	<u>31.655.648</u>
			Custo amortizado	Total
31 de dezembro de 2019				
Passivo, conforme o balanço patrimonial				
Financiamentos, arrendamentos mercantis e debêntures (ii)			104.342.155	104.342.155
Instrumentos financeiros derivativos			218.764	218.764
Fornecedores, obrigações financeiras e outros passivos			29.562.874	29.562.874
Sociedades do Grupo Novonor			3.924.571	3.924.571
			<u>138.048.364</u>	<u>138.048.364</u>

- (i) Os pagamentos antecipados estão excluídos do saldo de "Contas a receber de clientes e Outros ativos", uma vez que essa análise é exigida somente para instrumentos financeiros.
- (ii) As categorias nessa divulgação são determinadas pela norma contábil, portanto os arrendamentos financeiros foram apresentados conjuntamente com os financiamentos.

6 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Caixa e bancos				
Moeda nacional	3	47	828.051	578.638
Moeda estrangeira			3.020.330	3.006.828
Equivalentes de caixa				
Moeda nacional			8.870.021	3.169.985
Moeda estrangeira			4.038.490	2.765.561
	<u>3</u>	<u>47</u>	<u>16.756.892</u>	<u>9.521.012</u>

O saldo de caixa e bancos é oriundo, substancialmente, das controladas indiretas OEC, Ocyan, Braskem e OPI nos montantes de R\$ 723.297, R\$ 374.590, R\$ 1.946.963 e R\$ 210.697 (31 de dezembro de 2019 – R\$ 400.869, R\$ 209.213, R\$ 2.303.231 e R\$ 155.332), respectivamente.

O saldo de equivalentes de caixa no Brasil é oriundo principalmente da controlada indireta Braskem e suas controladas, no montante de R\$ 8.271.312 (31 de dezembro de 2019 – R\$ 1.963.185). Ao longo de 2020 a controlada Novonor transferiu equivalentes de caixa para a controlada indireta OP Inv, em 31 de dezembro de 2020 o saldo na OP Inv é de R\$ 388.958. O saldo de equivalentes de caixa no Exterior é oriundo principalmente da controlada indireta Braskem e suas controladas, no montante de R\$ 3.644.577 (31 de dezembro de 2019 – R\$ 2.537.464)

Os equivalentes de caixa no Brasil estão representados, principalmente, por instrumentos de renda fixa e depósitos a prazo detidos pelos fundos FIM Júpiter e FIM Netuno. Os equivalentes de caixa no exterior consistem em instrumentos de renda fixa (Time Deposit).

ODBINV S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

7 Aplicações financeiras - Consolidado

	Consolidado	
	2020	2019
Títulos e valores mobiliários (i)	1.597.644	1.747.470
Fundos restritos (ii)	2.248.866	824.469
Demais aplicações	1.028.052	342.945
	<u>4.874.562</u>	<u>2.914.884</u>
Ativo circulante	<u>4.625.009</u>	<u>2.736.587</u>
Ativo não circulante	<u>249.553</u>	<u>178.297</u>

- (i) Refere-se substancialmente a controlada indireta Braskem, sendo o montante de R\$ 2.163.042 (31 de dezembro de 2019 – R\$ 1.588.426) referente a Letras Financeiras do Tesouro (“LFT’s”) emitidas pelo governo federal brasileiro e a Letras Financeiras (“LF’s”) emitidas por instituições financeiras. Essas aplicações possuem vencimento original superior a três meses, apresentam liquidez imediata no mercado secundário e a expectativa de realização pela controlada indireta Braskem é de curto prazo.
- (ii) Refere-se substancialmente as controladas indiretas Braskem, OPI e Ocyan, nos montantes de R\$ 1.322.725, R\$ 306.713 (31 de dezembro de 2019 – R\$ 311.205) e R\$ 603.864 (31 de dezembro de 2019 – R\$ 502.899), respectivamente, sendo na controlada indireta Braskem para uso no programa de realocação dos moradores de Alagoas (Nota 21), na controlada indireta OPI vinculada ao cumprimento de obrigações contratuais de financiamentos e na controlada indireta Ocyan relacionado ao Project Bonds.

8 Contas a receber de clientes - Consolidado

(a) Composição

	2020	2019
Setor público		
Federal	2.716.253	3.075.749
Estadual	2.550.371	1.987.509
Municipal	283.886	453.584
(-) Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	(1.142.215)	(359.070)
	<u>4.408.295</u>	<u>5.157.772</u>
Setor privado	9.467.411	7.230.405
(-) Provisão e reversão de ajuste a valor presente	(142.036)	(105.405)
(-) Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	(3.470.458)	(2.348.875)
	<u>10.263.212</u>	<u>9.933.897</u>
Ativo circulante	<u>8.006.351</u>	<u>7.357.597</u>
Ativo não circulante	<u>2.256.861</u>	<u>2.576.300</u>

ODBINV S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Composição de contas a receber de clientes de longo prazo, por ano de vencimento

	2020	2019
2021		2.275.001
2022	218.468	48.646
2023	30.939	21.276
2024	15.721	21.969
2025	175.547	95.084
2026 em diante	1.816.186	114.324
	<u>2.256.861</u>	<u>2.576.300</u>

(c) Composição por segmento

	2020	2019
Segmento de Engenharia e Construção OEC (i)	3.526.062	5.511.674
Segmento imobiliário OR	225.065	285.059
Segmento de Petroquímico Braskem (ii)	4.755.208	2.306.651
Segmento de Investimentos em infraestrutura, mobilidade e óleo e gás OPI SA (iii)	750.736	660.629
Ocyan	416.665	217.163
OTP	19.997	15.541
Outros investimentos Atvos Inv (iv)	1.647	376.659
OP Inv	200.665	218.187
OPE (v)	123.715	122.615
OSP Inv	100.921	107.268
OA Par	83.932	64.094
Outros	58.599	48.357
	<u>10.263.212</u>	<u>9.933.897</u>

(I) Contas a receber de clientes

(i) OEC

Os saldos de contas a receber da controlada indireta OEC estão registrados substancialmente em Angola, Brasil, Panamá, Peru e República Dominicana. Historicamente, a controlada indireta OEC e suas controladas têm recebido esses créditos mantidos junto às referidas entidades, incluindo aqueles atrasados há um ano ou mais e não vem apresentando perdas significativas em sua realização. O recebimento desses valores em atraso pode ocorrer mediante liquidação financeira ou mediante o recebimento de títulos ou outros ativos. Como parte da sua política de mitigação dos riscos de atuação em países emergentes, a controlada indireta OEC e suas controladas costumam receber adiantamentos dos clientes antes de iniciar uma obra ("down payment"). Esses adiantamentos são descontados de cada fatura até o final do contrato.

Em 31 de dezembro de 2020, a controlada indireta OEC apresenta saldo de perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa ("PECLD") de R\$ 2.984.774 (31 de dezembro de 2019 –R\$ 1.081.088), substancialmente oriundos de recebíveis mantidos em projetos no Peru, EUA, Equador e Brasil.

ODBINV S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Braskem

O prazo de faturamento da controlada indireta Braskem é, em grande parte, de 30 dias. A controlada indireta Braskem realiza parte de suas contas a receber de clientes através da alienação de títulos para fundos e instituições financeiras destinadas à aquisição de recebíveis. Essas operações são realizadas sem direito de regresso e com transferência substancial dos riscos e benefícios dos recebíveis, razão pela qual os títulos são baixados no ato da operação. Em 31 de dezembro de 2020, essas operações correspondem a R\$ 1,8 bilhões (31 de dezembro de 2019 – R\$ 2 bilhões).

Em 31 de dezembro de 2020, a controlada indireta Braskem apresenta saldo de perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (“PECLD”) de R\$ 173.007 (31 de dezembro de 2019 – R\$ 229.323).

(iii) OPISA

As contas a receber da controlada indireta OPISA e suas controladas correspondem, substancialmente, as contas a receber referentes ao fluxo trimestral de pagamentos do Governo Peruano às concessões situadas no Peru.

Os saldos correspondem substancialmente as concessionárias OLMOS, IRSA 2, IRSA 3 e IRSA Norte, nos montantes de R\$ 404.517, R\$ 148.349, R\$ 84.166 e R\$ 71.926 (31 de dezembro de 2019 – R\$ 374.191, R\$ 87.408, R\$ 71.551 e R\$ 71.048), respectivamente.

(iv) Atvos Inv

Conforme mencionado na Nota 1.2, a controlada indireta Atvos Inv deixou de consolidar o Balanço patrimonial da coligada Atvos Agro.

(v) OPE

As contas a receber da controlada indireta Enseada no montante líquido de R\$ 123.715 (31 de dezembro de 2019 - R\$ 122.615) refere-se a: (i) no ativo circulante no montante de R\$ 1.868 aos contratos de serviços portuários de armazenagem e movimentação de cargas para a execução de operações de exportação de minério de ferro e à venda de sucatas oriundas do processo produtivo da indústria naval; e (ii) no ativo não circulante no montante de R\$ 121.847 (31 de dezembro de 2019 - R\$ 120.058), aos contratos firmado com a PNBV para conversão de casco simples/duplo de quatro navios em plataformas de produção FPSO e aos contratos com as subsidiárias Sete Brasil para a construção e fornecimento de seis navios sondas de perfuração de petróleo.

Em 31 de dezembro de 2020, possui saldo em aberto (vencidos) no montante de R\$ 1.292.543 (31 de dezembro de 2019 – R\$ 1.272.073), para os quais foi reconhecida em perda por impairment (Perdas estimadas para Créditos de liquidação duvidosa) no valor de R\$ 1.168.828 (31 de dezembro de 2019 – R\$ 1.149.458), baseada na análise de risco dos créditos da controladora Sete Brasil Participações S.A., cujo pedido de recuperação judicial foi protocolado no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (“TJRJ”). Neste cenário permanece a incerteza relacionada ao recebimento dos créditos em aberto, o que leva a administração da Enseada a permanecer aguardando definição das medidas de cobrança de seu crédito perante as subsidiárias Sete Brasil em relação aos contratos EPC Sondas.

ODBINV S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(II) Adiantamento de clientes - Consolidado

	2020	2019
Segmento de Engenharia e Construção		
OEC (i)	8.496.334	7.220.016
Segmento imobiliário		
OR	147.875	560.992
Segmento Petroquímico		
Braskem	669.927	355.764
Segmento de Investimentos em infraestrutura, mobilidade e óleo e gás		
OPISA (ii)	664.617	568.820
Outros investimentos		
Atvos Inv (iii)		506.081
OPE (iv)	561.610	560.678
Outros	4.167	3.924
	<u>10.544.530</u>	<u>9.776.275</u>
Passivo circulante	<u>2.214.423</u>	<u>2.314.955</u>
Passivo não circulante	<u>8.330.107</u>	<u>7.461.320</u>

(i) OEC

Referem-se a adiantamentos de clientes recebidos geralmente quando da assinatura de contratos, para execução de determinadas obras, os quais são deduzidos em percentuais variados das faturas de prestação de serviços, durante o prazo de execução estipulado em contrato. Os valores recebidos de clientes superiores às receitas apropriadas também são registrados na rubrica "Adiantamentos recebidos de clientes", denominado como passivo de contrato, no passivo circulante e não circulante, de acordo com o prazo de execução da obra.

(ii) OPISA

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo no valor de R\$ 664.617 (31 de dezembro de 2019 – R\$ 568.820) corresponde, substancialmente, a adiantamentos efetuados pelo Estado peruano em decorrência de: i) atividades de construção e manutenção de rodovias para as investidas indiretas IIRSA 2 – R\$ 53.336 (31 de dezembro de 2019 – R\$ 27.436), IIRSA 3 – R\$ 179.105 (31 de dezembro de 2019 - R\$ 68.524), IIRSA Norte – R\$ 90.057 (31 de dezembro de 2019 - R\$ 145.121); e ii) serviços de irrigação efetuados por H2OImos – R\$ 342.120 (31 de dezembro de 2019 – R\$ 308.762).

(iii) Atvos Inv

Conforme mencionado na Nota 1.2, a controlada indireta Atvos Inv deixou de consolidar o Balanço patrimonial da coligada Atvos Agro.

(iv) OPE

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo desta rubrica corresponde a controlada indireta Enseada e totaliza R\$ 561.610 (31 de dezembro de 2019 - R\$ 560.678) e refere-se, basicamente, a valores antecipados pelo cliente PNBV que tiveram como objetivo dar continuidade aos trabalhos de conclusão do projeto de conversão das FPSOs. Para isso, as partes acordaram a implantação do mecanismo de "Conta Reembolso", através do qual ocorreu o reembolso de gastos e despesas aprovados antecipadamente pelo cliente e registrados nesta rubrica de "Adiantamentos de clientes".

ODBINV S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em função da liquidação desta dívida com a PNBV estar sendo discutida em uma agenda mais ampla com o cliente, para apuração dos valores definitivos detidos pelas partes, que inclui diversos pleitos e serviços adicionais questionados e ainda não registrados nas demonstrações contábeis consolidadas da Enseada, esta dívida ainda é considerada uma obrigação ilíquida. Como a Administração tem expectativa de conclusão deste processo em prazo superior a 12 meses, contados a partir de 31 de dezembro de 2020, o montante de R\$ 560.093 permanece registrado no passivo não circulante.

9 Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
No Brasil				
Imposto de renda e contribuição social (i)	303	473	534.529	1.009.155
IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados			11.269	10.054
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ii)			513.336	593.634
COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	1.210	1.210	555.147	652.152
PIS - Programa de Integração Social	5.664	5.664	144.759	156.536
Contribuições Sociais			3.651	3.894
Superveniências federais (iii)			1.166.155	2.533.914
Outros	3	5	116.191	113.004
No exterior				
Imposto de renda (iv)			1.495.892	374.657
Imposto sobre Valor Agregado			457.105	373.058
Outros			29.307	18.705
	<u>7.180</u>	<u>7.352</u>	<u>5.027.341</u>	<u>5.838.763</u>
Ativo circulante	<u>307</u>	<u>479</u>	<u>3.487.367</u>	<u>2.944.155</u>
Ativo não circulante	<u>6.873</u>	<u>6.873</u>	<u>1.539.974</u>	<u>2.894.608</u>

- (i) O saldo de imposto de renda e contribuição social são provenientes das antecipações destes tributos pelas controladas indiretas e de retenções na fonte sobre rendimentos de aplicações financeiras.
- (ii) Substancialmente representado por saldo acumulado da controlada indireta Braskem, proveniente das vendas internas incentivadas com diferimento da tributação e destinadas ao mercado externo.
- (iii) Refere-se substancialmente ao crédito fiscal oriundo da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS da controlada indireta Braskem. Ao longo do exercício de 2020, foram certificados os trânsitos em julgado, o período mais antigo retroage ao ano de 1991. O saldo em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 1.002.605 (31 de dezembro de 2019 – R\$ 2.459.293).
- (iv) Refere-se a antecipações de imposto de renda por sucursais e subsidiárias de controladas direta e indiretas. O aumento em 2020 refere-se substancialmente a controlada Braskem, devido a aprovação pelo governo americano do programa de ajuda e suporte às empresas americanas devido aos impactos econômicos da COVID-19 denominado "Coronavirus Aid, Relief, and Economic Security Act". Este ato permitiu à controlada Braskem America optar pelo benefício fiscal para dedução de 100% da depreciação do custodos ativos colocados em operação em 2020 ("bonus depreciation"), com o benefício do bonus depreciation, a Braskem America apurou restituição de imposto de R\$ 982 milhões, registrada como imposto de renda a recuperar.

ODBINV S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10 Estoques - Consolidado

	2020	2019
Produtos acabados e em processo	4.258.624	5.708.720
Imóveis negociáveis	974.022	1.636.867
Matérias-primas e embalagens	2.094.085	1.907.801
Adiantamentos a fornecedores	481.455	571.226
Materiais para aplicação em obras	871.196	686.221
Importações e exportações em andamento e outros	971.331	290.101
Almoxarifado	7.694	198.398
	<u>9.658.407</u>	<u>10.999.334</u>
Ativo circulante	<u>9.537.486</u>	<u>9.952.303</u>
Ativo não circulante	<u>120.921</u>	<u>1.047.031</u>

Os saldos de estoques são representados, substancialmente, pelas controladas indiretas Braskem e OR em R\$ 8.401.686 e R\$ 792.803 (31 de dezembro de 2019 – R\$ 7.641.409 e R\$ 1.484.721), respectivamente.

Em 31 de dezembro de 2019 a Atvos Agro apresentou estoque de R\$ 1.392.264, conforme mencionado na nota 1.2, a Atvos Inv deixou de ser controladora da investida Atvos Agro, e portanto, os saldos deixaram de ser consolidados.

11 Sociedades do Grupo Novonor

(a) Composição por negócio - Controladora

	Ativo		Passivo	
	2020	2019	2020	2019
Segmento de Engenharia e Construção				
OEC e controladas			18.689	5.798.025
Outros investimentos				
OFL			109.768	8.131.234
ODBIC			20.897	1.547.990
Kieppe	5.399	129.755		
OP INV	116.355	124.000		
Novonor			3.479	306
Outros	64.712	64.626		4.150
	<u>186.466</u>	<u>318.381</u>	<u>152.833</u>	<u>15.481.705</u>
Circulante	<u>116.355</u>	<u>124.000</u>		<u>357.169</u>
Não Circulante	<u>70.111</u>	<u>194.381</u>	<u>152.833</u>	<u>15.124.536</u>

Conforme mencionado na Nota 1 (a), devido a aprovação e homologação do Plano, os saldos do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 estão impactados pela constituição de Ajuste a valor justo no montante de R\$ 18.527.408.

ODBINV S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Composição por natureza - Controladora

	2020			
	Ativo não circulante	Ativo não circulante	Passivo não circulante	
Outras contas a receber / pagar Grupo (i)	116.355		5.016	
Mútuo do Grupo (ii)		70.111	147.817	
	<u>116.355</u>	<u>70.111</u>	<u>152.833</u>	
	2019			
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante
Outras contas a receber / pagar Grupo (i)	124.000		357.169	4.432.103
Mútuo do Grupo (ii)		194.381		10.692.433
	<u>124.000</u>	<u>194.381</u>	<u>357.169</u>	<u>15.124.536</u>

(i) Outras contas a receber / pagar do Grupo

As transações de outras contas a receber/pagar do Grupo decorrem de atividades vinculadas ao exercício regular dos negócios do Grupo, tais como: cessões de créditos e assunções de obrigações; prestação de serviços técnicos; reembolso de despesas; e repasse de despesas com serviços de terceiros com prazo de recebimento inferior a 365 dias.

	Ativo		Passivo	
	2020	2019	2020	2019
Segmento de Engenharia e Construção OEC e controladas			2.455	4.596.261
Outros investimentos			2.560	189.644
ODBIC				
OP INV	116.355	124.000		
Outros			1	3.367
	<u>116.355</u>	<u>124.000</u>	<u>5.016</u>	<u>4.789.272</u>

(ii) Mútuos do Grupo

Os principais saldos mantidos com as Sociedades do Grupo estão regidos por instrumento contratual "Contrato de Mútuo", firmado entre a Companhia e suas controladas e empresas do Grupo Novonor. A natureza das operações é de empréstimos e de recursos financeiros e poderá ter incidência de encargos.

	Ativo		Passivo	
	2020	2019	2020	2019
Segmento de Engenharia e Construção OEC e controladas			16.234	1.202.547
Outros investimentos				
OFL			109.768	8.131.234
ODBIC			18.337	1.358.346
Kieppe	5.399	129.755		
Novonor			127	306
Outros	64.712	64.626	3.351	
	<u>70.111</u>	<u>194.381</u>	<u>147.817</u>	<u>10.692.433</u>

ODBINV S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Consolidado

Os principais saldos mantidos com as Sociedades do Grupo referem-se a operações de repasses de recursos, cessões de créditos e assunções de obrigações e sem vencimentos.

	Ativo		Passivo	
	2020	2019	2020	2019
Mútuo de acionista não controlador da Braskem Idesa (i)			3.222.493	2.395.887
OE Inv (ii)	3.616.824			
Biocom (iii)		95.563		
ODBEP (iv)				408.081
OLI SAC (iv)			1.350.949	1.044.713
OSP Inv (v)			982.059	
Kieppe (vi)	5.399	129.755		
Outros	219.674	362.691	303.251	75.890
	<u>3.841.897</u>	<u>588.009</u>	<u>5.858.752</u>	<u>3.924.571</u>
Circulante	<u>9.917</u>	<u>8.073</u>		<u>3.367</u>
Não Circulante	<u>3.831.980</u>	<u>579.936</u>	<u>5.858.752</u>	<u>3.921.204</u>

- (i) Corresponde substancialmente, a contratos de mútuo a pagar aos acionistas não controladores da Braskem Idesa, com vencimento em dezembro de 2029 e juros de 7% ao ano. Esses recursos foram utilizados pela Braskem Idesa para financiar seu projeto de construção.
- (ii) Corresponde, as debêntures ativas a receber da coligada Atvos Agro e conforme mencionado na nota 1.2 (d) a controlada indireta Atvos Inv deixou de ser a controladora da Atvos Agro, portanto os saldos de partes relacionadas deixaram de ser consolidados e em consequência os saldos deixaram de ser eliminados.
- (iii) A OEC através de suas controladas diretas e indiretas no Brasil e no Exterior, mantém saldos em aberto no balanço nas rubricas de contas a receber com Sociedades do Grupo Novonor, contas a receber de clientes e outros ativos do ativo circulante e não circulante com a coligada Biocom, oriundos de faturas de exportação de bens e serviços e mútuos efetuados a título de prestações suplementares ocorridos entre os períodos de 2010 a 2019.

Em 6 de dezembro de 2019, as Acionistas da Biocom, juntamente com os bancos locais (Banco Angolano de Investimentos – BAI, Banco de Fomento Angola – BFA e Banco Econômico – BE), formularam os principais termos da renegociação dos empréstimos contraídos pela Biocom, ainda em processo de confirmação e assinatura.

Entre os termos desta renegociação em discussão, está previsto a liquidação da dívida junto aos bancos locais em um período de 126 meses (10,5 anos), sendo que somente após liquidação da dívida junto aos bancos locais, poderão ser liquidados os saldos em aberto com os acionistas e partes relacionadas, conforme a capacidade financeira de pagamento da Biocom.

Nesse cenário, em 31 de dezembro de 2019, a OEC registrou um AVP em seu ativo circulante e não circulante, em contrapartida do resultado financeiro, no valor de R\$ 1.516.182, como ajuste a valor presente, cujo valor reflete o valor justo esperado para realização destes saldos em aberto nesta mesma data base.

- (iv) Refere-se a contratos de mútuos. Devido ao processo de processo de liquidação judicial, a OLI SAC e a ODBEP deixaram de ser controladas pela OPISA, portanto deixaram de ser consolidada em consequência os saldos com estas empresas deixaram de ser eliminados.

ODBINV S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (v) Corresponde a mútuo a pagar para a coligada Atvos Agro. Conforme mencionado na nota 1.2 a controlada indireta Atvos Inv deixou de ser a controladora da Atvos Agro, portanto os saldos de partes relacionadas deixaram de ser consolidados e em consequência os saldos com esta empresa deixaram de ser eliminados.
- (vi) Corresponde a contratos de mútuo entre a Companhia e a controladora Kieppe no montante de R\$ 5.399 (31 de dezembro de 2019 – R\$ 129.755). Em dezembro de 2020, o valor total dos contratos de R\$ 135.147 sofreu ajuste a valor justo no montante de R\$ 129.748 em decorrência dos termos do PRJ da Companhia e da controladora Kieppe aprovados e homologados (Nota 1(a)).

12 Ativos e passivos não circulantes mantidos para venda – Consolidado

Em 31 de dezembro de 2020, os saldos dos ativos e passivos não circulantes mantidos para venda são, respectivamente, R\$ 528.151 (31 de dezembro de 2019 – R\$ 1.616.202) e R\$ 48.291 (31 de dezembro de 2019 - R\$ 45.701) e estão representados, substancialmente, por investimentos detidos pela controlada OPISA e OTP.

(a) Principais ativos mantidos para venda e resultado de operações descontinuadas

(I) Ativos mantidos para venda

(i) Novonor

Em 31 de dezembro de 2019, a controlada direta Novonor apresentou na rubrica de Ativos mantidos para venda o montante R\$ 10.627 referente a recebíveis junto ao GSP, ao longo de 2020, a Novonor levando em consideração o cenário incerto do processo de arbitragem do GSP, optou de forma conservadora pelo reconhecimento de impairment no valor total destes recebíveis.

(ii) OTP

Em 31 de dezembro de 2020, tendo em vista o avanço das negociações, os investimentos da controlada indireta ODBR nas empresas Bahia Norte, CRC e CRA passaram a ser tratadas como “Ativos não circulantes mantidos para venda” (Nota 1.2). Tais investimentos estão sendo mensurados pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo menos a despesa de venda. Conforme mencionado nas Notas 1.2 e 32 a conclusão da venda ocorreu em abril de 2021.

(iii) OPISA

Em 31 de dezembro de 2020, a controlada indireta OPISA apresenta os seguintes principais investimentos indiretos classificados como Ativos não circulante mantidos para venda e Operações descontinuadas, estes investimentos estão sendo mensurados pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo menos a despesa de venda:

EGH - Durante o ano de 2015, a investida indireta OEP iniciou o processo de venda da participação em sua investida EGH. Em agosto de 2017, a investida indireta OEP assinou um acordo para venda de EGH pelo valor de US\$ 1.390 bilhão. A efetivação da operação aconteceu em abril de 2019 depois da aprovação pelo Ministério de Justiça do Peru das cláusulas contratuais estabelecidas pela Lei Anticorrupção daquele país. Foi criada uma conta bancária de fideicomisso - Fideicomiso de Retención y Reparación – FIRR no valor de US\$ 319 milhões onde todas as empresas do Grupo Novonor poderão utilizar os recursos do fundo para reparações de danos causados no país.

ODBINV S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Durante o ano de 2019, os recursos retidos no FIRR foram liberados e tiveram as seguintes destinações: i) US\$ 158 milhões para pagamentos de obrigações à Superintendencia Nacional de Aduanas y de Administración Tributaria – SUNAT; ii) US\$ 29 milhões destinados a pagamentos firmados no Acordo de Colaboração junto as autoridades peruanas; e iii) US\$ 132 milhões repassados a empresas do Grupo.

Bloco XVI - A Administração da controlada indireta OPI iniciou negociação para a venda do total da participação de 15% que a controlada indireta OOGA detinha no Bloco XVI. O Bloco XVI encontra-se situado em águas profundas na costa Angolana e é representado por 11 poços – Chissonga 1, Chissonga-2, Chissonga-3, Chissonga-4, Omba 1, Caiundo 1, Catumbela 1 Caporolo 1, Cubal 1, Cubal 2, e Mulavi-1.

Em julho de 2019, a OOGA foi notificada pela Agência de Petróleo, Gás e Biocombustíveis de Angola – ANPG sobre a desqualificação no consórcio do Bloco XVI devido a incumprimento de obrigações de aportes no consórcio. Diante disso, a OOGA registrou baixa na participação detida no consórcio, correspondente ao valor de US\$ 482 milhões – R\$ 1.820 bilhão. Adicionalmente ao processo de baixa, a OOGA reconheceu despesas com multa, despesas financeiras e advocatícias no valor de US\$ 3,8 milhões.

Em 31 de dezembro de 2019, a OOGA deixou de ser consolidada devido ao processo de liquidação judicial da ODB E&P.

GSP - Em abril de 2016, a controlada indireta IITD implementou plano de venda das ações detidas no GSP, investimento controlado em conjunto, onde a controlada indireta OPISA detém de forma indireta 51,64% de participação no capital.

Em 24 de janeiro de 2017, o Estado Peruano terminou unilateralmente o Contrato de Concessão. No mesmo ano de 2017, a Enagás Perú S.A.C. apresentou, perante o Instituto de Defesa da Concorrência e Propriedade Intelectual - INDECOPI, a abertura do procedimento concursal ordinário do GSP.

Em 4 de dezembro de 2017, o GSP foi declarado em insolvência por parte da Comisión de Procedimientos Concursuales do INDECOPI. Desta maneira, as obrigações do GSP com seus credores foram incorporadas ao processo concursal, sendo que os mesmos deverão apresentar solicitação de reconhecimento de créditos ao INDECOPI. Atualmente o INDECOPI encontra-se resolvendo os pedidos pendentes de reconhecimento de créditos. Concluída a análise dos pedidos, será convocada a instalação da Junta de Credores da GSP.

Em 2018, a controlada indireta IITD registrou uma estimativa de perda do valor recuperável do investimento mantido no GSP no valor de US\$ 103,7 milhões – R\$ 402.703.

Em 2 de julho de 2019, a acionista do GSP NEGOCIOS DE GAS S.A. (“NdG”) iniciou uma arbitragem perante o International Chamber of Commerce (“ICC”) (Processo NN514 / JPA) contra o GSP, Enagas e IITD, solicitando a ineficácia das decisões tomadas no âmbito da Assembleia Geral de Acionistas de 12 de dezembro de 2018. Na hipótese de que o resultado da arbitragem seja favorável à NdG tal resultado não teria um impacto negativo na contabilidade do IITD.

O acumulado até 2019 na controlada IITD pela estimativa de perda do valor recuperável do investimento mantido no GSP, equivale a US\$ 289 milhões.

Em 21 de janeiro de 2020, a OLI Lux iniciou uma arbitragem contra o Estado Peruano perante o International Centre for Settlement of Investment Disputes - ICSID buscando recuperar as perdas decorrentes da terminação unilateral pelo Estado Peruano do contrato de concessão do GSP e pela violação do Tratado Bilateral de Promoção e Proteção Recíproca de Investimentos existente entre a União Econômica Belga-Luxemburgo-Peru sobre. Através dessa arbitragem a OLI Lux pretende recuperar investimento realizado no Projeto GSP no valor estimado de US \$ 1,2 bilhão.

ODBINV S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em agosto de 2020, a administração da IITD, levando em consideração o cenário incerto do processo de arbitragem, optou conservadoramente pela provisão de "impairment" no investimento GSP no valor de R\$ 1.547.756 – US\$ 283 milhões, registrada como perda na rubrica de prejuízo de operações descontinuadas.

Ruta Del Sol - Em 22 de fevereiro de 2017, com aditivo em 27 de março de 2017, a Agencia Nacional de Infraestrutura da Colômbia ("ANI") e a Concessionária Ruta del Sol firmaram o Acordo para a rescisão e liquidação do Contrato de Concessão nº 01 de 2010 para o término antecipado do Contrato de Concessão, acordando uma fórmula de cálculo, sujeita à aprovação da autoridade judicial competente, para a liquidação do Contrato. Referido Acordo dispôs, ainda, sobre as obrigações e direitos do período de transição e do período de reversão dos bens. O Acordo não foi cumprido pela ANI e, nesse sentido, deu-se continuidade em Tribunal Arbitral Local com a única pretensão de declarar a Nulidade do Contrato de Concessão, mesmo este já tendo sido encerrado.

Em 14 de setembro de 2017, o Tribunal Administrativo de Cundinamarca decretou as medidas administrativas complementares requeridas pelo Acordo, sendo que em 20 de outubro de 2017, ANI e a Concessionária firmaram Ata de reversão e entrega da infraestrutura, formalizando a devolução dos bens reversíveis, exceto por 26 salvaguardas que afirmam ainda não haver ocorrida a reversão, mas sim tão somente a entrega da infraestrutura.

Em 16 de Agosto de 2019, o Tribunal Arbitral Local homologou o Laudo Arbitral pelo qual decreta-se a nulidade do Contrato de Concessão e, como consequência, o Tribunal determinou restituições para a Concessionaria, baseado na aplicação de uma lei recentemente aprovada e de aplicação retroativa. De acordo com o Laudo foi reconhecido pelo Perito do Tribunal (Duff & Phelps) o investimento realizado e validado por Perito de Parte nesse mesmo processo arbitral. Não obstante, o Tribunal sem sustento técnico, ou pelo menos, sem sustento validado por peritos com expertise para tal, realizou ajustes no valor de investimento. Os valores dos ajustes descontados pelo Tribunal serão demandados em instâncias internacionais, especificamente no ICC, conforme cláusula de resolução de controvérsias do Contrato que, mesmo anulado, prevalece.

Além da demanda internacional anterior, bancos credores, acionistas e a Concessionaria têm apresentado, até 31 de dezembro de 2019, o Recurso de Anulação contra o Laudo Local, além de intenção de Recurso de Tutela em andamento. Estes recursos cujo resultado na melhor das hipóteses conseguiriam anular o citado Laudo Arbitral.

Em 31 de dezembro de 2019, a Administração da controlada indireta OLI Colômbia optou pelo reconhecimento de 100% de perda no valor do investimento em Ruta del Sol, correspondente a US\$ 83 milhões – R\$ 335.480. Esse montante foi apresentado como prejuízo de operações descontinuadas, na demonstração do resultado daquela controlada.

Chavimochic - Em 2017, a Chavimochic apresentou pedido de caducidade do contrato de concessão por causa imputável ao poder concedente, sem implicar, necessariamente, na rescisão imediata do contrato de concessão, e iniciou um procedimento de arbitragem internacional para solucionar as controvérsias geradas pelo inadimplemento do contrato de concessão por parte do poder concedente.

Durante o ano de 2018, instaurou-se o Tribunal Arbitral que correrá conforme o calendário processual, sem uma data estimada para o final.

CEC - Em dezembro de 2020, a controlada indireta OEP avaliou a baixa possibilidade de recuperação no investimento CEC e efetuou provisão para perda de valor recuperável no valor de R\$ 135.310 – US\$ 26 milhões.

ODBINV S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(II) Prejuízos das operações descontinuadas

OPISA

GSP	(1.547.756)
CEC	(135.311)
Impairment Outras contas a receber GSP	(1.135.323)
	<u>(2.818.390)</u>

OEC

CNO S.A - Sucursal Venezuela	(1.438.655)
CBPO Ingenieria de Venezuela C.A	(76.798)
CBPO	(43.706)
Chavimochic	(509)
Ruta del Sol	(85.775)
	<u>(1.645.443)</u>

- (i) Em 11 de setembro de 2019, em função da criticidade econômica e da instabilidade do ambiente político na Venezuela, diversas empresas do setor de engenharia e construção, dentre elas a controlada indireta OEC, foram notificadas a respeito da rescisão unilateral da maioria dos contratos que mantinham com entidades do Estado Venezuelano. O procedimento adotado pelo Estado Venezuelano desconsiderou diversas questões jurídicas relevantes, que permitem a controlada indireta OEC a buscar a defesa dos seus interesses perante as instituições responsáveis.

De todo modo, a controlada indireta OEC provisionou 100% sobre os ativos da Venezuela, conforme detalhado abaixo:

Ativo circulante	
Contas a receber de clientes	(1.452.094)
Adiantamentos a fornecedores, subempreiteiros e outros	(31.167)
Estoques	(45.702)
Demais contas a receber de curto prazo	(41.909)
Ativo não circulante	
Demais contas a receber de longo prazo	(6)
Imobilizado	(10.794)
Total de Ativos	<u>(1.581.672)</u>

O Contas a receber de clientes encontra-se líquido dos adiantamentos recebidos por contrato. As referidas provisões foram reconhecidas no montante total de R\$ 1.581.672 como operações descontinuadas.

Em 31 de dezembro de 2020, a controlada indireta OEC reavaliou os efeitos registrados em 31 de dezembro de 2019 e não foram identificadas alterações. Em 31 de dezembro de 2020, o valor de R\$ 1.559.158 refere-se substancialmente a perdas de variação cambial sobre passivos em moeda estrangeira (Nota 12 (c)).

ODBINV S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13 Imposto de renda e contribuição social diferido - Consolidado

(a) Composição

	31 de dezembro de 2019	Impacto no resultado	Impacto no patrimônio líquido	31 de dezembro de 2020
Ativo	7.366.060	2.500.361	(165.988)	9.700.433
Prejuízos fiscais (IR) e base negativa (CSL)	2.861.811	(1.766.910)	1.562	1.096.463
Ágios amortizados	87.471	(7.578)		79.893
Variações cambiais	1.272.516	3.723.330	6.460	5.002.306
Provisões temporárias	2.577.190	710.687	5.517	3.293.394
Combinação de negócios	85.675	(14.706)		70.969
Outros	481.397	(144.462)	(179.527)	157.408
Passivo	4.407.566	134.274	(2.203.783)	2.338.057
Amortização de ágios fundamentados em rentabilidade futura	793.514	(651)	(669.293)	123.570
Depreciação fiscal	2.062.861	(186.606)	(1.784.378)	91.877
Variações cambiais	346.801	55.248	281.888	683.937
Provisões temporárias	499.695	(266.918)	(149.937)	82.840
Outras diferenças temporárias	(248.779)	513.084	(1.712)	262.593
Outras	953.474	20.117	119.649	1.093.240
Saldo líquido	2.958.494	2.366.087	2.037.795	7.362.376
Composição no balanço patrimonial (não circulante)				
Ativo fiscal diferido	3.592.758			9.700.433
Passivo fiscal diferido	634.264			2.338.057
	2.958.494			7.362.376

O IR e a CSL registrados no exercício são apurados em bases corrente e diferida. Esses tributos são calculados com base nas leis tributárias vigentes na data do balanço dos países em que a Companhia e suas controladas atuam e são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando se referem a itens registrados no patrimônio líquido.

O IR e CSL diferidos são reconhecidos sobre: (i) prejuízos e bases negativas da contribuição social; (ii) receitas e despesas contábeis temporariamente não tributáveis e indedutíveis, respectivamente; (iii) receitas e despesas fiscais que serão refletidas contabilmente em períodos posteriores; e (iv) valores de ativos e passivos decorrentes de combinação de negócios que serão tratados como despesa ou receita no futuro e que não impactarão o cálculo do imposto de renda e da contribuição social.

(b) Composição por segmento

	31 de dezembro de 2020		
	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido	Saldo líquido
Segmento de Engenharia e Construção			
OEC	1.027.883	946.910	80.973
Segmento Petroquímico			
Braskem (i)	8.529.972	1.234.398	7.295.574
Segmento de Investimentos em infraestrutura, mobilidade e óleo e gás			
OTP	28.473		28.473
Outros investimentos			
OP Inv	21.705		21.705
Outros	92.400	156.749	(64.349)
	9.700.433	2.338.057	7.362.376

ODBINV S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31 de dezembro de 2019		
	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido	Saldo líquido
Segmento de Engenharia e Construção			
OEC	825.517	314.768	510.749
Segmento Petroquímico			
Braskem	2.662.596	273.036	2.389.560
Segmento de Investimentos em infraestrutura, mobilidade e óleo e gás			
OTP	30.953		30.953
Outros investimentos			
OP Inv	21.614	294	21.320
Outros	52.078	46.166	5.912
	<u>3.592.758</u>	<u>634.264</u>	<u>2.958.494</u>

(i) O aumento do Ativo fiscal diferido registrado no período no montante de R\$ 5.597.376, refere-se substancialmente a Provisões temporárias devido ao evento geológico em Alagoas, contingências, desvalorização de ativos, entre outras no montante de R\$ 2.639.070 e variações cambiais no montante de R\$ 2.685.264.

ODBINV S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14 Investimentos

(a) Investimento em controlada direta – Controladora

	Quantidade de quotas ou ações detidas		Participação direta (%)		Patrimônio Líquido (passivo a descoberto)		Prejuízo líquido	
	2020	2019 (Reapresentado)	2020	2019	2020	2019 (Reapresentado)	2020	2019 (Reapresentado)
Novonor	3.268.732.692	3.268.732.692	100,00	100,00	(34.359.389)	(20.042.905)	(12.134.766)	(13.997.943)

(b) Movimentação das provisões para perdas em investimentos - Controladora

	31 de dezembro 2020	31 de dezembro 2019 (Reapresentado)
No início do exercício	20.042.905	5.845.791
Adições (i)		(262.242)
Provisão para perdas em investimento	30.662.174	13.997.943
Ajustes de avaliação patrimonial	2.541.816	829.613
Transferência		
Outros	(360.097)	(368.200)
No final do exercício	<u>52.886.798</u>	<u>20.042.905</u>

- (i) Aporte realizado na controlada direta Novonor, em 21 de junho de 2019, por meio créditos detidos pela Companhia junto a Novonor, composto por créditos de Outras contas a receber no valor de R\$ 180.640 e Mútuo ativo no valor de R\$ 81.602, com emissão de 262.241.166 ações ordinárias e sem valor nominal.

ODBINV S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Informações relevantes sobre investimentos

Apresentamos abaixo as principais movimentações ocorridas ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

OP Inv e controladas

Complexo Maracanã

Em 18 de março de 2019, o Estado do Rio de Janeiro proferiu decisão, publicada no Diário Oficial de 19 de março de 2019, por meio da qual decretou a caducidade da concessão administrativa materializada no Contrato de Parceria Público-Privada nº 27/2013, celebrado em 4 de junho de 2013 ("Contrato de PPP"). O Contrato de PPP versava sobre os serviços de gestão, operação e manutenção do Estádio do Maracanã e do Maracanãzinho, que seriam desenvolvidos pela OP Inv, pelo prazo contratual de 35 anos. No que tange à qualificação jurídica empregada pelo Estado do Rio de Janeiro à extinção do Contrato de PPP, a administração do Complexo Maracanã esclarece que a referida decisão administrativa não é definitiva e a questão será resolvida ao término do Procedimento Arbitragem instaurado em face do Poder Concedente.

Em 16 de abril de 2019, a controlada indireta Complexo Maracanã e o Estado do Rio de Janeiro assinaram termo de entrega do Complexo Maracanã, sem prejuízo do processo arbitral em curso. A partir de 18 de abril de 2019, a manutenção e operação do Complexo Maracanã passou a ser de inteira responsabilidade do Estado do Rio de Janeiro.

A controlada indireta Complexo Maracanã continua ativa e mantém a gestão dos seus ativos e passivos, entre eles contas a receber de clientes, créditos tributários, passivos financeiros, tributários e contingentes.

Arena Pernambuco

Em 14 de agosto de 2015, a controlada indireta Arena Pernambuco tomou conhecimento das investigações da polícia federal denominada "Operação Fair Play", ainda em curso, cujo objeto investigatório diz respeito a supostas irregularidades ocorridas na Parceria Público Privada ("PPP"). A Arena Pernambuco entende que tal denúncia e seus desdobramentos não têm impacto sobre suas demonstrações financeiras ora auditadas.

Em 6 de junho de 2016, foi celebrado acordo consensual para rescisão do Contrato de Concessão Administrativa ("Contrato"), por meio do documento intitulado de "Instrumento Particular de Rescisão Consensual de Contrato de Concessão Administrativa" ("Instrumento"). Com a assinatura do Instrumento, a controlada indireta Arena Pernambuco entregou os bens reversíveis ao Poder Concedente. A partir da assinatura do Instrumento, a controlada indireta Arena Pernambuco ficou exonerada das obrigações previstas no Contrato de Concessão, em especial no que tange à operação, manutenção e conservação do empreendimento, com exceção das obrigações que, por força de lei, deverão permanecer sob sua responsabilidade, pelo prazo legal (como por exemplo, a responsabilidade civil pela construção e solidez da obra), e do dever de prestar informações e demonstrativos, relativos ao período de execução do Contrato.

Em dezembro de 2019, no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco ("TC/PE"), foi determinada a suspensão cautelar dos pagamentos previstos no Instrumento, que eram destinados aos custos da Arena Pernambuco e à amortização do financiamento contraído junto ao Banco do Nordeste do Brasil ("BNB"). A controlada indireta Arena Pernambuco apresentou defesa no bojo dessa cautelar, a qual segue pendente de julgamento pela 2ª Câmara do TC/PE.

CENTRAD

Em 8 de abril de 2009, foi firmado contrato de concessão entre a então Secretaria de Estado de Obras do Distrito Federal, hoje Secretaria do Estado de Infraestrutura e Serviços Públicos e a controlada em conjunto CENTRAD, mediante licitação pública regida pelo Edital de concorrência nº 01/2008, cujo objeto é a construção, operação e manutenção do Centro Administrativo a ser utilizado pelos órgãos e entidades da administração direta e indireta, integrantes da estrutura administrativa do GDF.

ODBINV S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O prazo de vigência do contrato é de 22 anos, contados a partir do início das obras, e o prazo de exploração da operação e manutenção é de 21 anos, considerando o início da operação, foi efetuada a entrega parcial de 31,41% (não auditado) referente à FASE I do empreendimento.

O Centro Administrativo do Distrito Federal encontra-se com cerca de 97% (noventa e sete por cento) de avanço físico das obras concluídas, sendo que os 3% (três por cento) restantes aguardam a aprovação e assinatura de aditivo ao Contrato de Concessão em razão do pedido unilateral de alteração de escopo promovido pelo Poder Concedente. Adicionalmente, o Poder Concedente está avaliando as medidas necessárias que possibilitarão o início da ocupação do Centro Administrativo.

A controlada em conjunto indireta CENTRAD tem cumprido com as obrigações estabelecidas no Contrato de Concessão Administrativa assinado com o GDF. Entretanto, em razão do desequilíbrio contratual gerado por modificações unilaterais de escopo impostas pelo Poder Concedente, bem como da contínua manutenção da situação de inadimplência em diversas frentes em que se encontra o Poder Concedente no âmbito do Contrato de Concessão, a CENTRAD ingressou, em 25 de maio de 2017, com requerimento de instauração de arbitragem perante o Centro de Arbitragem e Medição da Câmara de Comércio Brasil-Canadá (CAM-CCBC), o qual foi extinto sem análise do mérito dos pleitos da controlada em conjunto indireta CENTRAD após o GDF ingressar com ação judicial para questionar a validade da cláusula de arbitragem do contrato, ação essa que foi julgada improcedente pela 1ª Vara da Fazenda Pública do DF e que segue em discussão no Poder Judiciário. Atualmente existem processos judiciais e administrativos iniciados pela CENTRAD, GDF, Ministério Público e Financiadores do contrato que discutem aspectos relacionados ao contrato de concessão e aos próprios instrumentos de financiamento da concessão, incluindo eventual nulidade do Contrato de PPP.

Apesar de retrocessos na agenda de solução consensual das controvérsias que cercam o CADF, inclusive em função da atual pandemia global do novo Coronavírus, a controlada em conjunto indireta CENTRAD, GDF e Financiadores discutem a conveniência de que o empreendimento, com a primeira fase do projeto concluído desde 2014 e com um avanço físico de cerca de 97%, seja ocupado pelo GDF e uma solução negociada definida para equacionar as pendências associadas ao contrato de concessão, incluindo direitos da controlada em conjunto indireta CENTRAD e Financiadores. Tal ocupação não representaria qualquer modalidade de extinção do Contrato, que segue com seu objeto possível e hígido, mas, apenas e tão somente, uma providência que busca propiciar ao GDF condições para sua futura ocupação, sendo que a controlada em conjunto indireta CENTRAD seguirá com seus pleitos sendo negociados em relação aos valores devidos pelo Contrato de Concessão.

O desequilíbrio da concessão e o cenário de recuperação judicial de suas controladoras fez com que a controlada em conjunto indireta CENTRAD notificasse o GDF ao longo de 2020 quanto à dificuldade de seguir com a guarda/manutenção do CADF e necessidade de que o GDF otimizasse as tratativas em torno da solução negociada das controvérsias do CADF.

Durante o exercício de 2020 a CENTRAD reconheceu impairment (PECLD) das contas a receber junto ao GDF no montante de R\$ 1.707.130, o efeito nas Demonstrações financeiras consolidadas da Novonor corresponde a 50% da participação indireta na CENTRAD, no montante de R\$ 853.565 e está refletido na equivalência patrimonial.

Fonte Nova

Em 12 de abril de 2016, o Plenário do Tribunal de Contas do Estado da Bahia (“TCE-BA”), no julgamento do Processo TCE/000490/2010, determinou ao Poder Concedente a realização de estudos, no prazo de 120 dias, para adequar as cláusulas econômico-financeiras do Contrato de Parceria Público Privada (“Contrato de PPP”) n. 02/2010 firmado com a controlada em conjunto indireta Fonte Nova, objetivando melhor salvaguarda do interesse público, em razão de irregularidades verificadas no âmbito daquele Processo, cuja decisão está sujeita a recursos. Na referida decisão, o TCE-BA determinou a continuidade do Contrato de PPP n. 02/2010 e não foram concedidas as medidas cautelares que poderiam resultar na imediata redução do valor pago pelo Poder Concedente a título de contraprestação pública à Concessionária, ou na vedação do pagamento de qualquer quantia a título de compartilhamento de risco de demandas.

Da mesma forma, não foram cautelarmente determinadas quaisquer medidas que pudessem ensejar novas obrigações ou assunção de novos custos pela investida em relação ao Contrato de PPP, tampouco penalidades à Concessionária ou aos seus administradores.

ODBINV S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Considerando o atual estágio do processo, tendo em vista que a decisão não é definitiva, e o fato que qualquer ajuste no Contrato de PPP apenas poderá ser determinado após a conclusão dos estudos recomendados na decisão do TCE-BA, a administração da investida, suportada pela avaliação de seus consultores jurídicos, entende que não é possível, neste momento, estimar eventual impacto na contraprestação pública e tampouco os potenciais desdobramentos deste processo.

Desta forma, em função das incertezas existentes, em 31 de dezembro de 2020, não foi constituída provisão para passivos ou registrado impairment de ativos, para refletir os potenciais desdobramentos deste processo.

(d) Investimentos em coligadas e controladas em conjunto - Consolidado

	Ativo		Passivo	
	2020	2019	2020	2019
Investimentos (I)	2.718.764	3.347.867		
Provisão para perda em investimentos (II)			2.022.600	219.336
	<u>2.718.764</u>	<u>3.347.867</u>	<u>2.022.600</u>	<u>219.336</u>

(I) Investimentos em coligadas e controladas em conjunto

(i) Composição por segmento

O saldo é representado pela participação em investidas coligadas e controladas em conjunto da Companhia, composto substancialmente por:

	2020	2019
Segmento de Engenharia e Construção		
Investidas OEC (i)	287.565	249.113
Segmento imobiliário		
OR	77.715	222.143
Segmento de Investimentos em infraestrutura, mobilidade e óleo e gás		
Investidas Ocyan (ii)	1.340.756	997.173
Investidas OTP	80.080	119.986
Outros investimentos		
Investidas OE Inv	741.666	1.624.171
Outros	190.982	135.281
	<u>2.718.764</u>	<u>3.347.867</u>

(i) Representado substancialmente pela participação detida na Etileno XXI, Joint venture responsável pela construção do parque industrial no México da controlada Braskem e pela ELOS - Ligação de Alta Velocidade S.A.

(ii) Representado por Technip, OOGTK entre outros.

(ii) Movimentação dos investimentos em coligadas e controladas em conjunto

	2020	2019
No início do exercício	3.347.867	3.827.300
Aporte de capital	45.158	111.757
Baixas e transferências	(507.428)	(443.620)
Dividendos	(14.094)	
Resultado de participações societárias	(73.403)	(334.958)
Ajuste de avaliação patrimonial	83.678	24.572
Movimentação societária	(113.715)	155.534
Impairment	(4.742)	(122.644)
Outros	(44.557)	129.926
No final do exercício	<u>2.718.764</u>	<u>3.347.867</u>

ODBINV S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(II) Provisão para perda em investimentos em coligadas e controladas em conjunto

(i) Composição por segmento

O saldo é representado pela participação em investidas coligadas e controladas em conjunto da Companhia, composto substancialmente por:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Segmento de Engenharia e Construção		
Investidas OEC (i)	252.113	206.346
Segmento de Investimentos em infraestrutura, mobilidade e óleo e gás		
Investidas OPISA (ii)	101.732	12.990
Outros investimentos		
Investidas OSP Inv (iii)	1.140.902	
Investidas OP Inv (iv)	527.444	
Outros	409	
	<u>2.022.600</u>	<u>219.336</u>

(i) Representado substancialmente pela participação detida na BIOCUM.

(ii) Representado pela participação detida na OLPSAC.

(iii) Representado pelo investimento em ATVOS Agro.

(iv) Representado pela participação na CENTRAD.

(ii) Movimentação das provisões para perdas em investimentos em coligadas e controladas em conjunto

	<u>2020</u>	<u>2019</u> (Reapresentado)
No início do exercício	219.336	219.336
Aporte de capital	13.378	
Movimentação societária (i)	3.167.551	(120.356)
Provisão para perdas em investimento	(899.321)	157.608
Ajustes de avaliação patrimonial	(58.448)	(30.819)
Baixa e transferências	(416.253)	(20.576)
Outros	(3.643)	14.143
No final do exercício	<u>2.022.600</u>	<u>219.336</u>

(i) A movimentação em 31 de dezembro de 2020 refere-se a perda de controle da Atvos Agro (Nota 1.2 (d)).

ODBINV S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

15 Imobilizado - Consolidado

	Terras e terrenos	Direito de uso (Arrendamentos mercantis)	Obras/projetos em andamento	Edificações e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Veículos e embarcações	Planta Portadora	Outros	Total
Custo	786.239	5.667.620	9.294.683	10.085.001	51.357.348	20.343.450	6.771.223	2.928.321	107.233.885
Depreciação/exaustão acumulada		(1.036.312)	(1.736)	(3.159.949)	(27.870.635)	(5.101.052)	(4.926.035)	(1.998.775)	(44.094.494)
Provisão por impairment	(5.418)			(1.435)	(604)	(3.996.979)		(10.666)	(4.015.102)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	780.821	4.631.308	9.292.947	6.923.617	23.486.109	11.245.419	1.845.188	918.880	59.124.289
Aquisições		1.000.843	2.751.062	632	144.854	292.302	281.694	67.652	4.539.039
Movimentação societária (i)	(122.031)	(1.919.000)	(38.078)	(1.680.012)	(3.226.694)	(27.745)	(1.514.787)	(31.603)	(8.559.950)
Encargos financeiros capitalizados			252.427						252.427
Baixas, líquidas de depreciação/exaustão	(4.389)	(80.978)	(2.794)	(34.688)	(225.448)	(7.134)	(370)	(38.068)	(393.869)
Transferências	9		(6.797.947)	117.793	6.447.046	1.242		197.753	(34.104)
Depreciação/exaustão (ii)		(870.915)	272	(464.213)	(3.124.070)	(926.060)	(611.725)	(189.754)	(6.186.465)
Ajuste a valor justo		(13.563)							(13.563)
Ajuste de conversão de moeda estrangeira	77.613	251.455	1.136.584	905.382	2.034.842	3.232.897		25.722	7.664.495
Provisão (reversão) por impairment (iii)						(523.848)			(523.848)
Saldo contábil	732.023	2.999.150	6.594.473	5.768.511	25.536.639	13.287.073		950.582	55.868.451
Custo	737.441	4.304.969	6.595.937	9.099.384	54.472.055	23.641.757		3.124.070	101.975.613
Depreciação/exaustão acumulada		(1.305.819)	(1.464)	(3.329.438)	(28.934.812)	(5.833.857)		(2.162.822)	(41.568.212)
Provisão por impairment	(5.418)			(1.435)	(604)	(4.520.827)		(10.666)	(4.538.950)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	732.023	2.999.150	6.594.473	5.768.511	25.536.639	13.287.073		950.582	55.868.451
Taxas anuais de depreciação (%)		20		2 a 10	1,3 a 20	10 a 25	até 20	até 20	

- (i) Refere-se substancialmente a desconsolidação da Atvos Agro, conforme mencionado na nota 1.2 (d), a OSP Inv deixou de ser controladora da investida Atvos Agro e, portanto, os saldos deixaram de ser consolidados.
- (ii) A controlada indireta Braskem, reclassifica os saldos de depreciação nos montantes de R\$ 97.003 para a rubrica de estoque em razão do processo de custeio industrial.
- (iii) Refere-substancialmente a impairment registrado pela controlada indireta Ocyan, conforme Nota 26.

ODBINV S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) A rubrica “Obras/projetos em andamento” refere-se substancialmente a:

- Braskem - os principais valores contidos nesta rubrica no montante de R\$ 4.389.105 (31 de dezembro de 2019 – R\$ 6.566.933) correspondem aos gastos com paradas programadas para manutenção no Brasil e nas plantas do exterior da controlada indireta Braskem, e que estão em fase de preparação ou em andamento, aos encargos financeiros capitalizados, aos estoques de itens sobressalentes, aos projetos estratégicos no Brasil e aos projetos estratégicos da controlada indireta Braskem América. O restante corresponde, principalmente, a inúmeros projetos voltados à manutenção da capacidade produtiva das plantas.

OPE - Gastos relacionados a construção do estaleiro naval em Maragogipe-BA, no primeiro trimestre de 2015, em função da paralisação dos pagamentos devidos pelas Subsidiárias Sete Brasil - principais clientes do Grupo, a investida indireta Enseada decidiu suspender a última fase das obras, ocasião em que a construção atingia 82% de progresso de execução. Ainda não há previsão de retomada da construção. Em 31 de dezembro de 2020, a Enseada possuía um saldo contábil de R\$ 2.634.637 (31 de dezembro de 2019 – R\$ 2.634.430). A Administração realizou testes de recuperabilidade para seus ativos, tendo o último teste sido realizado em 31 de dezembro de 2020 que concluiu que as projeções realizadas a partir das perspectivas de mercado apresentam retorno suficiente para cobertura do investimento realizado. Tendo sido considerado para o teste premissas internas, expectativas de cenários futuros bem como a aprovação do PRJ da controlada indireta Enseada.

ODBINV S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16 Intangível -Consolidado

	Ágio sobre controladas (iii)	Marcas e Patentes	Contratos de energia	Infraestrutura/ Intangível em andamento	Direitos de outorga	Software, direitos de uso e outros	Total
Custo	3.988.786	451.622	297.644	2.957.879	1.758.205	1.787.502	11.241.638
Amortização acumulada	(1.352.715)	(199.996)	(117.981)	(169.234)	(171.347)	(1.107.015)	(3.118.288)
Provisão para impairment	(36.092)			(22.787)			(58.879)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	2.599.979	251.626	179.663	2.765.858	1.586.858	680.487	8.064.471
Aquisições		1.789	66	109.466	3.536	58.948	173.805
Movimentação societária (i)	(404.446)		25.187	(256)	(1.487.292)	(40.061)	(1.906.868)
Baixas, líquidas de amortização				(3.164)	(27)	(78.461)	(81.652)
Transferências						16.998	16.998
Amortização		(6.754)	(22.016)	(87.424)	(15.990)	(94.364)	(226.548)
Ajuste de conversão de moeda estrangeira	7.349	38.409		132.860	15.983	120.363	314.964
Provisão (reversão) para impairment (ii)				(135.310)		(98.460)	(233.770)
Saldo contábil	2.202.882	285.070	182.900	2.782.030	103.068	565.450	6.121.400
Custo	3.608.329	491.625	322.897	3.391.834	290.432	1.804.280	9.909.397
Amortização acumulada	(1.369.355)	(206.555)	(139.997)	(443.492)	(187.364)	(1.238.830)	(3.585.593)
Provisão para impairment	(36.092)			(166.312)			(202.404)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	2.202.882	285.070	182.900	2.782.030	103.068	565.450	6.121.400

(i) Refere-se substancialmente a desconsolidação da Atvos Agro, conforme mencionado na nota 1.2 (d), a OSP Inv deixou de ser controladora da investida Atvos Agro e, portanto, os saldos deixaram de ser consolidados.

(ii) R\$ 135.310 refere-se a perda por impairment da controlada indireta CEC (Nota 12 (a)(I)) e R\$ 98.460 refere-se a controlada indireta OEC.

ODBINV S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (i) Ágios registrado em controladas: são oriundos de combinações de negócios e são testados anualmente para fins de mensuração da recuperabilidade. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

Os ágios são provenientes das seguintes empresas:

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Braskem	2.000.793	2.058.874
Atvos Inv		346.365
OE Inv	220.914	220.914
OPISA	35.985	28.636
Lucro não realizado	(54.810)	(54.810)
Total	<u>2.202.882</u>	<u>2.599.979</u>

- (i) Conforme mencionado na nota 1.2 (d), a OSP Inv deixou de ser controladora da investida Atvos Agro e, portanto, os saldos deixaram de ser consolidados.

17 Financiamentos e arrendamentos mercantis - Consolidado

Composição por natureza

Natureza	2020		2019 (Reapresentado)	
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante
Financiamento (I)	16.703.563	75.367.520	23.642.781	57.157.954
Arrendamentos mercantis (II)	945.246	2.443.718	1.190.026	3.703.472
	<u>17.648.809</u>	<u>77.811.238</u>	<u>24.832.807</u>	<u>60.861.426</u>

ODBINV S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(I) Financiamentos

(a) Posição em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

Moeda estrangeira	Moeda	Engenharia e construção	Imobiliário	Indústria		Investimentos em infraestrutura e energia		Outros investimentos		Total
		OEC	OR	Braskem	Atvos Inv	Ocyan	OTP	OPI SA	OFL	
Modalidade e encargos financeiros										
Linhas de longo prazo										
Project Finance										
Libor trimestral 2,73 à 4,64	US\$			12.059.238				1.266.251		13.325.489
Libor + 4% e Juros 6,80%	US\$							1.283.853		1.283.853
Bonds e Medium Term Notes ("MTN")										
Juros de 4,375% a 11,75% a.a + VC e 4,37% à 7,5% a.a.	US\$			34.963.651		14.117.103		15.817.497		64.898.251
Pré-pagamento de exportações ("EPP")										
Libor semestral + juros 1,10% a 1,61% a.a + VC	US\$			2.207.762						2.207.762
Conta garantida										
EURIBOR 12M + 2,50%	€	13.891								13.891
Capital de giro										
EURIBOR 3M + 3,00%	AED	97.474								97.474
Libor semestral + de 0,65% a 0,90% a.a + VC	US\$			3.062.917						3.062.917
juros de 19,50% a 25,49% + VC	VEF/KWA	117.466								117.466
Outros										
Juros de 2,00% a 6,74% a.a + VC	US\$	61.996				26.491			23.480	111.967
		290.827		52.293.568		14.143.594		2.550.104	15.817.497	85.119.070

ODBINV S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Moeda nacional	Moeda	Engenharia e construção	Imobiliário	Indústria	Investimentos em infraestrutura e energia			Outros investimentos		Total
		OEC	OR	Braskem	Atvos Inv	Ocyan	OTP	OPI SA	OFL	
Modalidade e encargos financeiros										
Linhas de longo prazo										
Project Finance										
TR + Juros de 8,70% a 14,00% a.a	R\$		529.521							529.521
TJLP + 2,32% a 3,50%	R\$					310.002				310.002
FINAME										
TJLP + 6,00% a.a.	R\$								3.873	3.873
Nota de crédito à exportação ("NCE")										
Juros de 100,00% a 108,00% a.a. do CDI + juros de 0,70 % a.a	R\$			402.739						402.739
Conta garantida										
TJLP + 5% / TJLP + 3,5%	R\$								41.257	41.257
Capital de giro										
Juros de 125,54% do CDI e outras linhas de juros de 1,47% a 100% a.a. + CDI e outras linhas de 7,44% a.a	R\$		68.091						83.092	151.183
132% do CDI	R\$					203.787				203.787
Outros										
Juros de 3,50% a 13,15% a.a	R\$	241.410		21.398					308.289	571.097
Juros de 115% do CDI e 100% do CDI + juros de 4,27% a 6,17% a.a. e TJLP + de 2,80% a 6,80%	R\$			572.367			631.071		1.760.572	2.964.010
IPCA + Juros de 2,39% a 2,78%	R\$			5.639						5.639
IPCA + Juros de 10% a.a	R\$								164.727	164.727
Juros de 115% a 130% do CDI / 100% do CDI + 4,27% / 5% a 6,17%	R\$			492.501					974.431	1.466.932
SELIC + 6,15% a 6,16% a.a	R\$								602	602
Juros de 100% da TR	R\$								110.347	110.347
TJLP + Juros de 1,02% a 6,51% e CDI + 0,04	R\$			512					25.785	26.297
		241.410	597.612	1.495.156			1.144.860		3.472.975	6.952.013
Saldo em 31 de dezembro de 2020		532.237	597.612	53.788.724		14.143.594	1.144.860	2.550.104	15.817.497	92.071.083
Circulante		420.614	585.469	8.979.059		1.087.053	1.144.860	1.297.557	3.188.951	16.703.563
Não circulante		111.623	12.143	44.809.665		13.056.541		1.252.547	15.817.497	75.367.520
Saldo em 31 de dezembro de 2019		625.770	782.869	38.998.703	9.788.909	11.386.652	1.202.900	2.124.283	12.676.530	80.800.735
Circulante		545.536	774.635	1.519.333	9.788.451	1.086.434	1.202.900	1.004.660	4.819.257	23.642.781
Não circulante		80.234	8.234	37.479.370	458	10.300.218		1.119.623	7.857.273	57.157.954

ODBINV S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Composição dos financiamentos não circulante, por ano de vencimento

	2020	2019
2021		2.270.242
2022	5.100.065	3.282.973
2023	3.688.979	2.392.151
2024	7.089.650	5.541.172
2025	5.481.316	4.021.569
2026 em diante	54.007.510	39.649.847
	<u>75.367.520</u>	<u>57.157.954</u>

(c) Os financiamentos da Companhia e de suas controladas são mantidos nas seguintes moedas:

	2020	2019
Reais	6.952.013	16.485.193
Dólares americanos	84.890.239	63.376.618
Outras moedas	228.831	938.924
	<u>92.071.083</u>	<u>80.800.735</u>

(d) Movimentação dos financiamentos

	2020	2019
No início do exercício	80.800.735	76.536.655
Adição de principal (i)	13.562.623	25.076.712
Adição de principal - sem efeito caixa		10.201
Adição de juros	8.843.532	5.527.564
Amortização de principal (i)	(11.877.691)	(24.932.223)
Amortização de principal - sem efeito caixa	(168.845)	(1.603.764)
Pagamento de juros	(3.209.776)	(2.828.515)
Provisão de ajuste a valor justo	(17.638)	
Assunção de dívida (ii)	(1.008.649)	
Movimentação societária (ii)	(11.663.916)	413.139
Variação cambial (iii)	16.716.025	2.479.416
Custo de transação	94.683	121.550
Saldo no final do exercício	<u>92.071.083</u>	<u>80.800.735</u>
Passivo circulante	<u>16.703.563</u>	<u>23.642.781</u>
Passivo não circulante	<u>75.367.520</u>	<u>57.157.954</u>

- (i) Em 31 de dezembro de 2020, o saldo é representado substancialmente pela controlada indireta Braskem, sendo R\$ 13.049.459 (31 de dezembro de 2019 – R\$ 24.083.725) de captações e R\$ 9.639.715 (31 de dezembro de 2019 – R\$ 21.823.862) de amortização no exercício.
- (ii) Representado substancialmente pela Atvos Agro, conforme mencionado na nota 1.2 (d), a OSP Inv deixou de ser controladora da investida Atvos Agro e, portanto, os saldos deixaram de ser consolidados.

ODBINV S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iii) Em 31 de dezembro de 2020, o saldo é representado substancialmente pelas controladas indiretas Braskem e OFL, respectivamente em R\$ 8.145.178 e R\$ 3.795.692.

Em 31 de dezembro de 2019, em atendimento ao CPC 26 e seu correspondente IAS 1 (Apresentação das Demonstrações Contábeis), as controladas OFL e OSP Inv reclassificaram os montantes de R\$ 4.243.523 e R\$ 823.621 para o passivo circulante devido ao descumprimento de cláusulas contratuais, sendo principalmente a entrada em Recuperação Judicial (Nota 1 (a)). Em 31 de dezembro de 2020, devido a aprovação do Plano de recuperação judicial a OFL reclassificou para o passivo não circulante.

Em 31 de dezembro de 2020, há um descumprimento relacionado a parte de obrigações não pecuniárias previstas nos contratos da controlada indireta Braskem Idesa. Neste sentido, foi feita reclassificação para o passivo circulante de todo o saldo do passivo não circulante, no montante de R\$ 6.538.646, em atendimento ao CPC 26 e seu correspondente IAS 1 (Apresentação das Demonstrações Contábeis). A controlada indireta Braskem Idesa permanece buscando um entendimento com seus credores para a obtenção de aprovações para os referidos descumprimentos de forma a retornar todo o montante reclassificado do passivo circulante para o passivo não circulante.

(e) Principais garantias e informações sobre financiamentos

(i) Novonor

A Controlada direta Novonor presta ESAs (Equity support agreement), aval e fiança corporativos a Negócios ou Projetos conforme mencionado na Nota 22.

(ii) Segmento de engenharia e construção

OEC

- Bonds OFL

Em outubro de 2018, a OFL não efetuou a quitação de parcela de juros referente ao Bond 2025. Do mesmo modo, também não foram pagas as parcelas de principal referentes ao Bond 2020 e os juros referentes aos Bonds 2020, 2022, 2023, 2025, 2029, 2042 e Perpétuo ("Bonds OFL"), cujos vencimentos ocorreram entre dezembro de 2018 e setembro de 2020. O montante não liquidado até 31 de dezembro de 2020 era de US\$ 564.952 mil - R\$ 2.935.884 mil (31 de dezembro de 2019 – US\$ 255.691 mil). Adicionalmente, houve o vencimento antecipado dos Bonds 2023 e Perpétuo referentes ao principal, conforme termos contratuais dos Bonds, em razão do pedido recuperação judicial apresentado pela OFL. O montante total não liquidado de principal e juros, considerando os Bonds cujo vencimento antecipado foi declarado, em 31 de dezembro de 2020, é de US\$ 1.416.513 mil – R\$ 7.361.192 mil (31 de dezembro de 2019 – US\$ 1.179.978 mil). As controladas OEC, a OECl e a CNO, na qualidade de garantidoras dos Bonds OFL, visando preservar sua liquidez operacional, também não efetuaram o pagamento dos valores atrelados aos Bonds OFL em aberto.

Em 17 de junho de 2019, a OFL, a Novonor e outras empresas do Grupo Novonor, não contemplando a OEC e suas controladas, ajuizaram pedido de recuperação judicial perante a 1ª Vara da Justiça de Falências e Recuperações Judiciais do Fórum Central Cível do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo ("RJ da Novonor").

No que pese a controlada indireta OEC e suas controladas não integrarem o grupo de empresas que formalizaram na justiça de São Paulo o pedido a recuperação judicial, no entanto, como garantidora, a controlada OEC contratou o Moelis & Company ("Moelis"), o Cleary Gottlieb Steen & Hamilton e o E. Munhoz Advogados para discutir e negociar uma operação de reestruturação da garantia com um grupo de detedores dos Bonds OFL, que constituiu um Grupo Ad Hoc para realizar as negociações com a controlada OEC. Em 30 de agosto de 2019, a controlada OEC divulgou o acordo obtido com o Grupo Ad Hoc com relação aos principais termos e condições da reestruturação do passivo dos Bonds ("Term Sheet").

ODBINV S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Conforme mencionado na Nota 1.2 (a) em 30 de dezembro de 2020, foi proferida decisão pelo Tribunal de Falências dos Estados Unidos para o Distrito Sul de Nova Iorque, permitindo o cancelamento dos Bonds OFL e o pagamento dos credores detentores de Bonds OFL com o recebimento de Novas Notas e do Instrumento Holdco, o que ocorreu em 20 de janeiro de 2021.

- Demais dívidas

Em 31 de dezembro de 2020, encontravam-se vencidos e contabilmente registrados conforme suas cláusulas contratuais os seguintes financiamentos da controlada indireta OEC: Royal Bank of Scotland (RBS) / OOL, Landesbank Baden (LBBW) / CNO RD/ OAL e Banco Occidental de Descuento / CBPO Ingeniería de Venezuela C.A. Tais valores estão em negociações junto às respectivas instituições financeiras de modo a estabelecer as novas condições e prazos para amortização dos respectivos saldos.

As garantias oferecidas pela OEC estão demonstradas conforme indicado a seguir:

Tipo de garantia oferecida	Modalidade	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
			US\$ mil
Fiança Corporativa	Bonds OFL	3.353.310	3.144.994
	Sociedades do Grupo Novonor	196.332	196.321
	FINAME OSP	745	1.564
	Empréstimos	92.224	162.438
	Imobilizado	298	995
	Leasing	3.247	3.549
Garantia Bancária	Ação Judicial (Appeal Bond)	19.392	25.708
	Garantia de Execução (Performance Bond)	58.482	59.452
Seguro Garantia (ii)	Adiantamento de Pagamento (Advance Payment Bond)	236.863	1.691.373
	Garantia de Execução (Performance Bond)	838.861	2.689.625
	Garantia de Execução e Pagamento (Performance And Payment Bond)	29.674	319.636
	Garantia de Manutenção (Maintenance Bond)	290.297	413.173
	Outros	54.181	136.628
		<u>5.173.906</u>	<u>8.845.456</u>

Os contratos de empréstimos e financiamentos da OEC e suas controladas não possuem cláusulas de covenants financeiros. Para os covenants não financeiros a OEC cumpriu com todas as cláusulas.

(iii) Segmento imobiliário

OR

Em 31 de dezembro de 2020, a controlada OR possui um montante de R\$ 529.521 em linhas de financiamentos para produção contratadas para os empreendimentos, estão vencidas as dívidas junto as instituições Banco do Brasil e Itaú, cujas renegociações estão sendo conduzidas pela administração da controlada indireta OR.

As principais garantias das captações são as hipotecas dos terrenos, imóveis em construção, penhor dos recebíveis dos empreendimentos e fiança por parte da Controlada OR para atender todas as suas operações.

(iv) Segmento petroquímico

Braskem

Em 2 de dezembro de 2019, a Braskem Idesa emitiu US\$ 900 milhões em Bonds (R\$ 3.796 milhões) com vencimento em novembro de 2029 e taxa de juros de 7,45% a.a. A emissão com vencimento foi precificada a 99,65% do valor de face, o que representa um yield de 7,5% a.a.

ODBINV S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os custos de transação associados à emissão dos Bonds, no montante aproximado de US\$ 71 milhões (R\$ 299 milhões), foram registrados inicialmente como uma redução do passivo para que a amortização da dívida durante o prazo do contrato seja pela sua taxa efetiva de juros (8,24% a.a.).

Os recursos provenientes de tal captação foram utilizados para a liquidação total e pré-pagamento parcial de parcelas da dívida do Project Finance, financiamento que foi utilizado para o investimento no complexo petroquímico da Braskem.

A controlada indireta Braskem concedeu garantias para parte dos seus financiamentos, conforme indicado a seguir:

Financiamento	Vencimento	31 de dezembro de 2020	Total garantido	Garantias
BNDES	jan-2021	1.538	1.538	Hipoteca de plantas, terrenos e imóveis e penhor de máquinas e equipamentos
FINEP	jul-2024	22.736	22.736	Fiança bancária
FINISA	dez-2023	3.418	3.418	Fiança bancária
BNB-FNE	dez-2024	5.639	5.639	Fiança bancária e cessão fiduciária de fundo de liquidez em conta reserva
Total		<u>33.331</u>	<u>33.331</u>	

Adicionalmente a controlada indireta Braskem Idesa conta com garantias usuais da modalidade de financiamento Project Finance: conta garantia de serviço da dívida (Debt Service Reserve Account) e compromisso de aporte de capital contingente (contingente equity). Ao final de dezembro de 2020, tais garantias representavam US\$ 194 milhões (R\$ 1 bilhão) e US\$ 208 milhões (R\$ 1,1 bilhão), respectivamente.

(v) Segmento de infraestrutura, mobilidade e óleo e gás

OPISA

As garantias oferecidas pela OLF e pela OPI no âmbito dos financiamentos, principalmente reais, são efetuadas com base em cláusulas contratuais que suportam as operações financeiras e incluem principalmente a o penhor das ações.

Em 29 de março de 2019, a Companhia, a OE, a OPI a controlada indireta OLF e a controlada indireta OEDP, firmaram uma carta de pagamento no âmbito do financiamento do JPMorgan Chase Bank e Sumitomo Mitsui Bank Corporation ("Lenders") através da qual amortizaram US\$ 263 MM da dívida com os Lenders e refinanciaram US\$ 76 milhões para pagar em 2026. Em 17 de abril de 2019, a OPI, a controlada indireta OLF e os Lenders firmaram adenda integral ao contrato de penhor das ações da controlada indireta OEDP, reduzindo o valor garantido por esse penhor de US\$ 450 milhões para até US\$ 90 milhões, para garantir o pagamento do saldo refinanciado de US\$ 76 milhões.

Ocyan

Project Bond 21 - ODN VIII/IX, garantido pelos navios-sonda Norbe VIII e Norbe IX. Foi fornecida também uma contra garantia na modalidade de carta de crédito no valor total de US\$ 101.752 mil. Em 30 de dezembro de 2016 foi sacado US\$ 1.181 mil, a ser reembolsado em 17 parcelas trimestrais com juros de 2% ao ano e US\$ 21.390 mil que foi sacado pelo Citibank contra a Ocyan em 31 de maio de 2017.

O valor total de carta de crédito em 31 de dezembro de 2017 passou a ser de US\$ 79.181 mil e foi dividido em duas partes: (i) US\$ 19.795 mil, garante a Tranche I com juros de 1% ao ano, com contra garantia da Ocyan, e caso seja sacada, será reembolsada em parcelas trimestrais até o vencimento da Tranche I, com reembolso sempre limitado ao recebimento pela Ocyan como remuneração pela operação dos ativos do Bond 21; e (ii) US\$ 59.386 mil, garante a Tranche II com juros de 0,75% ao ano, com contra garantia da Ocyan, mas em caso de saque, o valor será convertido em novas DPLs a serem emitidas pela OOGFL. Sem alterações para a posição em 31 de dezembro de 2020.

ODBINV S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Project Bond 22 - OODFL (ODN I & II, ODN Six e ODN Tay IV), garantido pelos navios-sonda ODN I e ODN II e pela unidade semissubmersível de perfuração Norbe VI. Foi fornecida também uma contra garantia na modalidade de carta de crédito no valor total de US\$ 174.709 mil. Em 2 e 5 de dezembro de 2016 foram sacados US\$ 9.759 mil e US\$ 2.871 mil, com taxa de juros de 2% e 10% a.a., respectivamente (2% a.a após 23 maio de 2017), a serem reembolsados em 21 parcelas trimestrais com juros de 2% ao ano, US\$ 7.292 mil e US\$ 2.145 mil em 5 e 6 de abril de 2017 com taxa de juros de 2% e 10% a.a., respectivamente (2% a.a após 23 maio de 2017), serem integralmente reembolsados no dia 3 de janeiro de 2018, e US\$ 10.880 mil foi sacado pelo Credit Agricole em 21 de junho de 2017.

O valor total de carta de crédito em 31 de dezembro de 2020 era de US\$ 151.199 mil, dividido em duas partes: (i) US\$ 37.800 mil, representando 25% a do valor total, garante a Tranche I com juros de 1,00% ao ano, com contra garantia da Ocyan, e caso seja sacada, será reembolsada em parcelas trimestrais até o vencimento da Tranche I, com reembolso sempre limitado ao recebimento pela Ocyan como remuneração pela operação dos ativos do Bond 22; e (ii) US\$ 113.399 mil, representando 75% do valor total, garante a Tranche II com juros de 0,75% ao ano, com contra garantia da Ocyan, mas em caso de saque, o valor será convertido em DPLs a serem emitidas pela OOGFL.

OTP

A controlada OTP possui empréstimo junto ao Banco do Brasil, no montante de R\$ 203.787 (31 de dezembro de 2019 – R\$ 196.575), com taxa de juros de 132% do CDI. Em 31 de dezembro de 2020, as prorrogações dos prazos de vencimento estavam sendo negociadas, tendo para o Banco do Brasil sido formalizada carta conforto sobre as negociações.

A controlada indireta CRO possui contrato de financiamento mediante abertura de crédito junto ao BNDES, no montante de R\$ 762.000, destinado aos investimentos iniciais para conservação, recuperação e ampliação da BR-163 MT. Sobre o principal da dívida incidem juros anuais de TJLP + 2,9%, tendo sido liberado o montante de R\$ 590.000.

Em 17 de fevereiro de 2020, o Banco Crédit Agricole Brasil S.A., o Banco Itaú S.A., o Banco ABC Brasil S.A., o ING Bank N.V. e o Banco Pine S.A. e, em 18 de fevereiro de 2020, o Banco do Brasil S.A., na qualidade de fiadores e principais pagadores das obrigações decorrentes do Contrato de Financiamento Ponte BNDES, realizaram o pagamento do valor total correspondente ao valor de principal e juros devidos pela controlada indireta CRO, no âmbito do referido contrato.

Em decorrência do pagamento ao BNDES, em 25 de março de 2020, a controlada indireta CRO celebrou um Instrumento de Inação junto aos Credores, exceto Banco do Brasil, por meio do qual os Credores concordaram em não iniciar e/ou continuar ação de execução judicial ou extrajudicial contra a controlada indireta CRO e/ou seus acionistas, assim como em suspender os efeitos dos inadimplementos pela controlada indireta CRO e/ou pelas acionistas ocorridos nos termos dos documentos da operação, mediante determinadas condições. As partes poderão acordar extensão do período de Inação por períodos sucessivos de 3 (três) ou 6 (seis) meses, até o limite de 15 de agosto de 2022.

Importante ressaltar que as Condições Precedentes do Contrato de Inação estão em discussão com os Credores e já tem sinalização positiva em nova negociação em curso.

A controlada indireta CRO também captou um financiamento junto à Caixa Econômica Federal ("CEF"), no montante de R\$ 300.000, com vencimento original em parcela única do principal mais juros em 20 de novembro de 2018. Sobre o principal da dívida incide juros de 3,5% a.a., acima da TLP, sendo o saldo atualizado em 31 de dezembro de 2020 de R\$ 310.002 (2019 - R\$ 383.346).

ODBINV S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Após diversas tentativas de acordo para renovação do empréstimo, em 23 de setembro de 2020, a CEF iniciou um processo de execução da dívida, resgatando o montante aplicado pela controlada indireta CRO no Fundo Atlântico, administrado pela CEF, além dos recursos disponíveis em sua conta corrente, totalizando R\$ 118.226. Com a retomada das negociações, o processo de execução foi temporariamente suspenso.

Diante dessa situação, os Credores e a CEF iniciaram uma discussão sobre qual seria a melhor alternativa para equalização e reescalonamento de todas as dívidas da controlada indireta CRO, de forma a atender aos interesses da CEF e dos Credores, preservando, ao mesmo tempo, a continuidade operacional da concessão, o que deverá ser formalizado através de um Aditivo ao Instrumento de Inação, no âmbito da dívida dos Credores, e um Termo de Tolerância, no âmbito da dívida da CEF, conforme negociações em curso desde setembro de 2020.

Os contratos de financiamento da CRO com a CEF e o Instrumento de Inação com os Bancos Credores possuem como garantia fidejussória fiança corporativa da controlada indireta OTP, alienação fiduciária das ações do projeto e a cessão fiduciária dos direitos creditórios, entre outras. Além das garantias mencionadas, a controlada indireta OTP fornece Equity Support Agreement (ESA) para empréstimos e financiamentos contratados pelas investidas VLT-RJ e fianças corporativas para a CRA.

(vi) Outros investimentos

OSP

Finame

As compras financiadas de equipamentos, veículos e serviços utilizados no curso normal dos negócios da controlada indireta OSP são realizadas através de linhas de repasse do BNDES (FINAME), onde os mesmos são dados em garantia.

Abiatar

Em 21 de maio de 2019 a controlada indireta Abiatar concluiu as negociações de venda do EOOSP, reduzindo o endividamento do Grupo em R\$ 500 milhões.

(II) Arrendamentos mercantis

Com relação ao passivo de arrendamento, as controladas da Companhia mensuram ao valor presente dos pagamentos remanescentes, utilizando a taxa incremental na data da aplicação inicial, calculada a partir de taxa representativa do custo de capital de terceiros, a partir de operação equivalente realizada. Após a data de início, o passivo de arrendamento é mensurado aumentando o valor contábil para refletir os juros sobre o passivo de arrendamento e reduzindo o valor contábil para refletir os pagamentos dos aluguéis efetuados.

ODBINV S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Movimentação dos arrendamentos

	2020	2019
Saldo no início do exercício	4.893.498	100.557
Adoção inicial IFRS 16		5.276.625
Adição de principal	175.387	74.148
Adição de juros (AVP)	368.057	(271.018)
Amortização de principal	(751.876)	(970.359)
Pagamento de juros	(191.955)	(160.775)
Captações	787.613	789.060
Movimentação societária (i)	(2.110.470)	(1.369)
Variação cambial	298.372	56.629
Saldo no final do exercício	<u>3.388.964</u>	<u>4.893.498</u>
Passivo circulante	<u>945.246</u>	<u>1.190.026</u>
Passivo não circulante	<u>2.443.718</u>	<u>3.703.472</u>

(i) Saldo representado substancialmente pela Atvos Agro, conforme mencionado na nota 1.2 (d), a OSP Inv deixou de ser controladora da investida Atvos Agro, e portanto, os saldos deixaram de ser consolidados.

(b) Composição dos arrendamentos passivos não circulantes, por ano de vencimento

	2020	2019
2021		791.869
2022	1.017.375	777.394
2023	379.969	600.240
2024	357.193	513.953
2025	589.454	565.946
2025 em diante	99.727	454.070
	<u>2.443.718</u>	<u>3.703.472</u>

18 Debêntures - Consolidado

(a) Composição

Segmento	2020	2019
Segmento Imobiliário		
OR	532.533	483.615
Segmento de Investimentos em infraestrutura, mobilidade e óleo e gás		
OTP	722.776	686.186
OPISA	830.270	715.177
Segmento Petroquímico		
Braskem	236.115	274.567
Outros segmentos		
Atvos Inv		1.253.458
OSP Inv	9.078.672	8.777.512
OE	412.124	394.714
OEB	557.486	521.138
OEP	4.139.274	3.327.670
Novonor	2.285.615	2.213.885
	<u>18.794.865</u>	<u>18.647.922</u>
Passivo circulante	<u>18.613.186</u>	<u>18.396.545</u>
Passivo não circulante	<u>181.679</u>	<u>251.377</u>

ODBINV S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Composição das debêntures não circulante, por ano de vencimento

	2020	2019
2021		23.475
2022	53.406	34.056
2023	53.417	6.287
2024	53.443	74.433
2025 em diante	21.413	113.126
	<u>181.679</u>	<u>251.377</u>

(c) Movimentação das debêntures

	2020	2019
No início do exercício	18.647.922	17.893.175
Assunção de dívida	(152.732)	
Provisão de ajuste a valor justo	(2.988.950)	
Encargos financeiros	3.344.387	2.145.112
Movimentação societária (i)	(12.089)	(1.224.512)
Pagamentos - principal	(18.728)	(118.432)
Pagamentos - juros	(24.945)	(47.421)
Saldo no final do exercício	<u>18.794.865</u>	<u>18.647.922</u>
Passivo circulante	<u>18.613.186</u>	<u>18.396.545</u>
Passivo não circulante	<u>181.679</u>	<u>251.377</u>

(i) Em 2020, movimentação representada substancialmente pela perda de controle da Atvos Agro, conforme nota 1.2 (d).

(d) Distribuição das principais debêntures por segmento

I Segmento de empreendimentos imobiliários

OR

Em 8 de outubro de 2009, a controlada indireta OR emitiu 600 debêntures não conversíveis em ações, tendo como agente fiduciário, a Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Pavarini ou "Agente Fiduciário"), e como interveniente garantidora a Novonor.

O objetivo desta emissão foi obter recursos que serão utilizados para financiar os empreendimentos imobiliários, no montante de até 90% do custo de produção das unidades habitacionais, limitado a 80% do VGV, cujo valor de comercialização seja menor ou igual ao valor máximo permitido para financiamento de unidades habitacionais pelo Sistema de Financiamento Habitacional ("SFH").

Em 12 de julho de 2016, a controlada indireta OR realizou a segunda emissão de debêntures em duas séries, no valor total de R\$ 265.000, sendo R\$ 242.500 para debêntures da primeira série e R\$ 22.500 para debêntures da segunda série com vencimento em 12 de julho de 2019. O agente fiduciário é Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários e o banco liquidante da emissão e escriturador é Banco Bradesco S.A. Em 12 de julho de 2016 o Banco Votorantim subscreveu R\$ 262.653 debêntures, sendo R\$ 242.500 da primeira série e R\$ 20.153 da segunda.

Os recursos líquidos obtidos pela controlada indireta OR com a emissão foram destinados para: (i) a realização do resgate da totalidade das ações preferenciais de emissão da controlada indireta OR Inv, incluindo em referido resgate eventuais obrigações acessórias no pagamento de dividendos; (ii) a liquidação da cédula de Crédito Bancário em favor do Banco Votorantim e (iii) recomposição de caixa livre da Companhia, mediante a comprovação do pagamento integral da obrigação firmada com Realize Empreendimentos Imobiliários (antiga sócia da Mixcamp e Galeria).

ODBINV S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 28 de maio de 2018, a controlada indireta OR realizou amortização parcial da 1º série da segunda emissão de debêntures, a amortização deu-se em troca da participação na Sociedade SP 02 "Henry Dunant".

Em novembro de 2020, a controlada indireta OR assinou contrato de dação em pagamento onde foi dacionado o terreno do projeto Porto Atlântico Oeste para quitação integral das debêntures do Banco Votorantim.

	Vencimentos	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Juros	Desde 8 de abril de 2010 até 30 de junho de 2021	229.160	112.153
Principal	Desde 10 de junho de 2013 até 30 de junho de 2021	303.373	371.462
		<u>532.533</u>	<u>483.615</u>

II Segmento de infraestrutura, mobilidade e óleo e gás

A controlada indireta OTP possui debêntures privadas emitidas junto ao Bradesco, no montante de R\$ 672.468 (31 de dezembro de 2019 R\$ 639.828), com remuneração de CDI + 2,28%. Em 31 de dezembro de 2020, as prorrogações dos prazos de vencimento estavam sendo negociadas, as debêntures subscritas pelo Bradesco foi prorrogado para 15 de fevereiro de 2021, conforme deliberado na Assembleia Geral de Debenturistas realizada em 1º de setembro de 2020.

A controlada indireta Agrovia, emitiu debêntures para construção de infraestrutura no montante de R\$ 35.000, com remuneração de CDI + 4,75%. O saldo das debêntures em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 50.308 (31 de dezembro de 2019 - R\$ 46.742), sendo o prazo de vencimento em 15 de fevereiro de 2021, conforme deliberado na Assembleia Geral de Debenturistas, realizada em 1º de setembro de 2020.

III Segmento petroquímico

Braskem

Os saldos de debêntures são provenientes da consolidação da Cetrel e DAC, pela controlada indireta Braskem.

Data de emissão	Série	Vencimento	Encargos (% a.a)	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
mar-13	Única	mar-25	IPCA + 6%	177.009	202.992
set-13	Única	set-25	126,5% do CDI	59.106	71.575
				<u>236.115</u>	<u>294.509</u>

IV Outros segmentos

(i) OSP Inv

Em 15 de julho de 2016, a OSP Inv emitiu 337.403 debêntures simples e não conversíveis em ações no montante de R\$ 3.374.030, em favor da Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Imobiliários Ltda., agente fiduciário das emissões. Das debêntures emitidas, 65.500 debêntures são da primeira série, 187.403 debêntures da segunda série, 12.500 debêntures da quarta série, 25.000 debêntures da quinta série e 47.000 debêntures da sexta série. O montante de 55.000 debêntures da terceira série ainda não foi emitido.

O objetivo destas emissões foi obtenção de fundos para serem utilizados na reestruturação de dívida e renovação de garantias na dívida da controlada indireta Atvos Inv.

ODBINV S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A OSP Inv concedeu como garantia dessas operações ações da controlada indireta OSP e o direito ao recebimento dos dividendos e demais direitos creditórios decorrentes das ações deste ativo, além de garantia sobre as ações da controlada indireta Braskem. Em 31 de dezembro de 2018 foi celebrada a cisão parcial da controlada OSP, seguida de incorporação pela controlada OSP Inv da participação societária da controlada Braskem, a partir desta data a garantia ao recebimento dos dividendos foi transferida para OSP Inv.

Em 23 de maio de 2018, OSP Inv formalizou instrumento particular de escritura da segunda emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em onze séries para distribuição pública com esforços restritos (nos termos da Instrução CVM nº 476). A OSP Inv subscreveu debêntures cujo valor total na data de emissão, foi R\$ 4.200.114, em onze séries. Os prazos e data de vencimento de cada série, ressalvadas as hipóteses de resgate antecipado ou vencimento antecipado conforme previsto na escritura das debêntures são variados, tendo vencimentos entre 2019 e 2031.

Em 31 de outubro de 2018, o valor dos recursos líquidos captados por meio desta emissão, equivalentes a R\$ 3.160.120, foram destinados para pagamento de determinadas obrigações financeiras da OSP Inv e outras entidades do Grupo Novonor. Adicionalmente, foram integralizados R\$ 1.039.993 em créditos de dívidas de outras empresas do Grupo.

Em atendimento ao CPC 26 e seu correspondente IAS 1 (Apresentação das Demonstrações Contábeis), foi reclassificado para o circulante devido ao descumprimento de cláusulas contratuais, sendo principalmente a entrada em Recuperação Judicial (Nota 1 (a)).

(ii) OEB

A controlada indireta OEB possui 311.430.704 debêntures conversíveis em ações, tendo o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia ("FDA") como debenturista e MESA e SAESA como intervenientes.

Em atendimento ao CPC 26 e seu correspondente IAS 1 (Apresentação das Demonstrações Contábeis), foi reclassificado para o circulante devido ao descumprimento de cláusulas contratuais, sendo principalmente a entrada em Recuperação Judicial (Nota 1 (a)).

(iii) OEP

A controlada indireta OEP é emissora de 200.000 debêntures não conversíveis em ações, divididas em duas séries de 100.000 debêntures cada, com vencimento em 15 de setembro de 2021.

(iv) Novonor

Em 28 de novembro de 2017, a controlada Novonor (Emissora) e Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Imobiliários Ltda (Agente Fiduciário), celebraram o instrumento particular de escritura da 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, da espécie com garantia real, com aditamento em 06 de dezembro de 2017 e re-ratificação em 11 de dezembro de 2017, para emissão de 1.917.337 debentures, sendo: (i) 880.000 debêntures da 1ª série; e (ii) 1.037.337 debêntures da 2ª série. As debêntures foram integralizadas em 13 de dezembro de 2017 no valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais).

A remuneração do valor nominal unitário das debêntures da 1ª série e da 2ª série correspondem à variação acumulada dos percentuais de: (i) 116,8% da taxa DI, base 252 dias uteis, desde a data de integralização até 31 de maio de 2024, exclusive; e (ii) 120% da taxa DI, base 252 dias uteis, a partir de 31 de maio de 2024, inclusive, e até a data de vencimento. Os prazos e a data de vencimento de cada série, ressalvadas as hipóteses de resgate antecipado ou vencimento antecipado conforme disposto na escritura de debêntures são variados, tendo vencimentos entre 2022 e 2030. Os recursos líquidos captados por meio da Emissão foram destinados para pagamento de determinadas obrigações financeiras da Emissora.

A Novonor concedeu como garantia dessas operações ações da controlada indireta OSP e o direito ao recebimento dos dividendos e demais direitos creditórios decorrentes das ações deste ativo, além de garantia sobre as ações da controlada indireta Braskem. Em 31 de dezembro de 2018 foi celebrado a cisão parcial da controlada indireta OSP, seguida de incorporação pela controlada OSP Inv da participação societária da controlada Braskem, a partir desta data a garantia ao recebimento dos dividendos foi transferida para OSP Inv.

ODBINV S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em atendimento ao CPC 26 e seu correspondente IAS 1 (Apresentação das Demonstrações Contábeis), foi reclassificado para o circulante devido ao descumprimento de cláusulas contratuais, sendo principalmente a entrada em Recuperação Judicial (Nota 1 (a)).

(e) Principais garantias

I Segmento de empreendimentos imobiliários

(i) OR

As debêntures emitidas em 8 de outubro de 2009 tem como garantias reais a alienação fiduciária das ações da Bairro Novo, cessão fiduciária dos recebíveis dos empreendimentos financiados, alienação fiduciária das ações/quotas das SPes.

II Segmento petroquímico

(i) Braskem

A Cetrel e DAC celebraram contratos de cessão fiduciária de direitos creditórios, com manutenção de contas vinculadas para cobertura do serviço da dívida relativo a até três meses das parcelas vincendas, conforme termos previstos nos instrumentos de cessão.

III Outros investimentos

(i) OSP Inv

Como garantia para a transação que resultou na integralização das debêntures da OSP Inv foram concedidas, entre outras garantias reais e fidejussórias, alienação fiduciária das ações ordinárias (inicialmente penhor convertido em alienação fiduciária quando da integralização total da segunda Emissão de debêntures) e preferenciais da controlada indireta Braskem.

(ii) OEP

As debêntures emitidas pela controlada indireta OEP tem como garantia real a alienação fiduciária das ações da controlada indireta Ocyan.

19 Impostos, taxas e contribuições - Consolidado

	Consolidado	
	2020	2019
No Brasil		
Imposto de renda e contribuição social	19.451	49.644
IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados	125.710	59.520
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	403.070	231.727
COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	299.133	168.893
PIS - Programa de Integração Social	18.633	36.825
Contribuições Sociais	2.107	537
Outros	237.340	277.533
No exterior		
Imposto de renda	1.073.257	739.221
Imposto sobre Valor Agregado	149.050	142.321
Outros	120.466	20.033
	<u>2.448.217</u>	<u>1.726.254</u>
Passivo circulante	<u>1.800.764</u>	<u>1.490.444</u>
Passivo não circulante	<u>647.453</u>	<u>235.810</u>

ODBINV S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

20 Denúncias de irregularidades e acordo global com autoridades

Acordo Global com as autoridades

(a) A controlada direta Novonor e suas controladas

Em 1º de dezembro de 2016, a controlada Novonor, na qualidade de controladora das empresas pertencentes ao seu grupo econômico, firmou o Acordo Global com o Ministério Público Federal (MPF), autoridades dos EUA e Suíça, responsabilizando-se por todos os atos ilícitos que integram o objeto do referido acordo, praticados em benefício dessas empresas, com exceção da controlada indireta Braskem (mencionada em subitem desta Nota Explicativa).

Neste acordo a controlada Novonor, na qualidade de controladora, se compromete a pagar, diretamente ou por intermédio de outra empresa de seu grupo econômico, o valor global equivalente a R\$ 3.828 milhões, em 23 anos, com parcelas anuais customizadas, valores estes reajustados pela taxa SELIC. Em 8 de agosto de 2019, o referido acordo foi aditado, alterando-se o cronograma de pagamento. O racional do referido Acordo de Leniência é o reconhecimento de ilícitos e reparação dos danos causados, bem como a colaboração junto ao MPF e demais autoridades no tocante às investigações, buscando ainda o Grupo Novonor a preservação e continuidade de suas atividades, a retomada de contratação com entes públicos e ainda o recebimento de recursos de bancos e entidades públicas, no Brasil e no exterior.

Cabe, ainda ressaltar, que em razão do mencionado Acordo de Leniência, o MPF se comprometeu a não propor ações de natureza cível e medidas adicionais para ressarcimento de valores em decorrência das denúncias objeto do acordo, não aplicar sanções de improbidade administrativa, bem como empreender gestão junto aos órgãos públicos, empresas públicas e empresas públicas de economia mista para que retirem quaisquer restrições cadastrais da Novonor e suas controladas.

Ainda em cumprimento aos termos do acordo de leniência, a controlada Novonor vem negociando a adesão de entes do Ministério Público, dos municípios e dos estados ao Acordo de Leniência com o MPF e/ou acordos de leniência individuais. Do valor total global do acordo, supramencionado, serão deduzidos os valores das indenizações aos entes lesados (estados e municípios). No entanto, é importante ressaltar que os entes possuem autonomia funcional e poderão discordar dos valores a eles atribuídos para a celebração dos acordos.

Em 9 de julho de 2018, a controlada Novonor assinou o Acordo de Leniência com a Advocacia Geral da União e o Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União, referendado de forma unânime pelo plenário do Tribunal de Contas da União ("TCU"), mediante o qual serão extintas as ações de improbidade e os processos administrativos no âmbito do Executivo Federal Brasileiro e pelo qual se comprometeu a pagar, em vinte e dois anos, o valor total de R\$ 2.727 milhões, valor esse que deverá ser abatido dos R\$ 3.828 milhões ajustados no Acordo de Leniência firmado com o MPF.

No âmbito de suas operações no exterior, determinadas controladas da Novonor seguem com o propósito de alcançar um entendimento junto às autoridades locais para o fechamento de acordos de colaboração / leniência. Além do Acordo Global, firmado com as autoridades americanas, suíças e brasileiras, até o presente momento já há acordos firmados com a República Dominicana, Equador, Panamá, Guatemala e Peru.

A Companhia, na qualidade de Holding do Grupo Novonor, reafirma continuamente seu compromisso de atuar com ética, integridade e transparência, consistente com as melhores práticas mundiais de governança e com as leis, normas e regulamentos aplicáveis, bem como com as políticas do Grupo. Neste sentido, a Companhia e a controlada Novonor investem continuamente em iniciativas que fortalecem a Governança e Conformidade, apresentando como relevantes resultados:

ODBINV S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Governança:

- Conselhos de Administração em empresas do Grupo desde dezembro de 2016;
- Comitês de Conformidade implementados;
- Conselheiros Independentes;
- Chief Compliance Officer - CCO em todos os Negócios;
- Comitê Integrado de Conformidade formado pelos CCO de cada Negócio, visa garantir a prática consistente do Sistema de Conformidade em todo o Grupo.

(ii) Conformidade:

• Política sobre Conformidade com Atuação Ética, Íntegra e Transparente aprovada pelo Conselho de Administração da controlada Novonor em 2016, revisada em 2019 e desdobrada em dois documentos, que substituem a política até então vigente:

– Política sobre o Sistema de Conformidade

– Código de Conduta – Nosso Compromisso com atuação ética, íntegra e transparente

- Canal Linha de Ética para recebimento de denúncias: o canal é gerido por empresa especialista e independente, garantindo maior confidencialidade e não retaliação a todos os denunciantes; disponível para ser acessado por integrantes, clientes e terceiros, 24 horas por dia, 7 dias por semana;
- Comitê de Ética para acompanhar os processos investigativos internos, com calendário de reuniões periódicas;
- Função de Auditoria Interna implantada em todo o Grupo, com reporte funcional do responsável ao respectivo Conselho de Administração, por intermédio do Coordenador do Comitê de Conformidade;
- Due diligence de terceiros, com base em riscos;

• Integrantes dedicados: 110 em 31 de dezembro de 2020 (104 em 31 de dezembro de 2019).

(iii) Monitores independentes:

Monitores Independentes presentes no Grupo Novonor, tendo como principal objetivo confirmar que a Companhia e suas controladas estão cumprindo todos os compromissos firmados no Acordo Global. O processo de monitoramento teve início em fevereiro de 2017 e tem duração prevista de 3 anos.

(iv) Ambiente de controles internos

Trabalhos específicos e direcionados à revisão de processos e implementação de melhorias de controles, incluindo os relacionados às atividades de contratação, pagamentos e registros contábeis e documentais, são conduzidos pela Companhia, no sentido de manutenção de um ambiente de controles adequado, robusto, transparente e continuamente melhorado.

Monitoramento independente

No âmbito do Acordo Global, a Novonor assumiu compromissos perante as autoridades signatárias do Acordo Global com objetivo de aprimorar o ambiente de controles da Companhia, por meio de monitoramento por dois monitores independentes definidos pelas autoridades norte-americanas e brasileiras. Os monitores trabalharam de maneira coordenada, a fim de confirmar que a Novonor e suas controladas cumprem e continuarão cumprindo todos os compromissos firmados no Acordo Global. Esses monitores reportavam diretamente às autoridades supramencionadas.

ODBINV S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em novembro de 2020, os trabalhos de monitoramento previstos no Acordo Global foram concluídos, com a certificação do sistema de conformidade do Grupo Novonor pelo monitor do Departamento de Justiça dos Estados Unidos, atestando que as políticas e procedimentos do Grupo Novonor estão estruturadas e implementadas para prevenir e detectar potenciais violações das leis anticorrupção.

(b) Braskem

Em dezembro de 2016, a controlada indireta Braskem também firmou um Acordo Global com as autoridades brasileiras, americanas e suíças, onde pagará às autoridades no Brasil e exterior, o valor total aproximado de US\$ 957 milhões, equivalentes a aproximadamente R\$ 3.100 milhões.

Em 31 de maio de 2019 controlada Braskem assinou acordo de leniência com CGU e AGU. O Acordo CGU/AGU trata dos mesmos fatos objetos do Acordo Global firmado em dezembro de 2016 e prevê um desembolso adicional de aproximadamente R\$ 410 milhões, em função dos cálculos e parâmetros utilizados pela CGU e a AGU. Atendendo à solicitação da controlada Braskem e do MPF, a Justiça Federal homologou a destinação de recursos do Acordo MPF para pagamento do Acordo CGU/AGU. As parcelas vincendas do Acordo MPF aproveitarão ao Acordo CGU/AGU e passarão a serem corrigidas pela taxa SELIC, a partir da assinatura do Acordo CGU/AGU. O desembolso adicional de aproximadamente R\$ 410 milhões será pago em duas parcelas anuais ao final do cronograma de pagamentos do Acordo MPF, nos anos de 2024 e 2025. Até o momento a controlada Braskem já pagou aproximadamente R\$ 2,7 bilhões.

Em março de 2020, com base no relatório de certificação emitido pelos monitores independentes, o MPF confirmou o fim do monitoramento, a efetividade do programa de conformidade da controlada Braskem e o cumprimento das obrigações do Acordo MPF. Posteriormente, em 13 de maio de 2020, DoJ e SEC confirmaram o término da monitoria prevista nos acordos firmados em 21 de dezembro de 2016 com aquelas autoridades. A decisão do DoJ e da SEC se baseou no relatório final dos monitores independentes que atestaram a implementação, pela controlada Braskem, de todas as recomendações relativas à estruturação e funcionamento do seu programa de conformidade e concluiriam que o referido programa atende aos padrões estabelecidos nos referidos Acordos.

21 Provisões fiscais, trabalhistas, societárias e cíveis - Consolidado

(a) Composição

	2020		2019 (Reapresentado)	
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante
Provisões fiscais, trabalhistas, societárias e cíveis (I)	800.521	6.256.742	566.147	5.562.134
Provisão para Acordos de Indenizações (II)	4.349.931	4.825.846	1.450.476	1.932.591
	<u>5.150.452</u>	<u>11.082.588</u>	<u>2.016.623</u>	<u>7.494.725</u>

(I) Provisões fiscais, trabalhistas, societárias e cíveis

A Companhia e suas controladas são cobradas em ações judiciais e administrativas decorrentes do curso normal dos seus negócios. Essas ações são de natureza tributária, trabalhista e previdenciária, cível e societária. Os processos avaliados como perda provável são provisionados. Os processos avaliados como perda possível não são provisionados, ressalvados os casos relevantes de combinação de negócios. Eventual mudança de entendimento no posicionamento das cortes poderá impactar no futuro as demonstrações financeiras da Companhia em decorrência de tais processos.

ODBINV S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Prováveis

		31 de dezembro de 2020				
		Processos prováveis de natureza				
Segmento	Empresas e controladas	Trabalhista	Fiscais	Societária e cível	Outros	Total
Engenharia e Construção	OEC (i)	320.982	798.931	189.517	3.719.962	5.029.392
Imobiliário	OR	15.737	3.271	98.911	8.208	126.127
Petroquímico	Braskem (ii)	280.066	692.735	178.286		1.151.087
Investimentos em infraestrutura, mobilidade e óleo e gás	Ocyan	12.687				12.687
Outros investimentos	OTP	402		1.946	3.313	5.661
	Novonor	41.878	114	59.451	593.816	695.259
	OPE	16.068		4.683	3.906	24.657
	Atvos Inv	1.210				1.210
	OSP	1.854	105	44		2.003
	OA Par	1.596		1.729	4	3.329
	Mectron	1.488				1.488
	FRVJ	30	2.712		772	3.514
	OP Inv	517		98		615
	EORJ				198	198
	Abiatar	36				36
		694.551	1.497.868	534.665	4.330.179	7.057.263
				Passivo circulante		800.521
				Passivo não circulante		6.256.742
		31 de dezembro de 2019				
		Processos prováveis de natureza				
Segmento	Empresas e controladas	Trabalhista	Fiscais	Societária e cível	Outros	Total
Engenharia e Construção	OEC (i)	359.726	311.732	174.317	3.503.014	4.348.789
Imobiliário	OR	23.695	10	95.324		119.029
Petroquímico	Braskem (ii)	315.437	672.088	163.999		1.151.524
Investimentos em infraestrutura, mobilidade e óleo e gás	Ocyan	5.129				5.129
Outros investimentos	OTP	18	818	2.395	2.729	5.960
	Novonor				438.637	438.637
	OPE	19.302		4.796	3.810	27.908
	Atvos Inv	66.957	9.003	18.656	(75.046)	19.570
	OA Par	7.279		39		7.318
	ODT	268				268
	FRVJ	30	2.555		914	3.499
	OP Inv	517		97		614
	Abiatar	36				36
		798.394	996.206	459.623	3.874.058	6.128.281
				Passivo circulante		566.147
				Passivo não circulante		5.562.134

- (i) Nas demonstrações financeiras da controlada indireta OEC foram constituídas provisões para fazer frente aos acordos que estão em andamento decorrentes da Operação Lava-Jato, cujos valores foram apurados com base na melhor estimativa da administração e dos consultores jurídicos envolvidos. Esse saldo considera também os acordos já firmados até o momento. Em 31 de dezembro de 2018, o acordo de leniência firmado com a República Dominicana, foi assumido pela Companhia.

Os processos Fiscais da controlada indireta OEC refere-se substancialmente fiscalização efetuada pela administração tributária do Peru nas controladas indiretas Odebrecth Perú Ingeniería y Construcción SAC, CNO S.A - Sucursal Peru e o Consórcio Constructor Ductos Del Sur com relação aos impostos sobre a renda e impostos sobre vendas relativos aos períodos de 2010 à 2014. De acordo com a estimativa realizada pela área legal da controlada indireta OEC, foi considerada uma um complemento da estimativa de provisão, frente a esses processos fiscais, registrada em 31 de dezembro de 2020, no montante de R\$ 471.229 (31 de dezembro de 2019 – R\$ 245.913).

ODBINV S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Há diversas ações de natureza trabalhista ajuizadas perante a OEC e suas controladas, incluindo consórcios, respondendo cada consorciada pelo equivalente à sua cota parte. Há também ações em que a OEC e suas controladas figuram como responsáveis subsidiárias, além de ações envolvendo ex-integrantes expatriados. São refletidas como perdas possíveis os processos que se encontram em fase de conhecimento (“sem decisão proferida”) e/ou “com decisão favorável à requerida” pendente de julgamento de recursos em instâncias superiores.

(ii) A controlada indireta Braskem possui processos avaliados com possibilidade de perda provável, que se referem principalmente, à:

- Ações trabalhistas: Saúde ocupacional e segurança;
- Ações tributárias: Compensações de créditos não cumulativos de PIS e COFINS de 2005,2010 e no período de 2012 a 2016;
- Ações societárias: Indenização por perda e danos pleiteando pagamento de dividendos e bonificações da controlada indireta Braskem aos acionistas minoritários da Salgema Indústrias Químicas S.A.

(b) Possíveis (passivos contingentes)

		31 de dezembro de 2020				
		Processos possíveis de natureza				
Segmento	Empresas e controladas	Trabalhista	Fiscais	Societária e cível	Outros	Total
	ODBINV		176			176
Engenharia e Construção	OEC (ii)	435.083	7.472.046	5.094.095		13.001.224
Imobiliário	OR	39.472	48.202	647.962		735.636
Petroquímico	Braskem (iii)	663.448	11.869.212	1.504.832	1.365.631	15.403.123
Investimentos em infraestrutura, mobilidade e óleo e gás	Ocyan	33.339	24.143	102.503		159.985
Outros investimentos	OTP				11.635	11.635
	Novonor (i)	22.772	276.252	7.928.647		8.227.671
	OSP	32		6.899.299		6.899.331
	OPE	9.977	108.483	142.680	5.999	267.139
	OA Par				37.813	37.813
	Mectron		3.285			3.285
		<u>1.204.123</u>	<u>19.801.799</u>	<u>22.320.018</u>	<u>1.421.078</u>	<u>44.747.018</u>

		31 de dezembro de 2019				
		Processos possíveis de natureza				
Segmento	Empresas e controladas	Trabalhista	Fiscais	Societária e cível	Outros	Total
	ODBINV			175.142		175.142
Engenharia e Construção	OEC (ii)	377.261	6.670.505	3.924.413		10.972.179
Imobiliário	OR	11.344	2.044	109.079		122.467
Petroquímico	Braskem (iii)	642.229	6.199.283	34.742.446	546.743	42.130.701
Investimentos em infraestrutura, mobilidade e óleo e gás	Ocyan	34.866	29.203	2.445		66.514
Outros investimentos	OTP	1.370		7.997		9.367
	Novonor (i)	4.461	264.150	8.358.158		8.626.769
	OSP	3.043	144	1.159.502		1.162.689
	OPE	13.979	92.547	146.921	5.940	259.387
	Atvos Inv	56.412	891.027	107.624		1.055.063
	Mectron		3.285			3.285
		<u>1.144.965</u>	<u>14.152.188</u>	<u>48.733.727</u>	<u>552.683</u>	<u>64.583.563</u>

ODBINV S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Novonor

- Cível

A controlada direta Novonor vem sendo acionada judicialmente por determinados credores, cujo pleito é o cumprimento de obrigações previstas nos contratos de suporte de acionistas celebrados pela Companhia. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 a Companhia registrou Provisão para garantias (Nota 22) para as dívidas as quais a Companhia figura como garantidora.

(ii) OEC

- Tributário

Em 17 de outubro de 2018, a controlada indireta CNO foi intimada da lavratura de auto de infração relativo aos supostos débitos de IRPJ/CSLL e IRRF, no montante de R\$ 4.146.409. A Receita Federal do Brasil está glosando despesas que foram incorridas pelas Sucursais da CNO no exterior, cuja natureza indevida ficou evidenciada nos relatos dos colaboradores e acordo de leniência da Novonor. A despeito da natureza das despesas incorridas no exterior, carece de fundamentação jurídica as cobranças que estão sendo realizadas, vez que estão em dissonância com a legislação aplicável de cálculo de lucro do exterior.

A defesa desse Auto de Infração foi julgada improcedente em primeira instância. Em março de 2020, foi realizada a sessão de julgamento do nosso recurso, o qual foi parcialmente acolhido para afastar a cobrança de IRRF e seus acessórios, sendo o restante mantido por voto de qualidade. Embora ainda não tenhamos obtido acesso ao Acórdão, estima-se que tal resultado implique em uma redução de 50% do valor da autuação. Atualmente aguardamos a intimação sobre o conteúdo da decisão para apresentarmos recurso à instância superior administrativa.

Adicionalmente, em 21 de dezembro de 2017, a controlada indireta CNO foi intimada da lavratura de auto de infração, no montante de R\$ 362.525, para cobrança de IRRF referente a supostos pagamentos sem causa realizados pelas Sucursais da CNO no exterior durante o ano-calendário de 2012, cuja natureza indevida ficou evidenciada nos relatos dos colaboradores e acordo de leniência da Novonor. A OEC apresentou impugnação, a qual foi julgada improcedente em 14 de agosto de 2018, sendo interposto Recurso Voluntário contra a decisão. Em 17 de setembro de 2019, foi iniciado o julgamento do recurso, ocasião em que foi determinada a baixa do processo em diligência para análise de erros de cálculo da autuação, ainda pendente de intimação.

México

A controlada indireta CNO Sucursal México, possui processo decorrente de fiscalizações do “Servicio de Administración Tributaria” (SAT), relacionados aos exercícios de 2014 e 2015, no valor total aproximado de R\$ 1.341.551 para os dois períodos. A OEC apresentou, ainda em fase de contencioso administrativo, “demandas de nulidad” referente a ambos os exercícios perante o Tribunal Federal de Justiça Administrativa (TFJA). A OEC impugnou as autuações argumentando que os valores indevidamente considerados como receita não tributada constituem operações legais e isentas, como remessas de recursos da matriz e contratos de câmbio, e ainda indicou que a atuação do SAT foi extemporânea, levando em conta que o artigo 50 do Código Fiscal da Federação Mexicana determina o prazo de 6 meses para notificar o contribuinte sobre inconsistências na apuração do imposto. As demandas de nulidade ainda não foram julgadas pelo TFJA.

ODBINV S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- Cível

Brasil

A CNO, OECI e a CBPO foram demandadas no bojo de ações coletivas (i.e.: ações civis públicas, ações de improbidade administrativa e ações populares) promovidas pelo Ministério Público e/ou Populares que têm como objeto pedidos de ressarcimento a supostos danos causados à administração pública e aplicação de sanções previstas nas legislações que regulamentam as referidas ações.

Dessas ações, destacam-se, pelo valor envolvido, ações de improbidade administrativa promovidas (i) pelo Ministério Público de São Paulo relacionadas aos contratos de execução da Linha 5 do Metrô de São Paulo no montante de R\$ 3.005.805 e de execução de serviços de limpeza urbana, cujo impacto para a controlada OEC ainda não é possível precisar em função da pendência de julgamento de recurso e da necessidade de liquidação dos parâmetros determinados na sentença e (ii) pelo Ministério Público do Rio de Janeiro relacionada ao contrato de execução das obras da Linha 4 do Metrô do Rio de Janeiro cujo impacto para a controlada OEC ainda não é possível precisar, pelo estágio processual que se encontram. Essas ações foram devidamente contestadas pelas controladas da OEC e seguem em discussão no Poder Judiciário.

As empresas do grupo OEC são partes em procedimentos arbitrais em curso, que envolvem tanto contingências ativas como passivas, alguns deles em estágio incipiente, aguardando a formação do Tribunal Arbitral e/ou conclusão de tratativas que permitam a solução negociada dos litígios. As empresas do grupo OEC constituiu escritórios com notória especialização/reconhecimento para representar seus interesses nessas disputas. Com base na atual posição e particularidade desses processos estima contingências passivas de R\$ 1.378.351 e contingências ativas de R\$ 1.071.135, todas com prognóstico possível de realização, o que poderia levar a um valor final de contingências passivas de R\$ 308.216.

Colômbia

Ação Popular movida pela PGN contra a Ruta del Sol, suas acionistas OLI Colômbia (37%), CNO (25,01%), outras acionistas pessoas jurídicas e também a pessoas físicas, por alegações de violação a direitos coletivos e danos ao patrimônio público em razão de atos de corrupção relacionados ao contrato de concessão. Decisão de primeira instância condenou os demandados solidariamente a uma indenização no valor aproximado de US\$ 210 milhões – R\$ 1.089 bilhões. A controlada OEC apresentou apelação arguindo a ilegalidade da decisão e impugnando os critérios inadequados utilizados para cálculo da indenização. O recurso foi admitido em fevereiro de 2020 apenas em seu efeito devolutivo e se encontra aguardando julgamento.

A Secretaria de Indústria e Comércio (SIC) iniciou investigação antitruste por meio de procedimento administrativo, por suposta prática anticoncorrencial no processo de adjudicação do contrato de concessão de Ruta del Sol, em relação a CNO, OPI, outras acionistas pessoas jurídicas e também a pessoas físicas. A defesa da OEC e seus integrantes se baseia na alegação de inexistência de critérios técnicos e legais para caracterização de práticas anticompetitivas. Concluída a etapa de instrução, a SIC decidiu por sancionar todos os investigados no valor de: US\$ 25 milhões (R\$ 133 milhões) para CNO, US\$ 25 milhões (R\$ 133 milhões) para OPI e um total de US\$ 930 mil (R\$ 4.8 milhões) para três 3 pessoas físicas. A OEC e as pessoas físicas apresentaram recursos administrativos. No caso de decisão administrativa confirmando a aplicação de sanções, caberia “demanda de nulidad” na esfera judicial, sem efeito suspensivo.

Venezuela

A controlada indireta da Companhia, CNO Sucursal Venezuela, é demandada na Venezuela pela CAMETRO, em relação ao Metro Caracas – Viviendas Mariche –, relativamente à execução de fiança sobre adiantamentos recebidos pela Companhia e não amortizados, além de alegado descumprimento contratual, cuja exposição de perda é avaliada em R\$ 198.808 - US\$ 38.306. O processo atualmente tramita em primeiro grau de jurisdição.

ODBINV S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Braskem

Ações cíveis: Trata-se de ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público do Estado de Alagoas e a Defensoria Pública do Estado de Alagoas, em que se busca o bloqueio de bens da Braskem com o intuito de garantir eventual condenação da empresa ao pagamento de indenização por danos ambientais coletivos supostamente em razão das atividades de mineração realizadas pela Braskem na cidade de Maceió (Nota 21 (II)).

Ações Fiscais: A controlada indireta Braskem está envolvida em ações de cobranças de débitos de IOF, IRPJ, CSLL, PIS e COFINS nas esferas administrativa e judicial. Adicionalmente a controlada indireta Braskem foi autuada pela Receita Federal referente aos anos de 2015 e 2016, pela discordância na aplicação do Acordo para evitar a dupla tributação firmado entre o Brasil e os Países Baixos que estabelece que lucros de empresas holandesas não são tributados no Brasil. O valor atualizado em 31 de dezembro de 2020 do referido tratamento fiscal incerto é de aproximadamente R\$3,7 bilhões.

(II) Provisão para acordos de indenizações

Evento geológico – Alagoas

A controlada indireta Braskem operou, até maio de 2019, poços de extração de sal-gema localizados na cidade de Maceió, Estado de Alagoas, com o objetivo de prover matéria-prima à sua unidade de produção de cloro-soda e dicloreto. Após um tremor de terra ocorrido na região em março de 2018, a controlada indireta Braskem iniciou estudos através de instituições especializadas independentes com o objetivo de identificar as causas do fenômeno geológico e medidas a serem tomadas.

Em maio de 2019, o Serviço Geológico do Brasil (CPRM) divulgou relatório sobre o evento, indicando que as suas causas estariam relacionadas às atividades de exploração de sal-gema pela Braskem. Apesar disso, o fenômeno geológico de causa desconhecida continuou sendo investigado e para tal uma série de estudos foram conduzidos. Diante destes acontecimentos, em 9 de maio de 2019, a Braskem decidiu paralisar as atividades de extração de sal-gema e a operação da fábrica de cloro-soda e dicloreto.

A controlada indireta Braskem realizou e vem realizando, com o apoio de instituições independentes e especialistas renomados nacional e internacionalmente diversos estudos. Referidos estudos vêm sendo compartilhados com a Agência Nacional de Mineração (ANM) e demais autoridades pertinentes.

A controlada indireta Braskem apresentou à ANM medidas para encerramento das suas frentes de lavra de extração de sal em Maceió, com medidas para o fechamento dos seus poços, e, em 14 de novembro de 2019, propôs a criação de uma área de resguardo no entorno de determinados poços como medida de precaução e proteção à segurança das pessoas. Essas medidas são baseadas em estudo conduzido pelo Instituto de Geomecânica de Leipzig (IFG) da Alemanha, referência internacional em análise geomecânica de áreas de extração de sal por dissolução, e estão sendo realizadas em coordenação com a Defesa Civil e demais autoridades.

Em 3 de janeiro de 2020, foi homologado pelo Juízo da 3ª Vara Federal de Alagoas o Termo de Acordo para Apoio na Desocupação das Áreas de Risco (“Termo de Acordo”), firmado pela controlada indireta Braskem em conjunto com o Ministério Público Estadual (“MPE”), Defensoria Pública Estadual (“DPE”), Ministério Público Federal (“MPF”) e Defensoria Pública da União (“DPU”) e, em conjunto com MPE, DPE e MPF, “Autoridades”). O Termo de Acordo dispôs sobre ações cooperativas para a desocupação das áreas de risco e garantia da segurança das pessoas, prevendo o atendimento, pelo Programa de Compensação Financeira e Apoio à Realocação (“PCF”) implantado pela controlada indireta Braskem, da população situada nas áreas de risco especificadas.

ODBINV S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em junho de 2020, a controlada indireta Braskem recebeu das Autoridades um ofício informando a atualização do Mapa de Setorização de Danos e Linhas de Ações Prioritárias por parte da Defesa Civil de Maceió ("Mapa da Defesa Civil"), com a expansão da área a ser desocupada. Em 15 de julho de 2020, a controlada indireta Braskem e as Autoridades firmaram o Primeiro Aditivo ao Termo de Acordo para incorporar essa expansão ao PCF. Em setembro de 2020, foram concluídos estudos técnicos especializados. Os Estudos apresentam potenciais impactos do evento geológico na superfície da região, trazendo uma análise de cenários a curto e a longo prazo, que incluem, entre outras, as áreas identificadas pelo Mapa da Defesa Civil de junho de 2020. Os Estudos foram submetidos às Autoridades competentes para definição de possíveis ações a serem adotadas em comum acordo. Em função da atualização do Mapa da Defesa Civil em setembro de 2020, a controlada indireta Braskem e as Autoridades acordaram a inclusão de imóveis adicionais no PCF, por meio da celebração de Termo de Resoluções em outubro de 2020.

Em paralelo, a controlada indireta Braskem vinha mantendo tratativas com as autoridades competentes em relação à ACP Socioambiental proposta pelo MPF, relacionada ao evento geológico em Alagoas.

Em 30 de dezembro de 2020, a controlada indireta Braskem e as Autoridades firmaram:

(i) o Segundo Aditivo ao Termo de Acordo de 3 de janeiro de 2020 ("Acordo para Compensação dos Moradores") por meio do qual as partes acordaram em incluir no PCF a desocupação de propriedades adicionais definidas tanto pelo Mapa de Setorização da Defesa Civil, atualizado em dezembro de 2020 para considerar, entre outras informações, as áreas com potenciais impactos futuros na superfície, inclusive a longo prazo, quanto pelos Estudos, abarcando a área afetada e com potencial de ser afetada pelo evento geológico com base nesses documentos; e

(ii) foram firmados o "Termo de Acordo para Extinguir a Ação Civil Pública Socioambiental" e o "Termo de Acordo para definição de medidas a serem adotadas quanto aos pedidos liminares da Ação Civil Pública Socioambiental" com o MPF e o MPE, este como interveniente anuente (conjuntamente "Acordo para Reparação Socioambiental").

Adicionalmente, o Acordo para Reparação Socioambiental prevê a eventual adesão de outros entes ao acordo, que será objeto de tratativas ao longo dos próximos meses. Com base em sua avaliação e dos seus assessores externos, levando em consideração os efeitos de curto e longo prazo dos estudos técnicos, as informações existentes e a melhor estimativa dos gastos para implementação das diversas medidas referentes ao evento geológico em Alagoas, a provisão registrada em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 9.175.777 (31 de dezembro de 2019 - R\$ 3.383.067), sendo R\$ 4.349.931 apresentados no passivo circulante e R\$ 4.825.846 no passivo não circulante.

A tabela abaixo demonstra as movimentações da provisão no exercício:

	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>3.383.067</u>
Complemento (reversão de provisão)	7.116.146
Baixas (*)	(1.181.931)
Efeito do ajuste a valor presente	(141.505)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>9.175.777</u>
Passivo circulante	4.349.931
Passivo não circulante	4.825.846
	<u>9.175.777</u>

(*) Desse montante R\$ 1.137.736 referem-se a pagamentos efetuados e R\$ 44.194 foi reclassificado para o grupo de fornecedores.

ODBINV S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os valores incluídos na provisão podem ser divididos entre as seguintes frentes de atuação:

(a) R\$ 5.227.254 (R\$ 5.194.627 líquido do ajuste a valor presente), refere-se ao apoio na realocação e compensação dos moradores e proprietários de imóveis localizados nas áreas de risco, resguardo e monitoramento, inclusive imóveis que pressupõem providências especiais para sua realocação, tais como hospitais, escolas e equipamentos públicos;

(b) R\$ 1.610.095 (R\$ 1.585.366 líquido do ajuste a valor presente), refere-se as ações para fechamento e monitoramento dos poços de sal. Os planos de fechamento dos poços possuem um certo nível de incerteza, na medida em que poderão ser atualizados até que se alcance a estabilização das cavidades para os 35 poços.

(c) R\$ 1.580.000 (R\$ 1.515.498 líquido do ajuste a valor presente) para medidas sócio urbanísticas, nos termos do Acordo para Reparação Socioambiental assinado em 30 de dezembro de 2020, com a destinação para adoção de ações e medidas nas áreas desocupadas, ações de mobilidade urbana e de compensação social; e

(d) R\$ 899.934 (R\$ 880.286 líquido do ajuste a valor presente) para medidas adicionais.

As provisões da controlada indireta Braskem são baseadas nas estimativas e premissas atuais e podem sofrer atualizações futuras decorrentes de novos fatos e circunstâncias. A controlada indireta Braskem não pode descartar futuros desdobramentos relacionados ao tema ou a seus gastos associados, e os custos a serem incorridos pela Braskem poderão ser diferentes de suas estimativas.

A controlada indireta Braskem está em tratativas com as seguradoras sobre a cobertura das suas apólices de seguro. O pagamento de indenizações dependerá da avaliação técnica de cobertura dos seguros dessas apólices reconhecendo-se a complexidade do assunto. Sendo assim, nenhuma indenização foi reconhecida nas demonstrações financeiras da controlada indireta Braskem e por consequência da Companhia.

Ações judiciais em curso

No contexto deste evento, foram propostas as seguintes ações contra a Braskem:

(a) Ação Civil Pública (“ACP”) ajuizada pelo Ministério Público Estadual (“MPE”) e pela Defensoria Pública do Estado de Alagoas (“DPE”) – Reparação aos moradores

De forma resumida, a ACP tem como pedido o pagamento de indenização por danos causados às edificações e aos moradores em áreas afetadas no bairro do Pinheiro e adjacências (atualmente compreendidas nos bairros de Mutange, Bebedouro e Bom Parto), totalizando o valor mínimo de R\$ 6,7 bilhões, com pedido inicial de tutela cautelar para indisponibilidade de ativos financeiros e de bens da controlada indireta Braskem no mesmo valor. Sucessivas ordens de bloqueio alcançaram a constrição judicial de R\$ 3,7 bilhões (*) em ativos, e a controlada indireta Braskem chegou a emitir apólices de seguro garantia no valor total de R\$ 6,4 bilhões. Com a remessa dos autos para a Justiça Federal, o Ministério Público Federal passou a participar do processo.

(*) O desbloqueio ocorreu em janeiro de 2020. Em 31 de dezembro de 2019, o valor atualizado está apresentado nas rubricas bloqueio judicial no ativo circulante no valor de R\$ 2.571.683 e em depósitos judiciais no ativo não circulante no valor de R\$ 1.174.424 correspondente à parcela de longo prazo do cronograma de pagamentos. O primeiro acordo na ACP foi homologado em 3 de janeiro de 2020. O Termo de Acordo para Apoio na Desocupação das Áreas de Risco (“Termo de Acordo”), firmado pela controlada indireta Braskem em conjunto com o Ministério Público Estadual (“MPE”), Defensoria Pública Estadual (“DPE”), Ministério Público Federal (“MPF”) e Defensoria Pública da União (“DPU”) e em conjunto com MPE, DPE e MPF “Autoridades”), dispôs sobre ações cooperativas para a desocupação das áreas de risco e garantia da segurança das pessoas, prevendo o atendimento pelo Programa de Compensação Financeira e Apoio à Realocação (“PCF”) implantado pela Braskem, da população situada nas áreas de risco especificadas. O Termo de Acordo permitiu o desbloqueio dos ativos da controlada indireta Braskem a substituição das anteriores apólices de seguro-garantia por duas novas no valor total de R\$ 3 bilhões – sendo R\$ 2 bilhões para garantia dessa ACP e R\$ 1 bilhão para garantia da ACP descrita no item (ii) abaixo – e a sustação de novas ordens de bloqueio de ativos.

ODBINV S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Para fazer frente às ações acordadas na ACP, a controlada indireta Braskem se comprometeu com o depósito de R\$ 2,7 bilhões em conta corrente (R\$ 1,7 bilhão conforme Termo de Acordo e R\$ 1 bilhão adicional conforme o Segundo Aditivo), com capital de giro mínimo no valor de R\$ 100 milhões, cuja movimentação é verificada por empresa de auditoria externa. Em 31 de dezembro de 2020, decorrente dos gastos incorridos durante 2020 relativos ao PCF, o saldo da referida conta corrente corresponde a R\$ 1.322.725 registrados no ativo circulante. Ao longo de 2021, a controlada indireta Braskem destinará o valor de R\$ 1 bilhão para essa conta corrente, em 10 parcelas mensais de R\$ 100 milhões a partir de janeiro de 2021, conforme previsto no Acordo para Compensação dos Moradores.

(b) Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público Federal em Alagoas – MPF-AL - Reparação socioambiental

De forma resumida, a ACP tem como pedido a condenação da controlada indireta Braskem ao pagamento de indenização por danos socioambientais e outros danos de natureza coletiva, além da adoção de medidas reparatórias e de compliance ambiental, com pedido liminar de indisponibilidade de ativos, suspensão de financiamentos com o BNDES, constituição de fundo privado próprio no valor inicial de R\$ 3,1 bilhões e oferecimento de garantias no valor de R\$ 20,5 bilhões. O valor original da ação, inicialmente indicado como R\$ 28,3 bilhões, foi corrigido por decisão judicial para R\$ 27,6 bilhões.

Em janeiro 2020, o juiz da 3ª Vara Federal de Alagoas negou os pedidos liminares do MPF, que interpôs recurso contra a decisão. Para afastar o risco de novos bloqueios em função desta ação, a controlada indireta Braskem apresentou seguro-garantia no valor de R\$ 1 bilhão no processo, conforme definido no Termo descrito no item (i) acima.

Em 30 de dezembro de 2020, firmou-se o Acordo para Reparação Socioambiental, tendo a controlada indireta Braskem se comprometido, principalmente, a: (i) adotar as medidas necessárias à estabilização das cavidades e ao monitoramento do solo; (ii) reparar, mitigar ou compensar potenciais impactos e danos ambientais decorrentes da extração de sal-gema no município de Maceió; e (iii) reparar, mitigar ou compensar potenciais impactos e danos sócio urbanísticos decorrentes da extração de sal-gema no município de Maceió.

(c) Ação Indenizatória - Imóvel Bairro Pinheiro

Ação Indenizatória ajuizada pela Construtora H. Lobo (em recuperação judicial), alegando haver suportado danos e lucros cessantes em razão de compromisso de compra e venda de um terreno da Braskem no Bairro do Pinheiro. Referido contrato foi rescindido pela controlada indireta Braskem por falta de pagamento pela Construtora. Apesar disso, a Construtora alega que a controlada indireta Braskem teria ocultado a informação da existência de problemas estruturais em poços de extração de sal desativados, localizados no terreno em questão. Em 31 de dezembro de 2020, o montante dessa ação representa R\$ 181 milhões.

A Administração da controlada indireta Braskem, suportada pela opinião dos assessores jurídicos externos, classifica as chances de perda da ação como possíveis.

(d) Inquérito Civil – Danos Urbanísticos

Em 19 de junho de 2020, a controlada indireta Braskem tomou conhecimento da instauração de Inquérito Civil pelo MPE com o objetivo de: (i) aferir a extensão dos danos urbanísticos causados pelo evento geológico ocorrido em Maceió; (ii) buscar, junto a quem de direito, soluções arquitetônicas, necessárias e adequadas, quanto à destinação, restauração e ou o aproveitamento dos citados espaços vazios deixados nos bairros impactados; e (iii) apurar, se for o caso, possíveis responsabilidades reparatórias pelos danos causados à ordem urbanística.

ODBINV S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 13 de julho de 2020, a controlada indireta Braskem foi solicitada a prestar informações preliminares sobre a destinação que pretende dar à região. O objeto desse Inquérito Civil possui semelhança com o escopo da Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público Federal em Alagoas referente aos danos socioambientais, descrita no item (ii) acima. No Acordo para Reparação Socioambiental, celebrado em 30 de dezembro de 2020 com a interveniência do MPE, convencionou-se a extinção do Inquérito Civil. Em 21 de janeiro de 2021, foi determinado o seu arquivamento e a instauração de procedimento administrativo, com vistas a acompanhar e fiscalizar o cumprimento do Acordo para Reparação Socioambiental.

- (e) Ações individuais – Indenizações relacionadas aos impactos da subsidência e a desocupação das áreas afetadas

Em 31 de dezembro de 2020, a controlada indireta Braskem havia sido citada e figurava como ré em diversas ações, que, conjuntamente, envolvem o valor de aproximadamente R\$ 573 milhões, movidas por pessoas físicas no Brasil e no exterior, que buscam o pagamento de indenizações relacionadas ao evento geológico em Maceió.

- (f) Ações indenizatória – Companhia Brasileira de Trens Urbanos (“CBTU”)

Conforme Nota 32, em 2 de fevereiro de 2021, a controlada indireta Braskem teve ciência do ajuizamento de ação pela Companhia Brasileira de Trens Urbanos (“CBTU”), formulando, inicialmente, apenas pedido liminar para manutenção dos termos de cooperação anteriormente firmados pelas partes. O pedido foi indeferido em primeira e segunda instância, diante do adimplemento das obrigações assumidas pela controlada indireta Braskem. Em 24 de fevereiro, a CBTU apresentou aditamento à petição inicial, requerendo o pagamento de indenização por danos materiais no valor de R\$ 221.600 e morais no valor de R\$ 500, bem como a imposição de obrigações de fazer, inclusive a construção de uma nova linha férrea para substituir o trecho que passava pela área. A CBTU atribuiu à causa o valor aproximado de R\$ 1,3 bilhão.

A avaliação da Administração controlada indireta Braskem, suportada pela opinião dos assessores jurídicos externos, é de risco possível para julgamento de procedência do pedido. Não há depósito judicial ou outro tipo de garantia.

Atividade industrial

Desde o encerramento das atividades de extração de sal, a controlada indireta Braskem vinha atuando para adequar a fábrica de Cloro Soda para operar com sal sólido adquirido no mercado nacional e/ou importado de outras regiões. A controlada indireta Braskem retomou sua atividade industrial em dezembro de 2020.

- (iv) Atvos Inv

Conforme mencionado na Nota 1.2(d), devido a controlada indireta OSP Inv deixou de consolidar o Balanço patrimonial da coligada Atvos Agro.

22 Provisão para garantias – Consolidado

A controlada direta Novonor presta ESAs (Equity support agreement), aval e fiança corporativos a Negócios ou Projetos de forma seletiva, mediante avaliação de riscos e devida aprovação pelos órgãos de Governança da empresa. Dentre os principais critérios para outorga dessas garantias pela Companhia está a definição de prazo e valores limitados e regras claras para sua liberação tão logo se comprove a auto sustentabilidade econômico-financeira do Negócio ou Projeto.

Em 31 de dezembro de 2020, o total de ESAs avais e fianças corporativas prestados pela controlada direta Novonor é de R\$ 40,1 bilhões (2019 - R\$ 39,2 bilhões).

ODBINV S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O Plano de recuperação judicial da Companhia engloba determinadas ESAs, avais e fianças emitidas pela controlada direta Novonor, na modalidade “Credores Quirografários” (Nota 1 (a)). Em 31 de dezembro de 2020 para fazer frente aos compromissos de garantias contemplado no Plano, a controlada direta Novonor registrou Provisão para garantias no montante de R\$ 2.876.253, desse total o montante de R\$ 1.012.481 impacta o consolidado da Companhia, conforme demonstrado a seguir:

			31 de dezembro de 2020
	Tipo de garantia oferecida	Valor da garantia	Garantia ajustada a valor presente
Coligadas e controladas em conjunto (a)			
Centrad	ESA Extraordinário	108.586	27.202
Rutas del Lima	ESA Ordinário	87.716	21.974
Outros (a)			
GSP	Aval/Fiança	1.284.758	322.613
SPE Arena Corinthians	ESA Extraordinário	1.468.040	640.691
		<u>2.949.100</u>	<u>1.012.481</u>

(a) O montante de R\$ 1.012.481, foi constituído em contrapartida a Demonstração do resultado do exercício” e faz parte da rubrica “Resultado financeiro, líquido”.

23 Passivo a descoberto

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o capital social da Companhia é de R\$ 1.885.380, subscrito e integralizado por pessoas físicas e jurídicas de capital nacional, sendo representado por 229.560.879.904 ações nominativas das quais 225.966.413.599 são ações ordinárias e 3.594.466.305 são ações preferenciais, todas sem valor nominal.

(b) Recompra de ações – ações em tesouraria

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Companhia mantém em tesouraria 34.003.877.926. ações ordinárias, decorrentes de recompras de ações realizadas.

O saldo a pagar de R\$ 928.423 (31 de dezembro de 2019 - R\$ 3.151.754). Devido a aprovação do Plano de Recuperação Judicial (Nota 1 (a)), o saldo do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 no montante de R\$ 3.195.820 foi reduzido pela constituição de Ajuste a valor justo no montante de (R\$ 2.267.397).

(c) Ajuste de avaliação patrimonial

Esta conta foi criada com base no disposto pela Lei nº 11.638/07, com o objetivo de registrar os valores pertencentes ao patrimônio líquido que não transitam pelo resultado do exercício. O impacto desses valores no resultado ocorrerá quando da sua efetiva realização. A seguir, demonstramos a movimentação nesta conta para os exercícios findos em 31 de dezembro.

ODBINV S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2019 (Reapresentado)	Movimentação	2020
Hedge:			
Valor justo do hedge de fluxo de caixa e exportação	(5.530.032)	(3.749.224)	(9.279.256)
Hedge de Investimento Líquido de controladas no exterior	(1.866.447)	(332.413)	(2.198.860)
Ajuste de conversão de moeda estrangeira (i)	2.190.516	2.546.879	4.737.395
Efeito reflexo de correção monetária de investidas no exterior (ii)	4.237.564	(3.397.270)	840.294
Realização da indexação adicional do imobilizado em investidas	(128.307)	(62.073)	(190.380)
Outros ajustes de avaliação patrimonial	(827.145)	(99.427)	(926.572)
	<u>(1.923.851)</u>	<u>(5.093.528)</u>	<u>(7.017.379)</u>

- (i) A movimentação dos saldos de variação cambial de controladas no exterior está representada, substancialmente, pela controla indireta OEC em R\$ 2.410.169.
- (ii) Saldo referente à correção monetária de Venezuela e Argentina, decorrente de efeitos de inflação no país.

(c) Participação dos acionistas não controladores

Os saldos são substancialmente representados pela controlada indireta Braskem.

(d) Resultado por ação

A Companhia apresenta o cálculo do resultado por ação básico, calculado através da divisão do lucro (prejuízo) do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício.

	2020	2019 (Reapresentado)
Prejuízo do exercício das operações continuadas e descontinuadas atribuível à totalidade dos acionistas da Companhia	(10.392.507)	(14.234.116)
Média ponderada da quantidade de ações (em milhares)	229.560.880	229.560.880
Resultado por ação (expresso em Reais)		
Ações ordinárias - operações continuadas e descontinuadas	<u>(0,05)</u>	<u>(0,06)</u>

24 Receitas Líquidas de serviços e produtos - Consolidado

(a) Receita por mercado

	2020	2019
Venda bruta de produtos e serviços - mercado interno	50.761.164	46.703.479
Impostos sobre vendas - mercado interno	(11.672.741)	(10.792.605)
Devoluções e abatimentos - mercado interno	(196.810)	(165.997)
Venda bruta de produtos e serviços - mercado externo	32.941.961	31.486.208
Impostos sobre vendas - mercado externo	(42.048)	(33.088)
Devoluções e abatimentos - mercado externo	(149.426)	(85.948)
	<u>71.642.100</u>	<u>67.112.049</u>

ODBINV S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Receita por segmento

	2020	2019
Segmento de Engenharia e Construção		
OEC	3.633.667	5.054.859
Segmento imobiliário		
OR	422.709	839.496
Segmento Petroquímico		
Braskem	58.543.494	52.184.628
Segmento de Investimentos em infraestrutura, mobilidade e óleo e gás		
OPISA e controladas	733.412	555.723
Ocyan	3.239.571	2.609.795
OTP	525.623	500.670
Outros investimentos		
Atvos Inv	4.236.729	4.625.186
OSP	298	1.934
Abiatar	30	426.805
EORJ	25.768	25.468
OA Par	190.983	157.207
Horiens	74.180	72.367
Horiens Ltd.	11.113	10.438
OPE	4.477	19.866
Outros	46	27.607
	<u>71.642.100</u>	<u>67.112.049</u>

25 Custos e despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Classificadas por natureza:				(Reapresentado)
Matéria-prima e materiais de uso e consumo			(43.367.791)	(40.450.831)
Despesas com pessoal			(5.764.495)	(6.271.144)
Serviços de terceiros	(4.379)	(913)	(7.251.615)	(8.911.453)
Depreciação, amortização e exaustão			(6.436.399)	(6.610.506)
Outras despesas	(1.177)	(39)	(2.837.475)	(2.240.593)
	<u>(5.556)</u>	<u>(952)</u>	<u>(65.657.775)</u>	<u>(64.484.527)</u>
Classificadas por função:				
Custo dos produtos vendidos/serviços prestados			(57.406.960)	(56.788.593)
Despesas com vendas			(3.342.516)	(2.200.353)
Despesas gerais e administrativas	(5.556)	(952)	(4.908.299)	(5.495.581)
	<u>(5.556)</u>	<u>(952)</u>	<u>(65.657.775)</u>	<u>(64.484.527)</u>

26 Impairment de Ativos - Consolidado

A Companhia e suas controladas apresentam os seguintes impairment de ativos financeiros e não financeiros:

ODBINV S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Composição por natureza e por função

	2020	2019
Classificado por natureza:		
Provisão Impairment ativos financeiros	(2.908.531)	(1.861.789)
Provisão Impairment participações societárias	(1.716.211)	(1.953.844)
Provisão (Reversão) Impairment ativos imobilizados	(523.848)	731.908
Provisão Impairment ativos intangíveis	(98.460)	
Provisão (Reversão) Impairment outros ativos	2.893	(357.844)
	<u>(5.244.157)</u>	<u>(3.441.569)</u>
Classificado por função:		
Despesas gerais e administrativas	(1.520.253)	(168.257)
Provisão (Reversão) Impairment de ativos	(504.832)	526.930
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(235.739)	(264.726)
Resultado financeiro	(178.928)	0
Prejuízo dos ativos mantidos para negociação	(2.804.405)	(3.535.516)
	<u>(5.244.157)</u>	<u>(3.441.569)</u>

(c) Impairment por segmento

	2020	2019
Novonor	(10.627)	
Segmento de Engenharia e Construção		
OEC (i)	(1.844.513)	(1.749.929)
Segmento imobiliário		
OR	42.047	(23.672)
Segmento Petroquímico		
Braskem	(36.236)	(222.841)
Segmento de Investimentos em infraestrutura, mobilidade e óleo e gás		
OPISA e controladas (ii)	(2.861.644)	(1.828.894)
Ocyan (iii)	(523.848)	742.721
OTP	10.034	(124.950)
Outros investimentos		
OPE	(19.370)	(233.985)
ODT		(19)
	<u>(5.244.157)</u>	<u>(3.441.569)</u>

- (i) Em 31 de dezembro de 2020, o montante de R\$ 1.605.416 refere-se a perda por redução ao valor recuperável de contas a receber, substancialmente oriundos de recebíveis mantidos em projetos no Peru, EUA, Equador e Brasil. Em 31 de dezembro de 2019, refere-se substancialmente as perdas sobre os ativos detidos na Venezuela no montante de R\$ 1.581.672 (Nota 12).
- (ii) Em 31 de dezembro de 2020, refere-se a provisão de "impairment" no investimento GSP no valor de R\$ 1.547.756 e R\$ 1.135.323 referente a perda no reconhecimento de provisão de crédito de liquidação duvidosa em recebível que a controladora detinha contra o GSP (Nota 12). Em 31 de dezembro de 2019 refere-se a perdas no processo de liquidação judicial de ODB E&P no montante de R\$ 1.493.414 e R\$ 335.480 referente ao reconhecimento de 100% de perda no investimento Ruta del Sol (Nota 12).
- (iii) A controlada Ocyan reconheceu, no exercício de 2020, provisão para impairment sobre ativo imobilizado no montante de R\$ 523.848 e no exercício de 2019 uma reversão de perda de impairment no montante de R\$ 742.721.

ODBINV S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

27 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas - Consolidado

Em 31 de dezembro de 2020, corresponde substancialmente a controlada indireta Braskem, que reconheceu despesa no montante de R\$ 6.901.828 (31 de dezembro de 2019 R\$ 3.383.067) referente a Provisão para indenização de danos – Alagoas

28 Resultado financeiro, líquido

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
	(Reapresentado)		(Reapresentado)	
Receitas financeiras				
Receitas com juros	469	176	957.556	1.252.341
Ajuste a valor presente/Juros (Arrendamentos)			7.064	21.896
Ajuste a valor justo (i)	20.981.873		4.213.204	
Quitação integral do Project finance da Delba Coop (ii)				1.095.648
Renegociação de dívida			502	
Correção monetária de processos judiciais		124.000		124.000
Outros	2.594		660.989	133.907
	<u>20.984.936</u>	<u>124.176</u>	<u>5.839.315</u>	<u>2.627.792</u>
Despesas financeiras				
Ajuste a valor presente (iii)				(2.066.116)
Ajuste a valor presente/juros (arrendamentos) (iv)	(236.769)		(348.480)	(77.438)
Custos de transação - amortização			(293.521)	(537.138)
Comissões bancárias	(1)	(2)	(28.804)	(86.751)
Descontos concedidos			(93.096)	(216.491)
Despesas com juros	(124.652)	(307.111)	(7.228.631)	(8.355.167)
Tributos sobre operações financeiras	(145)	(5.781)	(165.985)	(269.596)
Provisão de garantia			(1.012.481)	
Outros			(1.404.861)	(912.172)
	<u>(361.567)</u>	<u>(312.894)</u>	<u>(10.575.859)</u>	<u>(12.520.869)</u>
Variações monetárias e cambiais				
Receita de variação	7.242.698	4.303.215	20.710.711	14.602.352
Despesa de variação	(7.590.844)	(4.349.725)	(27.437.386)	(17.687.216)
	<u>(348.146)</u>	<u>(46.510)</u>	<u>(6.726.675)</u>	<u>(3.084.864)</u>
	<u>20.275.223</u>	<u>(235.228)</u>	<u>(11.463.219)</u>	<u>(12.977.941)</u>

- (i) Refere-se aos efeitos da reestruturação dos passivos no âmbito do plano de recuperação judicial (Nota 1 (a));
- (ii) Em 27 de dezembro, a Delba Coop, adquirida em 9 de agosto de 2011 e sediada em Amsterdã (Holanda), foi liquidada. Esta empresa tinha como atividade principal o afretamento de uma unidade semissubmersível de perfuração em águas ultra profundas, denominada ODN Delba III, para a Petrobras por um período de sete anos, cujo contrato foi encerrado em agosto de 2019 e a referida unidade foi vendida em outubro de 2019. O saldo do Project finance foi quitado integralmente com a venda do ativo por determinação dos agentes financiadores;
- (iii) Refere-se substancialmente ao ajuste a valor presente registrado pela controlada indireta OEC no valor de R\$ 1.516.182, decorrente o novo prazo para recebimento (de 10,5 anos) dos créditos com Biocom. O novo prazo de recebimento trata-se de um dos termos da renegociação dos empréstimos contraídos pela Biocom, que prevê que somente após o término da liquidação das dívidas bancárias reestruturadas, os Acionistas e suas empresas controladas poderão receber eventuais créditos (Nota 11 (c) (iii)).
- (iv) Refere-se a ajuste a valor justo de contratos de arrendamento mercantil conforme CPC 06 – “IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil”.

ODBINV S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

29 Benefícios a empregados

(a) Plano de aposentadoria contribuição definida

As controladas da Companhia no Brasil são patrocinadoras de plano de contribuição definida para seus integrantes administrado pela ODEPREV cuja denominação social foi alterada para VEXTY, entidade fechada de previdência privada. A VEXTY proporciona aos seus participantes o plano optativo de contribuição definida no qual é aberto um fundo individual de poupança para aposentadoria onde são acumuladas as contribuições mensais e esporádicas dos participantes e as contribuições mensais e anuais das patrocinadoras. Assim que as contribuições tiverem sido feitas, as patrocinadoras não têm obrigações relativas a pagamentos adicionais.

(b) Plano de aposentadoria com benefício definido

A controlada indireta Braskem também possui plano de aposentadoria na categoria de benefício definido em algumas de suas unidades no exterior.

Para cada um dos planos abaixo, a controlada indireta Braskem contratou empresa especializada para elaborar laudo atuarial para mensurar suas obrigações futuras. As premissas utilizadas estão em pleno atendimento ao CPC 33(R1) / IAS 19 – Benefícios a empregados.

(i) Braskem América

A controlada indireta Braskem América é patrocinadora da Novamont. Devido ao atual nível de financiamento do plano de pensão, não foi obrigada a contribuir durante o ano de 2020, portanto, não houve contribuições em 2020 e 2019.

(ii) Braskem Alemanha e Braskem Holanda

Não houve contribuições das controladas indiretas Braskem Alemanha e Braskem Holanda nos exercícios de 2019 e 2018. Durante os exercícios de 2019 e 2018 não houve contribuições dos participantes.

O passivo atuarial da controlada indireta Braskem no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 472.074 (31 de dezembro de 2019 – R\$ 389.075) está registrado na rubrica demais contas a pagar.

(iii) Braskem Idesa

A controlada indireta Braskem Idesa é patrocinadora de planos de benefício definido para seus integrantes. As contribuições que a controlada indireta Braskem Idesa fez no exercício montam R\$ 3.037 (31 de dezembro de 2019 - R\$ 2.056). Durante os exercícios de 2020 e 2019 não houve contribuições dos participantes.

30 Cobertura de seguros (não auditado)

Em 31 de dezembro de 2020, o montante aproximado de cobertura de seguros é de R\$ 181.429 (31 de dezembro de 2019 - R\$ 194.195). Das empresas do segmento de Engenharia e Construção é equivalente a R\$ 45.601 milhões, para o segmento de Indústria é equivalente a R\$ 89.395 milhões e para o segmento de Investimentos em infraestrutura e energia é equivalente a R\$ 46.433 milhões.

ODBINV S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

31 Nota de reapresentação

Em atendimento ao Pronunciamento CPC 23 Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erros, as Demonstrações financeiras de 2019 estão sendo reapresentadas.

(I) Novonor

Refletir os valores do Acordo de Leniência, celebrado com o Ministério Público do Estado de São Paulo, no montante de R\$ 27.613 e R\$ 72 efeito de equivalência patrimonial da controlada indireta OEC.

(II) OEC

Durante o ano de 2020, a controlada indireta OEC passou a considerar alguns ativos e passivos monetários com moeda funcional diferente do Real registrados no Brasil, advinda de operações entre sociedades que faz parte do mesmo grupo econômico e que estejam sob controle comum para as quais a liquidação não é provável de ocorrer nem está planejada para o futuro previsível, como parte de seu investimento líquido em operações no exterior. As variações cambiais decorrentes desses ativos e passivos monetários passam a ser reconhecidas em Outros Resultados Abrangentes, em "Ajuste acumulado de conversão", e serão reclassificadas do Patrimônio líquido para o resultado no momento da alienação ou alienação parcial do investimento líquido.

Em 31 de dezembro de 2020, a controlada indireta OEC reconheceu em Outros Resultados Abrangentes o montante de R\$ 2.291.069 referente as variações cambiais de ativos e passivos considerados como parte do investimento líquido em operações no exterior. A fim de manter a comparabilidade das informações divulgadas os saldos correspondentes a 31 de dezembro de 2019 foram reapresentados, resultando na reclassificação do montante de R\$ 295.422 de Prejuízos Acumulados para Outros Resultados Abrangentes.

ODBINV S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2019

(i) Controladora

Ativo	Publicado	Efeitos de reapresentação da Novonor		Passivo e patrimônio líquido	Publicado	Efeitos de reapresentação da Novonor	
		Reapresentado	Reapresentado			Reapresentado	
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	47		47	Sociedades do Grupo Novonor	357.169		357.169
Tributos a recuperar	479		479	Fornecedores	4.683		4.683
Sociedades do Grupo Novonor	124.000		124.000	Impostos, taxas e contribuições	5.770		5.770
				Recompra de ações	2.693.118		2.693.118
	<u>124.526</u>		<u>124.526</u>	Outros passivos	126.089		126.089
					<u>3.186.829</u>		<u>3.186.829</u>
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Sociedades do Grupo Novonor	15.124.536		15.124.536
Tributos a recuperar	6.873		6.873	Provisão para perda em investimentos	20.015.220	27.685	20.042.905
Sociedades do Grupo Novonor	194.381		194.381	Recompra de ações	458.636		458.636
Depósitos compulsórios e judiciais	14.289		14.289		<u>35.598.392</u>	<u>27.685</u>	<u>35.626.077</u>
Outros ativos	256		256				
	<u>215.799</u>		<u>215.799</u>				
				Patrimônio líquido			
Intangível				Capital social	1.885.380		1.885.380
	12		12	Ajuste de avaliação patrimonial	(1.628.357)	(295.494)	(1.923.851)
	<u>215.811</u>		<u>215.811</u>	Ações em tesouraria	(3.690.663)		(3.690.663)
				Prejuízos acumulados	(35.011.244)	267.809	(34.743.435)
					<u>(38.444.884)</u>	<u>(27.685)</u>	<u>(38.472.569)</u>
Total do ativo	<u>340.337</u>		<u>340.337</u>	Total do passivo e Patrimônio líquido	<u>340.337</u>		<u>340.337</u>

ODBINV S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Consolidado

	Efeitos de reapresentação da				Efeitos de reapresentação da		
	Publicado	Novonor	Reapresentado		Publicado	Novonor	Reapresentado
Ativo				Passivo e Passivo a descoberto			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	9.521.012		9.521.012	Financiamentos	24.832.807		24.832.807
Aplicações financeiras	2.736.587		2.736.587	Sociedades do Grupo Novonor	3.367		3.367
Contas a receber de clientes	7.357.597		7.357.597	Obrigações financeiras	911.018		911.018
Tributos a recuperar	2.944.155		2.944.155	Debêntures	18.396.545		18.396.545
Dividendos a receber				Fornecedores e subempreiteiros	15.120.878		15.120.878
Estoques	9.952.303		9.952.303	Impostos, taxas e contribuições	1.490.444		1.490.444
Sociedades do Grupo Novonor	8.073		8.073	Obrigações sociais e trabalhistas	1.502.997		1.502.997
Despesas antecipadas				Adiantamentos de clientes	2.314.955		2.314.955
Ativo Biológico	442.948		442.948	Recompra de ações	2.693.118		2.693.118
Créditos associados ao acordo de leniência	63.349		63.349	Dividendos propostos			
Depósitos compulsórios e judiciais	2.571.881		2.571.881	Acordo de leniência	490.765		490.765
Outras contas a receber	736.927		736.927	Provisões fiscais, trabalhistas, societárias e cíveis	2.016.623		2.016.623
Outros ativos	2.063.975		2.063.975	Outros passivos	3.277.097		3.277.097
	<u>38.398.807</u>		<u>38.398.807</u>		<u>73.050.614</u>		<u>73.050.614</u>
Ativos não circulantes mantidos para venda	<u>1.616.202</u>		<u>1.616.202</u>	Passivos vinculados aos ativos não circulantes mantidos para venda	<u>45.701</u>		<u>45.701</u>
	<u>40.015.009</u>		<u>40.015.009</u>		<u>73.096.315</u>		<u>73.096.315</u>
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Financiamentos	60.861.426		60.861.426
Aplicações financeiras	178.297		178.297	Debêntures	251.377		251.377
Debêntures	713.006		713.006	Sociedades do Grupo Novonor	3.921.204		3.921.204
Contas a receber de clientes	2.576.300		2.576.300	Impostos, taxas e contribuições sociais	235.810		235.810
Tributos a recuperar	2.894.608		2.894.608	Imposto de renda e contribuição social diferidos	634.264		634.264
Estoques	1.047.031		1.047.031	Adiantamentos de clientes	7.461.320		7.461.320
Sociedades do Grupo Novonor	579.936		579.936	Provisão para perda em investimentos	219.336		219.336
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.592.758		3.592.758	Recompra de ações	458.636		458.636
Depósitos compulsórios e judiciais	1.644.821		1.644.821	Acordo de leniência	4.457.395	27.613	4.485.008
Outras contas a receber	902.410		902.410	Provisões fiscais, trabalhistas, societárias e cíveis	7.494.725		7.494.725
Outros ativos	1.407.989		1.407.989	Outros passivos	3.026.779		3.026.779
	<u>15.537.156</u>		<u>15.537.156</u>		<u>89.022.272</u>	<u>27.613</u>	<u>89.049.885</u>
Investimentos				Patrimônio líquido			
Imobilizado	3.347.867		3.347.867	Capital social	1.885.380		1.885.380
Intangível	59.124.289		59.124.289	Ajuste de avaliação patrimonial	(1.628.357)	(295.494)	(1.923.851)
	<u>8.064.471</u>		<u>8.064.471</u>	Ações em tesouraria	(3.690.663)		(3.690.663)
	<u>86.073.783</u>		<u>86.073.783</u>	Prejuízos acumulados	(35.011.244)	267.809	(34.743.435)
					<u>(38.444.884)</u>	<u>(27.685)</u>	<u>(38.472.569)</u>
Total do ativo	<u>126.088.792</u>		<u>126.088.792</u>	Debêntures com participação nos lucros ("DPL")	271.227		271.227
				Participação dos acionistas não controladores	2.143.862	72	2.143.934
					<u>(36.029.795)</u>	<u>(27.613)</u>	<u>(36.057.408)</u>
				Total do passivo e Passivo a descoberto	<u>126.088.792</u>		<u>126.088.792</u>

ODBINV S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Conciliação da demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2019

(i) Controladora

	Publicado	Efeitos de reapresentação da Novonor	Reapresentado
Operações continuadas			
Receitas (despesas) operacionais			
Gerais e administrativas	(952)		(952)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	7		7
Participação em sociedades controladas e coligadas			
Resultado de equivalência patrimonial			
Provisão para perdas em investimentos	(14.293.365)	295.422	(13.997.943)
Prejuízo operacional	(14.294.310)	295.422	(13.998.888)
Resultado financeiro, líquido	(235.228)		(235.228)
Prejuízo antes da contribuição social e do imposto de renda	(14.529.538)	295.422	(14.234.116)
Contribuição social e imposto de renda correntes			
Prejuízo líquido do exercício	(14.529.538)	295.422	(14.234.116)

ODBINV S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Consolidado

	Publicado	Efeitos de reapresentação da Novonor	Reapresentado
Operações continuadas			
Receitas líquidas de serviços e produtos	67.112.049		67.112.049
Custos dos serviços prestados e produtos vendidos	(56.788.593)		(56.788.593)
Lucro bruto	10.323.456		10.323.456
Receitas (despesas) operacionais			
Com vendas	(2.200.353)		(2.200.353)
Gerais e administrativas	(5.495.581)		(5.495.581)
Remuneração dos administradores	(66.671)		(66.671)
Impairment de ativos	526.930		526.930
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(4.249.880)		(4.249.880)
Resultado de participações societárias			
Resultado de equivalência patrimonial	(334.958)		(334.958)
Provisão para perdas em investimentos	(157.608)		(157.608)
Lucro operacional	(1.654.665)		(1.654.665)
Resultado financeiro, líquido	(13.273.435)	295.494	(12.977.941)
Prejuízo antes da contribuição social e do imposto de renda	(14.928.100)	295.494	(14.632.606)
Contribuição social e imposto de renda correntes	(1.022.412)		(1.022.412)
Contribuição social e imposto de renda diferidos	2.408.409		2.408.409
Prejuízo líquido das operações continuadas	(13.542.103)	295.494	(13.246.609)
Resultado com operações descontinuadas			
Lucro (Prejuízo) dos ativos não circulantes mantidos para negociação	(3.557.118)		(3.557.118)
	(3.557.118)		(3.557.118)
Prejuízo do exercício	(17.099.221)	295.494	(16.803.727)
Atribuível aos:			
Acionistas da Companhia - operações continuadas	(10.972.420)	295.422	(10.676.998)
Acionistas da Companhia - operações descontinuadas	(3.557.118)		(3.557.118)
Participação dos acionistas não controladores	(2.569.683)	72	(2.569.611)
Participação dos acionistas não controladores - operações descontinuadas			
	(17.099.221)	295.494	(16.803.727)

ODBINV S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

32 Eventos subsequentes

(I) Segmento petroquímico

Braskem

Em 6 de janeiro de 2021, foram homologados acordos judiciais para extinção da ACP de Reparação aos moradores e da ACP para Reparação Socioambiental. Conforme previsão constante no Termo de Acordo para extinguir a ACP Socioambiental, foi determinado pelo MPE, em 21 de janeiro de 2021, o arquivamento do Inquérito Civil relacionado a danos urbanísticos, com a consequente instauração de procedimento administrativo para acompanhamento e fiscalização do cumprimento do mencionado Acordo.

Em fevereiro e março de 2021, foram certificados os trânsitos em julgado de ações da Braskem, originalmente de empresas incorporadas, referentes à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS, que representam o valor de R\$ 1,2 bilhão a ser reconhecido no 1º trimestre de 2021, na rubrica créditos fiscais federais.

Em fevereiro de 2021, foi ajuizada ação ordinária pela Companhia Brasileira de Trens Urbanos ("CBTU"), tendo como pedidos o pagamento de indenização por danos materiais e morais, bem como a imposição de obrigações de fazer, incluindo a construção de uma nova linha férrea para substituição do trecho que passava pela área desocupada. A CBTU atribuiu à causa o valor aproximado de R\$ 1,3 bilhão. A avaliação da Administração da controlada indireta Braskem, suportada pela opinião dos assessores jurídicos externos, é de risco possível para julgamento de procedência do pedido. Não há depósito judicial ou outro tipo de garantia.

Em função da sua forte posição de caixa e com o objetivo de redução da dívida bruta, a Braskem anunciou em março de 2021, o resgate total dos bonds perpétuos, ao valor de face no montante de US\$ 500 milhões.

Em 1º de março de 2021, a Braskem comunicou ao mercado que a Braskem Idesa assinou documentos com a PEMEX e com o CENAGAS, divulgados na Nota 1, para permitir a continuidade de suas operações. Com a assinatura desses documentos pela Braskem Idesa, foi restabelecido o serviço de transporte de gás natural. O atual contrato de fornecimento de etano entre Braskem Idesa e PEMEX segue em vigor.

(II) Segmento de engenharia e construção

Conforme mencionado na Nota 1.1. (a), em 20 de janeiro 2021, os credores detentores de Bonds OFL receberam, em pagamento de seus créditos, Novas Notas e unidades do Instrumento Holdco, onde 55% da dívida teve como emissor a ODB HoldCo e 45% OEC Finance. Devido a isto, em janeiro de 2021 será revertida a provisão da garantia ora registrada na OEC e será constituída a dívida na ODB HoldCo e OEC Finance, pelos seguintes valores:

	US\$ mil			
Empresa	Principal	Juros	Ajuste a Valor Presente (AVP)	Total do serviço da dívida
ODB Hold co	1.894.334		(1.887.681)	6.653
OEC Finance	1.549.910	2.025.876	(2.833.154)	742.632
	<u>3.444.244</u>	<u>2.025.876</u>	<u>(4.720.835)</u>	<u>749.285</u>

ODBINV S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em março de 2021, a controlada OEC foi formalmente intimada do resultado do julgamento que deu parcial provimento ao recurso movido pela controlada OEC, para afastamento da cobrança de IRRF e seus acessórios, no Auto de Infração lavrado em 17 de outubro de 2018. No mesmo ato, a controlada indireta OEC também foi intimada da rejeição de recurso apresentado pela Fazenda Pública à instância superior de julgamento (CSRF), tornando-se definitiva a decisão que afastou a cobrança de IRRF e acessórios. O montante atual do débito passa a ser de R\$ 1.918.925.

(III) Segmento em investimentos em infraestrutura, mobilidade e óleo e gás

OTP

Em abril de 2021, a controlada indireta OTP concluiu a venda de sua participação nas investidas CBN, CRA e CRC.

OEB

Conforme mencionado na Nota 1 (a) em 22 de fevereiro de 2021, a AGC aprovou o plano individual de recuperação judicial da controlada indireta OEB.

(IV) Outros

OAPAR

Em 18 de março de 2021, a controlada indireta OA e a Foz Ambiental Méxcio S.A. de C.C. assinaram contrato de compra e venda de ações para alienação da totalidade da participação detida na controlada Grupo Ambiental Proveracruz S.A.P.I., a conclusão da transação de venda estava sujeita a satisfação de determinadas condições precedentes, estas condições foram atendidas em maio de 2021. Em 17 de junho de 2021, a OA recebeu o montante de R\$ 944 (MEX\$ 5.000 de pesos) a título de quitação da transação (MEX\$ 5.000 de pesos).

Em 1 de junho de 2021 e 2 de junho de 2021, a controlada indireta OA remeteu os montantes de R\$ 10.000 e R\$ 3.479 para a Novonor a título de quitação de contratos de Mútuo.

Em 22 de junho de 2021, a controlada indireta OA realizou a liquidação antecipada do saldo que detinha de financiamentos no montante de R\$ 3.397.

OPE

O plano de recuperação judicial das controladas Enseada Par e Enseada encontra-se em processo de negociação e aprovação junto aos seus respectivos credores que deliberaram pela suspensão dos trabalhos até o dia 26 de julho de 2021.

ODBINV S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

33 Razão social dos investimentos do Grupo Novonor

Abiatar	Abiatar SPE Empreendimentos Imobiliários S.A.
Agro Santa Luzia	Agro Energia Santa Luzia S.A - Em Recuperação Judicial
Agrovia	Agrovia do Nordeste S.A.
Atvos Agro	Atvos Agroindustrial S.A. - Em Recuperação Judicial
Atvos Inv	Atvos Agroindustrial Investimentos S.A. - Em Recuperação Judicial
Bairro Novo	Bairro Novo Empreendimentos Imobiliários S.A.
Biocom	Biocom - Companhia de Bioenergia de Angola, Limitada
Bloco XVI	Odebrecht Oil And Gas Angola Limited
Braskem	Braskem S.A.
Braskem Alemanha	Braskem Europe GmbH
Braskem América	Braskem América, Inc.
Braskem Holanda	Braskem Netherlands B.V.
Braskem Idesa	Braskem Idesa S.A.P.I.
CBN	Concessionária Bahia Norte S.A.
CBPO	CBPO Engenharia Ltda
CBPO Ingenieria de Venezuela C.A	CBPO Ingenieria de Venezuela C.A
CBPO Overseas	CBPO Overseas Limited.
CEC	Compañía Energética del Centro S.A.C.
Centrad	Concessionária do Centro Administrativo do Distrito Federal S.A.
Cetrel	Cetrel S.A.
Chavimochic	Concesionaria Chavimochic S.A.C
CNO	CNO S.A.
CNO Angola	CNO S.A. - Angola
CNO Guatemala	CNO S.A. – Guatemala
CNO Panamá	CNO S.A. - Panamá
CNO Sucursal Venezuela	Construtora Norberto Odebrecht S.A. - Sucursal Venezuela
Condor	Condor Participações S.A.
CRA	Concessionária Rota do Atlântico S.A.
CRC	Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.
CRO	Concessionária Rota do Oeste S.A.
DAC	Distribuidora de Água Camaçari S.A.
EGH	Empresa de Gerneracion Huallaga S.A.
ELOS	ELOS – Ligação de Alta Velocidade S.A.
Enseada	Enseada Indústria Naval S.A.
EORJ	Edifício Odebrecht RJ S.A. - Em Recuperação Judicial
EOSP	Edifício Odebrecht SP S.A.
Etileno XXI	Etileno XXI Holding B.V.
Ethilene XXI	Ethilene XXI Contractors S.A.P.I. de C.V.
FRVJ	Fazendas Reunidas Vale do Juliana S.A.
GSP	Gasoducto Sur Peruano
H2OLMOS	H2OImos S.A.
HG MARKET	HG Market Group Corp
Horiens	Horiens Consultoria e Corretora de Seguros Ltda.
Horiens Ltd.	Horiens Ltd.
IITD	Inversiones em Infraestructura de Transportes por Ductos S.A.C.
IRSA 2	Concesionaria Interoceanica Sur-tramo 2 S.A.
IRSA 3	Concesionaria Interoceanica Sur-tramo 3 S.A.
IRSA Norte	Concesionaria Interoceanica Norte S.A.
Macol	Concessionária Madden Colon
Mectron	Mectron - Engenharia Industria e Comercio S.A - Em Recuperação

ODBINV S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Judicial
Mesa	Madeira Energia S.A.
Move SP	Concessionária Move São Paulo S.A
Novonor	Novonor S.A. – em Recuperação Judicial
OA	Odebrecht Ambiental S.A.
OA Par	Odebrecht Ambiental Participações S.A.
OCEI RD	OCEI Republica Dominicana
Ocyan	Ocyan Participações S.A.
ODB Angola	Odebrecht Angola – Projetos e Serviços Lda
ODB Angola Energia	Odebrecht Angola - Construções e Projetos de Energia (SU) Lda
ODB E&P	Odebrecht E&P GMBH
ODB Holdco	Odebrecht Holdco Finance Limited
ODBEP	Odebrecht Energía Del Perú S.A.
ODBIC	ODB International Co. - Em Recuperação Judicial
ODBR	Odebrecht Rodovias S.A.
ODT	Odebrecht Defesa e Tecnologia S.A.
OE	Odebrecht Energia S.A. - Em Recuperação Judicial
OE Inv	Odebrecht Energia e Investimentos S.A. - Em Recuperação Judicial
OEB	Odebrecht Energia do Brasil S.A. - Em Recuperação Judicial
OEC	Odebrecht Engenharia e Construção S.A.
OEC Finance Limited	OEC Finance Limited
OECI	Odebrecht Engenharia e Construção Internacional S.A.
OEDP	Odebrecht Energía Del Perú S.A.
OENGER	OENGER S.A.
OEP	Odebrecht Energia Participações S.A. – Em Recuperação Judicial
OFL	Odebrecht Finance Ltd. - Em Recuperação Judicial
OICF	Odebrecht Investimentos em Concessões Ferroviárias Unipessoal LDA.
OICI	Odebrecht Ingenieria y Construcción International
OICR	Odebrecht Investimentos em Concessões Rodoviárias Unipessoal LDA
OIE America	Odebrecht Industrial Engineering America
OIL	Odebrecht Infra-Estruturas Logísticas SGPS, S.A.
OL	Odebrecht Latinvest
OL E&P	Odebrecht Latinvest Espana Peru
OLF	Odebrecht Latin Finance S.A.R.L
OLI Colombia	Odebrecht Latinvest Colombia S.A.S.
OLI Lux	Odebrecht Latinvest S.A.
OLMOS	Concesionaria Traspase Olmos S.A.
OLPSAC	Odebrecht Latinvest Peru S.A.C.
OOGA	Odebrecht Oil and Gas Angola Limited
OOGFL	Odebrecht Oil & Gas Finance Limited
OOGTK	OOGTK Libra Gmbh & Co KG
OOL	Odebrecht Overseas Ltd.
OP Centro	OP Centro Administrativo S.A.
OP Gestão	OP Gestão de Propriedades S.A. - Em Recuperação Judicial
OP Inv	Odebrecht Properties Investimentos S.A. - Em Recuperação Judicial
OPE	Odebrecht Participações e Engenharia S.A. - Em Recuperação Judicial
OPI	Odebrecht Participações e Investimentos S.A. - Em Recuperação Judicial
OPIC	Odebrecht Peru Ingenieria y Construcción S.A.C
OPISA	OPI S.A. - Em Recuperação Judicial
OPP	Odebrecht Properties Parcerias S.A.

ODBINV S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

OR	OR Empreendimentos Imobiliários e Participações S.A.
OR Inv	Odebrecht Realizações e Investimentos S.A.
OSI	Odebrecht Solution Inc
OS Lux	Odebrecht Services Luxembourg
OSP	Odebrecht Serviços e Participações S.A. - Em Recuperação Judicial
OSP Inv	OSP Investimentos S.A. - Em Recuperação Judicial
OTP	Odebrecht TransPort S.A.
Ruta del Sol	Ruta del Sol S.A.S
SAESA	Santo Antonio Energia S.A
SPE Arena Corinthians	Arena Itaquera S.A
Technik	Technik Invest S.A.C.
Technip	Technip Odebrecht PLSV C.V.
Tenenge	Tenenge Engenharia Ltda
Usina Conquista do Pontal	Usina Conquista do Pontal S.A - Em Recuperação Judicial
Vias Nuevas de Lima	Vias Nuevas de Lima S.A.C.
Wins	Worldwide Insurance Solutions Ltd.
Xalapa	Sociedad de Propósitos Múltiples Xalapa

* * *